

VIVA O VERDE SP

PLANO DE GESTÃO

PARQUE LINEAR CÓRREGO DO BISPO



PREFEITURA DE
SÃO PAULO



PLANO DE GESTÃO

PARQUE LINEAR CÓRREGO DO BISPO

São Paulo / SP

2025

Este plano de gestão faz parte de um produto desenvolvido pela iniciativa Viva o Verde SP para fortalecer as estruturas de gestão e manutenção dos espaços públicos verdes, conforme o Programa de Metas 2021-2024 da Prefeitura de São Paulo. No total, foram elaborados planos de gestão de oito parques municipais recentemente abertos ao público ou em processo de implantação



PREFEITURA DE
SÃO PAULO

FICHA TÉCNICA



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Ricardo Nunes
Prefeito

Rodrigo Ashiuchi
Secretário Municipal do Verde e Meio Ambiente

Wanderley de Abreu Soares
Secretário Adjunto do Verde e Meio Ambiente

EQUIPE TÉCNICA DA PREFEITURA DE SÃO PAULO
Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA)

Tamires Oliveira
Chefe de Gabinete

Rodolfo Maiche
Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental

Felipe de Albuquerque
Assessoria Jurídica (AJ)

Rodrigo dos Santos
Coordenação de Fiscalização Ambiental (CFA)

Cleide Cremonesi
Assessoria de Comunicação (ASCOM)

Liliane Arruda
Coordenação de Gestão dos Colegiados (CGC)

Tatiana Coelho
Coordenação de Administração e
Finanças (CAF)

Juliana Summa
Coordenação de Gestão de Parques e
Biodiversidade Municipal (CGPABI)

Christiane Ferreira
Coordenação de Licenciamento
Ambiental (CLA)

Rosélia Ikeda
Coordenação de Planejamento
Ambiental (CPA)

Gabriela Chabbouh
Coordenação de Educação Ambiental
(DEA) e Universidade Aberta do Meio
Ambiente e Cultura de Paz (UMAPAZ)

Ana Lúcia de Jesus
Núcleo de Desenvolvimento de Tecnologia da
Informação e Comunicação (NDTIC)

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO GESTOR DO PARQUE LINEAR CÓRREGO DO BISPO

Aloisio da Silva Charles Vinicius Gomes Claudia Ribeiro Conceição Aparecida Alves Crenildes Jesus da Silva Elaine Cristina Alves Gislene Soares Frequentadores (titulares)	Elizabette Cristina Silva Representante Templo de Umbanda Vovó Catarina e Caboclo Arruda do Jardim Eliza Maria
Andreia Paula Gomes Diana Castro Flávio de Sousa Marcos Monteiro Maria Carmo Samuel Patrícia Maria da Silva Frequentadores (suplentes)	Eliane Cristina da Silva Representante Associação da União das Pessoas do Bem
	Ana Maria Cristina Coimbra Representante União de Moradores e Amigos do Jardim Antártica
	Ingrid Moreira da Silva Renan Rodrigues Duca Trabalhadores do parque



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**



ONU-HABITAT

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS ASSENTAMENTOS HUMANOS (ONU-HABITAT)

Elkin Velásquez

Representante Regional para América Latina e o Caribe

Rayne Moraes

Chefe do Escritório do Brasil

Ana Elisa Larrarte

Gerente de Desenvolvimento de Programas,
Monitoramento e Avaliação

Aléxia Saraiva

Gerente de Comunicação & Advocacy

Julia Caminha

Gerente de Gestão do Conhecimento

Daphne Besen

Gerente de Programas

Leta Vieira de Sousa

Especialista de Resiliência e Mudança Climática

Maria Fernandes Caldas

Especialista em Desenvolvimento Urbano Sustentável

Tássia Regino

Especialista em Urbanização de Assentamentos
Precários e Habitação Social

Vanessa Tenuta de Freitas

Assessora Técnica de Desenvolvimento de Programas

Fábio Donato | Julia Rabelo | Laura Collazos | Tiago Marques

Analistas de Programas

Giselle Mansur Batista | Gustavo Aires Tiago | Pedro Araújo Patrício | Vivian Silva

Analistas de Dados

Flávia Scholz

Analista de Comunicação

Camila Nogueira

Designer Gráfico

Gabriela Güllich

Designer Gráfico Júnior

Claudia Bastos de Mello

Coordenadora Financeira

Jessica Blanco

Assistente Administrativa

Adriana Carneiro

Coordenadora de Recursos Humanos

Carina Lucena | Carolina Oliveira

Analistas de Operações

Mariana Assad

Assistente de Operações

Severino Marcelino de Azevedo

Motorista

EQUIPE TÉCNICA DO PROJETO VIVA O VERDE SP

Jordi Sánchez-Cuenca
Coordenador de Programas

Mateus Santos | Bruna Leite
Maria Fernanda Godoy | Carlos Sandler
Analistas de Programas

Laura Figueiredo | Júlia Rocha
Assistentes de Programas

Guilherme Justino
Analista de Comunicação

Tiago Lourenzi
Assistente de Dados

DESENVOLVIMENTO DOS PLANOS DE GESTÃO

Fernanda Lima
Consultora em Espaços Públicos

Adriana Quedas
Consultora em Meio ambiente

Conrado Vivacqua
Consultor em Arquitetura

Bianca Brasil
Consultora em Biologia

DIAGRAMAÇÃO

Camila Nogueira | Gabriela Güllich

REVISÃO FINAL

Julia Caminha



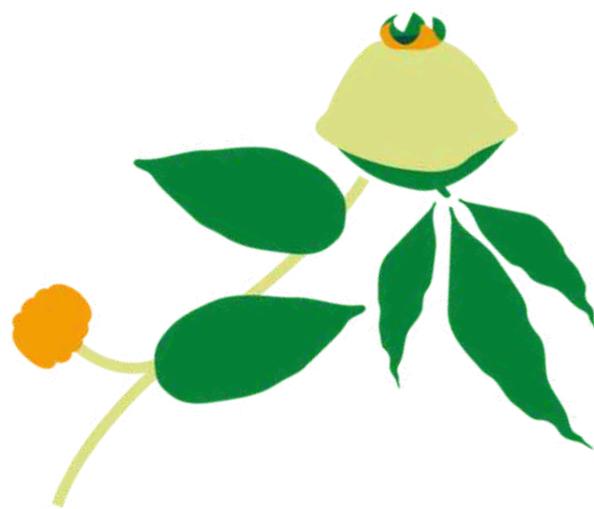
ONU-HABITAT

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1	Elementos estruturantes de um Plano de Gestão	19
Figura 2	Localização do Parque Linear Córrego do Bispo no município de São Paulo	24
Figura 3	Unidades de Conservação e Parques no entorno do Parque Linear do Córrego do Bispo, e o Trecho Norte do Rodoanel, que atravessa o parque	26
Figura 4	Zoneamento e ZEIS da região no entorno do Parque Linear Córrego do Bispo	29
Figura 5	Área do Parque Linear Córrego do Bispo incluída no Perímetro de Ação 461 – Córrego do Bispo e Afluentes, do Plano Regional da Casa Verde/Cachoeirinha	32
Figura 6	Densidade Demográfica (hab./Km ²) e IPVS para a área do entorno do parque	33
Figura 7	Sistema Viário no entorno do Parque Linear do Córrego do Bispo e a classificação viária segundo a Companhia de Engenharia de Tráfego – CET	34
Figura 8	Imagem aérea do Parque Linear Córrego do Bispo e sua relação com o entorno	42
Figura 9	Carta geotécnica do município de São Paulo	43
Figura 10	Hipsometria do Parque Linear do Córrego do Bispo e seu entorno	44
Figura 11	Área inundável no Parque Linear Córrego do Bispo	46
Figura 12	Mudas de árvores plantadas no setor Fazendinha do parque	49
Figura 13	Imagem aérea com delimitação das unidades de análise da vegetação	52
Figura 14	Tangará (<i>Chiroxiphia caudata</i>) em registro no Parque Linear. Córrego do Bispo	54
Figura 15	Coró-coró (<i>Mesembrinibis cayennensis</i>) em registro no Parque Linear Córrego do Bispo	54
Figura 16	Cachorro-do-mato (<i>Cerdocyon thous</i>) em registro no Parque Linear Córrego do Bispo	55
Figura 17	Quati (<i>Nasua nasua</i>) em registro no Parque Linear Córrego do Bispo	55
Figura 18	Vista de um dos lagos do Núcleo Fazendinha	109
Figura 19	Parte das pessoas participantes da oficina e equipe facilitadora	128
Figura 20	Perfil das pessoas participantes que responderam o formulário (gênero e perfil étnico-racial)	128
Figura 21	Nuvem de palavras formada com as respostas para a pergunta “Qual é a importância desse parque para você?”	129
Figura 22	Diagrama de estrela - gênero	130
Figura 23	Diagrama de estrela - gênero e étnico-racial (mulheres)	131
Figura 24	Diagrama de estrela - gênero e étnico-racial (homens)	131
Figura 25	Registro da atividade “Diagrama de estrela”	132
Figura 26	Registro da atividade “Mapeamento Afetivo”	133
Figura 27	Imagem ilustrativa da ferramenta “Árvore dos sonhos”	134
Figura 28	Registros da atividade “Árvore dos sonhos”	134

ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 1	Limites do Parque Linear Córrego do Bispo	25
Mapa 2	Uso do solo predominante	27
Mapa 3	Cortiços, favelas e loteamentos irregulares	28
Mapa 4	Sistema viário no entorno do parque e identificação do sistema cicloviário	35
Mapa 5	Sistema viário no entorno do parque e identificação das faixas exclusivas de ônibus	36
Mapa 6	Mapeamento dos equipamentos públicos do Território-Parque	38
Mapa 7	Equipamentos de Assistência Social do Território-Parque	39
Mapa 8	Equipamentos Educacionais do Território-Parque	40
Mapa 9	Equipamentos de Saúde do Território-Parque	41
Mapa 10	Declividades no Parque Linear do Córrego do Bispo e entorno	45
Mapa 11	Bacias hidrográficas do Rio Tietê e Rio Cabuçu de Cima	47
Mapa 12	Área de risco hidrológico	48
Mapa 13	Remanescentes de Biomas no entorno do Parque Linear Córrego do Bispo	50
Mapa 14	Vegetação significativa no entorno do Parque Linear Córrego do Bispo	51
Mapa 15	Setorização do Parque Linear Córrego do Bispo	60



ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1	Atividades participativas nas etapas do Plano de Gestão	22
Tabela 2	Ficha introdutória do parque	23
Tabela 3	Distribuição dos custos de manutenção e operação do Parque Córrego do Bispo (valores em Real)	64
Tabela 4	Planos e programas ambientais e setoriais pertinentes	106
Tabela 5	Planos ambientais transversais SVMA/PMSP	107
Tabela 6	Distribuição anual dos períodos de coleta	111
Tabela 7	Distribuição dos valores coletados em campo, normalizados pela variação e pela pontuação atribuída	112
Tabela 8	Pontuação dos dados coletados pela variação anual	113
Tabela 9	Tipos das oficinas	126
Tabela 10	Frequência de visitação das pessoas inscritas	127
Tabela 11	Presença dos diferentes grupos de pessoas participantes registradas na lista de presença (em porcentagem)	127



AGRADECIMENTO

Com sua reconhecida complexidade urbana e uma população de aproximadamente 11,5 milhões de habitantes, a cidade de São Paulo possui uma cobertura vegetal que abrange quase metade de seu território. No entanto, o processo acelerado de urbanização, comum a diversas metrópoles globais, impõe uma demanda crescente por espaços públicos verdes que assegurem o exercício dos direitos humanos ao lazer, à saúde e a um meio ambiente equilibrado para toda a população. Nesse cenário, a capital paulista tem intensificado, nos últimos anos, seus investimentos na expansão e qualificação de parques urbanos, com o objetivo de torná-los mais acessíveis, inclusivos e capazes de promover a reconexão da população com as áreas verdes.

A iniciativa Viva o Verde SP tem se destacado nesse processo ao impulsionar essa reconexão tanto sob a perspectiva da população quanto da administração municipal. A iniciativa adota os princípios da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e as diretrizes da Nova Agenda Urbana, além de incorporar metodologias do Programa Global de Espaços Públicos do ONU-Habitat.

O ONU-Habitat vem trabalhando com as secretarias da Prefeitura de São Paulo para promover aspectos como a governança compartilhada, a participação e o estreitamento das relações horizontais, que são fundamentais para garantir o alinhamento contínuo entre diversos atores e a capacidade de resposta às demandas da população de São Paulo.

O Viva o Verde SP adota uma abordagem interseccional, pautada na igualdade de gênero, na promoção da diversidade e na inclusão. A iniciativa busca fortalecer também a ação climática, valorizando a biodiversidade e os biomas locais ao mesmo tempo em que contribui para a melhoria do ambiente urbano e da saúde da população.

Este plano de gestão é um instrumento estratégico de planejamento dos parques: um documento abrangente que reúne diretrizes, estudos, análises situacionais ou diagnósticos, visando orientar as ações de melhoria e gestão compartilhada desses espaços públicos. Ele foi elaborado com a participação da população do entorno e de visitantes dos parques, com ênfase nas mulheres e meninas, pessoas com deficiência e outros grupos vulnerabilizados, buscando fortalecer a coesão social e a sustentabilidade ambiental dos bairros onde se inserem. Esse enfoque é fundamental para implementar as políticas públicas de forma eficiente e sustentável.

Este, e outros planos de gestão de parques elaborados pela iniciativa Viva o Verde SP, são uma inovação que contribui ao trabalho do ONU-Habitat no apoio que presta a diferentes cidades do mundo por um desenvolvimento urbano mais inclusivo, resiliente, seguro e sustentável.

Desejamos uma excelente gestão a todas e todos que seguem nessa jornada!



Rayne Ferretti Moraes

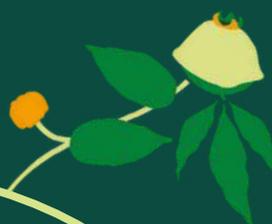
Chefe do Escritório do Brasil

SUMÁRIO

1.	Introdução	14
2.	Parques Urbanos Municipais	16
2.1.	Legislação aplicável	16
3.	O que são Planos de Gestão? E por que são importantes?	19
3.1.	Metodologia	20
3.2.	Base teórica do Processo Participativo	21
3.3.	Base operacional do Processo Participativo	21
4.	Parque Linear Córrego do Bispo: Informações Gerais	24
5.	Contexto Urbano	26
5.1.	Ocupação e Uso do Solo	28
5.2.	Estrutura socioeconômica	35
5.3.	Eixos viários e Mobilidade	36
6.	Território-Parque	39
6.1.	Caracterização do Território-Parque	39
6.2.	Desafios e oportunidades do Território-Parque	44
7.	Caracterização do Parque Linear Córrego do Bispo	45
7.1.	Atributos naturais	45
7.1.1.	Relevo	45
7.1.2.	Solo	48
7.1.3.	Água	48
7.1.4.	Vegetação	51
7.1.5.	Fauna	56
7.1.6.	Serviços ecossistêmicos	58
7.2.	Usos identificados	60
8.	Setorização	61

SUMÁRIO

9.	Gestão	63
9.1.	Os Conselhos de Meio Ambiente	63
9.2.	Custos de manutenção	65
10.	Plano de Ação	67
10.1.	Definição de prazo e prioridade	67
10.2.	Desejos de futuro	68
10.3.	Quadro de diretrizes	69
10.4.	Quadro de ações e monitoramento	92
10.5.	Planos, programas e projetos	107
10.6.	Parcerias	111
11.	Sistema de monitoramento e avaliação	112
11.1.	Monitoramento geral dos principais aspectos do parque	112
11.2.	Monitoramento da implementação das ações do plano de gestão	116
12.	Referências Bibliográficas	117
13.	Lista de siglas	120
14.	Glossário	121
15.	Anexo do Processo participativo do Plano de Gestão	126



1. Introdução

De 2005 até a presente data, houve um aumento expressivo de parques urbanos no município de São Paulo passando de 34 para mais de 110 – aumento esse impulsionado entre 2007 e 2013 pelo “Programa 100 (cem) Parques para São Paulo”. O salto quantitativo, entretanto, trouxe à gestão pública uma série de responsabilidades com outras tantas necessidades, como: a) avaliar as condições e os usos dos parques; b) melhorar a qualidade dos parques implantados; c) aprimorar a gestão municipal dos parques e do sistema de áreas protegidas, áreas verdes e espaços livres; d) capacitar e treinar os servidores e servidoras públicos, bem como a sociedade civil na avaliação, proposição de melhorias e gestão dos parques municipais.

A implementação de Planos de Gestão pela Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA) não é em si uma novidade, outros documentos com a elaboração conduzida por gestores de parque foram produzidos ao longo do tempo e são diversos os documentos que, de maneira mais sintetizada ou mais aprimorada, estabeleceram diretrizes e recomendações para a gestão por parte do poder público e promoveram o ordenamento dos espaços de uso público dos parques.

Esses documentos também ganharam outros nomes como “Plano de Ocupação”, “Plano Diretor”, “Relatório Propositivo de Uso Público”, a depender do olhar traçado pela equipe técnica envolvida e com diferentes abordagens considerando mais, menos ou nenhuma participação da sociedade civil.

Assim, é possível afirmar que os planos já produzidos para os parques municipais tiveram como centralidade a perspectiva da administração e foram formulados a despeito de haver um conselho gestor ativo e qualquer demanda oficial, seja para nortear concessões privadas seja como documento necessário para atender as metas da gestão pública. Entre os documentos recentemente publicados, estão:

- 2018: Relatório propositivo de uso público do parque São José e Guarapiranga, elaborado pela SVMA/UMAPAZ;
- 2019: Planos Diretores dos parques concessionados Eucaliptos, Tenente Brigadeiro Faria Lima, Ibirapuera, Jacintho Alberto, Jardim Felicidade, Lageado, e, elaborados pela SVMA;
- 2020: Plano Diretor do Parque Burle Marx, elaborado pela Fundação Aron Birmann;
- 2021: Planos Diretores dos parques concessionados Mário Covas e Trianon, elaborados pela SVMA;
- 2024: Planos de Gestão dos Parques da Orla da Represa Guarapiranga, elaborado pela SVMA.

Em 2022, a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente de São Paulo e o ONU-Habitat firmaram um “Acordo de Contribuição”. O acordo estabelece que diferentes equipes técnicas, interdisciplinares e especializadas, colaborem com produtos, ferramentas e documentos de gestão que tenham como foco promover a sustentabilidade urbana e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos por meio da valorização e preservação de áreas verdes na cidade.

Esses produtos tomam corpo na iniciativa nomeada “Viva o Verde SP” e, entre si, possuem uma característica comum: encontros formativos e o diálogo frequente entre a administração pública e a sociedade civil – que constrói pontes, fomenta nexos e parcerias.

O projeto visa i) a distribuição equitativa de espaços verdes públicos na cidade; ii) a melhoria das estruturas municipais para a gestão dos parques; iii) a ampliação da visibilidade internacional das políticas de São Paulo.

A escolha dos parques se pautou na previsão destes no Plano Diretor Estratégico (PDE) do Município de São Paulo (Lei 16.050/2014) e na meta 62 do Plano de Metas de governo (2021-2024), onde a prefeitura se comprometeu a implantar oito novos parques e, concomitantemente, criar seus conselhos gestores e planos de gestão.

Os parques que recebem os planos de gestão através da iniciativa são: Água Podre – Ypuera, Alto da Boa Vista, Aristocrata, Augusta – Bruno Covas, Córrego do Bispo, Fazenda da Juta, Jardim Apurá – Búfalos e Paraisópolis – Lourival Clemente da Silva.

No contexto da implementação das concessões públicas em São Paulo, os planos de gestão se tornaram uma exigência do Ministério Público para os parques do município. Esses documentos, além de atenderem a uma necessidade legal, surgem como instrumentos animadores da participação social local quando esse parque está por nascer ou foi recém-inaugurado. O recado que se quer transmitir é o de que a participação social não está restrita às etapas seguintes ao parque aberto, mas pode também compor como um nutriente a mais quando inserida em um planejamento mais amplo, colaborativo e participativo.

A intenção deste produto é, portanto, garantir que todos os parques tenham instrumentos adequados de gestão que subsidiem a estrutura de governança e a) sirvam de guia para os funcionários públicos; b) sirvam como mecanismo de controle social por parte da sociedade civil; c) permitam a continuidade de políticas, programas, projetos e iniciativas para os parques.

Dessa forma, inicialmente o plano apresenta uma contextualização breve sobre a importância e a localização do parque dentro do município. Em seguida, faz uma caracterização urbano-ambiental abrangente, abordando tanto os atributos naturais do parque em seu interior quanto a relação do parque com as áreas circundantes, denominadas de "Território Parque".

Além disso, o plano também compila e analisa as legislações relevantes, que podem ser úteis e aplicáveis para a gestão administrativa e compartilhada do parque, proporcionando um entendimento jurídico necessário para a tomada de decisões. Por fim, o documento propõe diretrizes e ações que visam a manutenção e melhoria do parque, fundamentadas em discussões coletivas, estimulando que as ações futuras estejam alinhadas com as necessidades e aspirações da sociedade civil.



Fonte: Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente



2. Parques Urbanos Municipais

Os primeiros parques urbanos surgiram na segunda metade do século XVIII na Europa e Estados Unidos como resposta ao processo de expansão das cidades, visando oferecer lazer e entretenimento à população urbana. Durante a Revolução Industrial, já no século XIX, esses espaços foram concebidos com uma aura nostálgica, evocando a paisagem natural perdida durante o êxodo rural-urbano provocado pela industrialização. No Brasil, os parques urbanos surgiram na primeira metade do século XIX, seguindo o modelo europeu, inicialmente acessíveis apenas às elites, reforçando a segregação socioespacial decorrente do sistema escravista que caracterizava a época (SILVA, 2003). O primeiro parque urbano da cidade de São Paulo foi o Jardim da Luz, frente à estação da Luz, inaugurado em 1825.

O conceito do lazer, nas dinâmicas urbanas do século XX se reconfigurou, desde um lazer submetido a um controle social das concepções higienistas de cidade até processos de redemocratização e cidadania observados. Quase dois séculos depois da inauguração do parque Jardim da Luz, as políticas públicas municipais de São Paulo seguem um modelo de desenvolvimento urbano contemporâneo que prioriza o bem-estar coletivo, sem excluir as camadas mais pobres da população da cidade. Num contexto de escassez de espaços verdes públicos, os parques se tornaram espaços de reivindicação pelo direito ao lazer e à cidade (PACHECO, 2014).

Os parques urbanos da Cidade de São Paulo são diversos em tamanho, forma e função. Eles oferecem um conjunto de benefícios à população, como a preservação de fauna e flora e dos recursos hídricos, a regulação do microclima e a qualidade do ar, além de promover a recreação e a sociabilidade. Assim, o uso público dos parques difere-se de outros espaços públicos, pois integra a ele a conservação ambiental (KLIASS apud LIMA, 2021).

Em São Paulo, considerando o rápido crescimento urbano e a desigualdade social, esses espaços públicos refletem as dinâmicas e desafios da cidade e, em certos setores da cidade, representam uma das escassas áreas verdes ou espaços livres e públicos com vocação para a recreação, contemplação e valorização da urbanidade.

2.1. Legislação aplicável

A elaboração de um plano de gestão para um parque urbano precisa estar em consonância com diversas legislações de ordenamento urbano e normas administrativas para garantir sua eficácia, legalidade e sustentabilidade. Este alinhamento é crucial para que o parque não só atenda às necessidades da população, mas também respeite as diretrizes ambientais, urbanísticas e administrativas estabelecidas pelo município.

No caso do Parque Linear Córrego do Bispo, em ordem de priorização, destaca-se as seguintes normas de incidência no parque:

- Plano de Manejo do Parque Estadual da Cantareira: o Parque Córrego do Bispo localiza-se na Zona de Amortecimento do Parque Estadual da Cantareira, estando submetido, assim, ao seu Plano de Manejo;
- Incluído na área tombada da Reserva Estadual da Cantareira, como Bem Tombado – Parque (Conpresp - Resolução no. 31/92);
- Dentro do Parque encontram-se três sítios arqueológicos: o AIHC Guarda Mato, o do Condomínio Itaguassu e a Casa do Bispo (que se encontra na divisa do parque com o PE Cantareira);

- Plano Diretor Municipal - Revisão Intermediária (Lei 17.975/23): Parque Proposto inserido em ZEPAM - Zona Especial de Proteção Ambiental;
- Plano Regional da Casa Verde / Cachoeirinha: Incluído no Perímetro de Ação 461 – Córrego do Bispo e Afluentes.

Legislação Federal

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: é a lei fundamental e suprema do Brasil, estabelecendo os direitos e deveres dos cidadãos e as funções dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. No que tange ao meio ambiente, o artigo 225 da Constituição trata de sua proteção, impondo ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.
- Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) - Lei nº 6.938/1981: tem como objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no país, condições de desenvolvimento socioeconômico, interesses da segurança nacional e proteção da dignidade da vida humana. Estabelece os princípios, objetivos e instrumentos para a política ambiental no Brasil, incluindo a criação do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA)
- Política Nacional sobre a Mudança do Clima (PNMC) - Lei nº 12.187/2009: estabelece os princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos para a implementação de políticas públicas voltadas ao enfrentamento das mudanças climáticas no Brasil. A lei tem como foco principal a mitigação das emissões de gases de efeito estufa e a adaptação do país aos impactos das mudanças climáticas, em alinhamento com os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.
- Lei da Mata Atlântica - Lei nº 11.428/2006: dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, considerado um dos mais ricos em biodiversidade e um dos mais ameaçados do mundo. A lei define os tipos de vegetação que podem ser explorados, as condições para essa exploração, e estabelece normas para a recuperação de áreas degradadas. Além disso, busca a preservação de remanescentes de vegetação nativa e incentiva a recuperação e o uso sustentável dos recursos naturais.

- Código Florestal - Lei nº 12.651/2012: regula a preservação e o uso da vegetação nativa em propriedades rurais e estabelece normas sobre as Áreas de Preservação Permanente (APPs) e as Reservas Legais. Ele estabelece obrigações para os proprietários rurais no que diz respeito à proteção dos recursos hídricos, à conservação da biodiversidade, ao combate ao desmatamento ilegal e à promoção do uso sustentável das florestas.
- Lei nº 13.019/2014: estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco.

Legislação Estadual

- Lei Estadual da Mata Atlântica (São Paulo) - Lei nº 14.982/2013: lei específica do Estado de São Paulo que regulamenta a proteção e a restauração da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica no estado. A lei define as regras para a supressão de vegetação, medidas de compensação ambiental, e incentiva a recuperação de áreas degradadas. Além disso, regula a exploração sustentável dos recursos naturais, buscando a preservação do bioma no âmbito estadual.

Legislação Municipal (Leis Municipais)

- Lei Municipal nº 16.703/2017: disciplina as concessões e permissões de serviços, obras e bens públicos no âmbito do Plano Municipal de Desestatização (PMD).
- Lei Municipal nº 15.910/2013: dispõe sobre a criação e organização de Conselhos Gestores dos Parques Municipais.
- Lei Municipal nº 14.887/2009: reorganiza a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA) e dispõe sobre o quadro de cargos e conselhos relacionados.
- Lei Municipal nº 14.517/2007: institui o Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas, cria a Companhia São Paulo de Parcerias (SPP) e dá outras providências.
- Lei Municipal nº 14.223/2006 - "Cidade Limpa": dispõe sobre a ordenação dos elementos que compõem a paisagem urbana do Município de São Paulo.



- Lei Municipal nº 11.509/1994: determina o uso de pisos drenantes em passeios públicos, estacionamentos e outras áreas.
- Lei Municipal nº 10.205/1986: disciplina a expedição de licença de funcionamento, alvarás de funcionamento e alvarás para eventos públicos temporários.

Decretos Municipais

- Decreto Municipal nº 61.082022: dispõe sobre o apoio à fiscalização ambiental pela Guarda Civil Metropolitana.
- Decreto Municipal nº 58.6252019: reorganiza a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente.
- Decreto Municipal nº 58.3202018: dispõe sobre contratos para a gestão de parques municipais em parceria com particulares, conforme a Lei nº 16.703/2017.
- Decreto Municipal nº 58.2622018: dispõe sobre competência para licitações no âmbito do Plano Municipal de Desestatização.
- Decreto Municipal nº 58.1022018: regulamenta o recebimento de doações e comodatos de bens e serviços pela Administração Direta e Indireta do Município.
- Decreto Municipal nº 57.5752016: dispõe sobre a aplicação da Lei Federal nº 13.019/2014 no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município.
- Decreto Municipal nº 54.4212013: confere nova regulamentação ao procedimento de fiscalização ambiental no Município de São Paulo.
- Decreto Municipal nº 52.201/2011: regulamenta pedidos de aquisição, permuta, concessão administrativa e permissão de uso de imóveis municipais.
- Decreto Municipal nº 52.153/2011: regulamenta disposições da Lei nº 14.887/2009 referentes ao Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CADES).
- Decreto Municipal nº 52.062/2010: regulamenta o artigo 50 da Lei nº 14.223/2006 sobre termos de cooperação com a iniciativa privada.
- Decreto Municipal nº 42.479/2002: regulamenta a Lei Municipal nº 13.214/2001 sobre a instalação de para-raios ou sistemas de detecção.

- Decreto Municipal nº 41.685/2002: regulamenta a Lei Municipal nº 13.131/2001 sobre a criação, posse e transporte de cães e gatos no Município de São Paulo.
- Decreto Municipal nº 40.384/2001: dispõe sobre a doação de bens e serviços e o estabelecimento de parcerias com a iniciativa privada.
- Decreto Municipal nº 39.213/2000: dispõe sobre a delegação de competência ao Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente.
- Decreto Municipal nº 34.855/1995: regulamenta a Lei Municipal nº 10.908/1990 sobre a demarcação de espaços para ciclofaixas em praças públicas.
- Decreto Municipal nº 26.535/1988: regulamenta a Lei nº 10.365/1987 sobre o corte e a poda de vegetação de porte arbóreo.
- Decreto Municipal nº 49.969/2008: regulamenta a Lei Municipal nº 10.205/1986 sobre a expedição de licença de funcionamento.

Portarias e Resoluções

- Portaria Conjunta SVMA/SMSU/SIURB nº 003 de 2 de outubro de 2023: institui o Plano de Prevenção e Combate a Incêndios em Áreas Florestadas do Município de São Paulo ("Operação Fogo Zero").
- Portaria SVMA nº 38 de 21 de maio de 2024: dispõe sobre procedimentos preventivos para eventos climáticos extremos nos parques municipais.
- Portaria nº 29/SVMA/2021: estabelece procedimentos administrativos internos para protocolo de parcerias junto à Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente (SVMA).
- Portaria nº 2/SVMA/DEPAVE/2000: regulamenta normas e procedimentos para vigias dos parques municipais.
- Resolução nº 122/SSP/1985: trata do policiamento ostensivo para espetáculos públicos.

3. O que são Planos de Gestão? E por que são importantes?

Na busca por incrementar qualitativamente a condução participativa desse processo de elaboração do Plano, pretendeu-se realizar uma abordagem democrática na formulação de um documento que incorpora, além do olhar da administração, ideias e estratégias transversais de melhorias que se apoiam na diversidade e interseccionalidade do público e na gestão compartilhada.

O Plano de Gestão é um instrumento de planejamento, um documento estratégico, abrangente e geral com diretrizes que consolidam regras, estudos, análises situacionais ou diagnósticos, visando orientar, a médio prazo, as ações de melhoria e gestão compartilhada do parque urbano.

Aqui, interessa encontrar uma sinergia entre os três elementos: gestão, uso e projeto. Aos parques em implantação, como o caso do Parque Linear Córrego do Bispo, as diretrizes foram direcionadas aos potenciais usos que o projeto pode sustentar e aos apontamentos que podem subsidiar a nova gestão administrativa, com monitoramento da sociedade civil.

Figura 1 - Elementos estruturantes de um Plano de Gestão



Fonte: ONU-Habitat

Como previsto também nos Planos Diretores dos parques já elaborados, a implementação de tais diretrizes deve ser monitorada por meio de indicadores instituídos e fornecidos por este próprio Plano, de modo a avaliar o seu estágio de implementação e o sucesso das diretrizes indicadas.

Dos Planos Diretores de Parques já elaborados ao Plano de Gestão apresentado neste documento, há um processo de aprendizado, melhoria e adaptação ao contexto dos parques urbanos. O Plano Diretor fornecia um conjunto de diretrizes gerais para a gestão do parque, com foco principalmente em parâmetros de governança, com vistas a promover: (i) a proteção do seu ecossistema; (ii) melhorias ambientais; (iii) aprimoramento de sua estrutura; e (iv) maximizar a experiência das pessoas frequentadoras na fruição do equipamento. **O Plano de Gestão representa uma evolução significativa desse modelo, consolidando-se como o instrumento oficial para a operação diária e gestão a médio e longo prazo dos parques, incorporando três novos elementos na sua composição: v) Define procedimentos e regras para facilitar e estimular a gestão compartilhada; vi) Incentiva parcerias locais; vii) Promove sinergias entre as políticas ambientais e setoriais.**

Tanto é um guia de gestão que a elaboração deste documento levou em consideração as obrigações oriundas das normas incidentes sobre parques urbanos no âmbito do Município de São Paulo, bem como das normas específicas que atravessam os usos e gestão dos parques municipais.

Ademais, prevê-se uma revisão periódica dos Planos de Gestão como medida para garantia de sua atualidade, com ideal de aprimoramento e adaptação a partir das intenções colocadas no plano precedente. Vale sublinhar: os Planos de Gestão não são documentos para atender a um processo concessório, sendo verdadeiramente um instrumento de governança e gestão do parque como um todo e a sua aplicabilidade se estende tanto ao caso de gestão pública, quanto de gestão privada.

As características que destacam o Plano de Gestão elaborado em parceria com o projeto Viva o Verde SP do ONU-Habitat contempla, ainda, algumas inovações. Entre essas, estão a coleta de contribuições transversais no processo de elaboração do conteúdo, a perspectiva de gênero e de outros grupos vulnerabilizados (identificados a partir de cada realidade territorial), bem como o estudo de instrumentos de monitoramento e controle.

Assim, as suas diretrizes devem ser observadas independentemente de sua gestão ser diretamente através do Poder Público ou outra entidade. Tem-se, portanto, uma ampla matriz de diretrizes, responsabilidades e desejos coletivos de futuro que devem ser seguidos por todos envolvidos em sua governança, conforme as suas atribuições.

3.1. Metodologia

Durante a elaboração do Plano de Gestão, foi realizada pesquisa sobre as metodologias¹ já discutidas, implementadas e publicadas por organizações, técnicos e instituições do município, bem como pelo próprio ONU-Habitat.

A partir de uma definição aliada ao ODS 11, Cidades e Comunidades Sustentáveis e ao ODS 5, Igualdade de Gênero, o Plano de Gestão aporta dois instrumentos principais para guiar o planejamento do seu processo de formulação: O *“Guía de Intervenciones en espacios públicos”* (Guia de intervenções em espaços públicos), elaborado pelo Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe - CAF (ALEGRE, RODRÍGUEZ, 2022) e o *“Her City”* (Cidade Dela) (ONU-HABITAT, 2022), um guia para incorporar a participação das mulheres no planejamento urbano, do ONU-Habitat.

Adotou-se uma caixa de ferramentas utilizadas pelo Guia de intervenções em espaços públicos, supracitado. Nela encontramos um processo que se define por *“Evaluación inicial”* (Avaliação inicial ou Diagnóstico), *“Planificación y Diseño”* (Planejamento e Desenho), *“Evaluación final”* (Avaliação final), *“Gestión y mantenimiento”* (Gestão e manutenção ou monitoramento) (ALEGRE, RODRÍGUEZ, 2022). A saber e a seguir, as descrições das respectivas fases em português:

Avaliação inicial ou Diagnóstico: analisar corretamente o espaço público, para entender as suas dinâmicas e necessidades, é fundamental para o desenvolvimento de propostas condizentes com o contexto.

Planejamento e Desenho: o planejamento e o desenho da proposta devem ser uma nítida resposta aos resultados do diagnóstico, sendo coerentes com os objetivos tratados no início do projeto.

Avaliação final: tão importante como a avaliação inicial, a essa fase cabe analisar os resultados e impactos do projeto urbano e permitirá planejar e melhorar adequadamente os processos no futuro.

Gestão e Manutenção: A sustentabilidade é um elemento-chave para o planejamento do processo. Informações como aqueles que ficaram responsáveis e como operacionalizaram as suas atividades são importantes que estejam descritas para maior êxito do projeto urbano.

Como sinalizado anteriormente, este Plano carrega referências de modelos de planos anteriores e o seu fazer em si já enseja um processo pedagógico e de participação social. Com isso, para desenhar mais um caminho para a elaboração de documentos como esse, não basta expor o seu resultado, mas, em vez disso, contar, de bloco em bloco, como foi o seu processo.

¹ Entende-se por metodologia “o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Metodologia inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (experiência, capacidade crítica e sensibilidade). [...] A metodologia é muito mais do que técnicas. Ela inclui as concepções teóricas da abordagem, articulando-se com a teoria, com a realidade empírica e com os pensamentos sobre a realidade” (MINAYO; DESLANDES; GOMES, 2021).

3.1.1. Base teórica do Processo Participativo

O entendimento de Milton Santos (1996) sobre território, especialmente através do conceito de "território vivido", e a visão de Paulo Freire (2011) sobre aprender no e com o mundo se entrelaçam de maneira significativa, destacando a importância da interação entre o indivíduo e seu ambiente para uma aprendizagem crítica e cidadã, que caminha com diferentes maneiras de ler o mundo.

Para Milton Santos (1996), o território vivido é mais do que uma mera delimitação geográfica; é um espaço carregado de significados e vivências humanas. Ele enfatiza a importância das experiências e práticas cotidianas das pessoas no território para compreender a sua dinâmica e complexidade. Esse conceito destaca a interconexão entre as dimensões físicas, sociais, culturais e econômicas do espaço, reconhecendo que o território é moldado e reconfigurado pelas interações humanas ao longo do tempo.

Por outro lado, a visão de Paulo Freire (2011) defende a experiência prática e a reflexão crítica como bases para o conhecimento. Ele propõe uma pedagogia centrada na vivência da pessoa e na compreensão contextualizada da realidade em que está inserida. Freire acredita que o diálogo e a problematização das questões do cotidiano são essenciais para promover uma aprendizagem significativa e emancipadora.

Ao cruzar esses dois pensamentos, percebe-se que ambos reconhecem e valorizam as experiências, como a da elaboração dos planos municipais, que promove vivências entre diferentes sujeitos em seu contexto territorial. Trata-se de uma aprendizagem que circula não apenas através de livros e teorias, mas também por meio das interações com outras pessoas na educação não formal ou informal, em arenas públicas participativas, com o espaço físico e social ao nosso redor (LIMA, 2021).

Igualmente neste trabalho que desdobrou em um importante instrumento de gestão territorial participativa, o território vivido torna-se, assim, um espaço de aprendizado rico em possibilidades de reflexão, diálogo e ação transformadora. Nesse sentido, a educação deve ser concebida como um processo contínuo de interação entre teoria e prática, entre conhecimento acadêmico e experiência vivida.

Aprender no e com o mundo, como Paulo Freire coloca, significa estar aberto para explorar e compreender as múltiplas dimensões do território, reconhecendo suas complexidades e desafios, mas também suas potencialidades e oportunidades de transformação. É através desse encontro entre teoria e prática, entre território vivido e aprendizado contextualizado, que podemos construir uma compreensão mais profunda e significativa da realidade em que estamos inseridos para buscar incidir nela.

3.1.2. Base operacional do Processo Participativo

O processo participativo não se delimita apenas à etapa das oficinas ou de interação direta com o público, mas todo o ciclo do projeto a partir do seu desenho e concepção. Desde as primeiras interlocuções com multiplicadores, atores estratégicos ou público difuso, passando por essas contribuições conduzidas via oficinas, até a avaliação e validação ampliada das diretrizes (advindas da equipe técnica e da sociedade civil) inclusas no plano.

A depender do tempo disposto, algumas atividades podem interceptar outras mesmo estando em paradigmas diferentes de execução. Da mesma forma, a partir das premissas postas, tornou-se indispensável a tessitura da participação social de forma integrada à elaboração técnica durante todo o percurso. Durante o processo, elencou-se cinco arenas de participação, sendo elas:

1. Metodologia geral dos Planos de Gestão com instituições científicas e acadêmicas, órgãos públicos, entidades privadas e da sociedade civil;
2. Acompanhamento do projeto e proposição de metodologias de participação social com Conselhos Gestores, CADES Regionais ou Conselhos Participativos;
3. Oficinas de elaboração dos Planos de Gestão abertas ao público e oficinas específicas com crianças e adolescentes;
4. Consulta pública para devolutiva do processo de participação social e apresentação de resultados; e
5. Grupo de Referência composto por coletivos, movimentos e entidades da sociedade civil para acompanhar os processos e resultados do Viva o Verde SP.



Cabe lembrar das reuniões regulares com o Grupo de Referência² (GR), com atores estratégicos já envolvidos na elaboração de planos municipais em São Paulo e com municípios que se candidataram a acompanhar mais de perto a formatação da metodologia de participação social.

Tabela 1 – Atividades participativas nas etapas do Plano de Gestão

Legenda

 Avaliação inicial ou Diagnóstico	 Reavaliação	 Gestão e Manutenção	 Planejamento e Desenho
--	---	---	--

Diagnóstico preliminar



Como vetor central, buscou-se fomentar a discussão para :1) a definição de estrutura (ou sumário) do plano de gestão de maneira comparativa a outras gestões de parques de diferentes países e no estado e município de São Paulo; 2) as definições conceituais, de princípios e objetivos dos planos de gestão; 3) a coleta de informações secundárias, no diagnóstico preliminar dos oito parques abrangidos pelo Projeto Viva o Verde SP, na criação de matriz de contribuições para a transversalização da participação social.

Adicionalmente, coube os trabalhos de campo como investigação e caracterização dos parques; o mapeamento das partes interessadas e de atores estratégicos, a participação dos grupos de interesse (CADES, Conselhos Gestores de Parque, Grupo de Referência) para apresentação da equipe e do projeto.

Diretrizes e metodologia das oficinas participativas



Nessa etapa (ou bloco), foram realizadas visitas mais direcionadas nos oito parques. Somado a isso, foram realizadas reuniões específicas com cada uma das áreas competentes da SVMA e Prefeitura de São Paulo, estudo aprofundado e análise das informações levantadas sobre os parques.

Ao final, elaborou-se propostas preliminares para as diretrizes técnicas e algumas indicações metodológicas para o processo participativo com o Conselho Gestor do Parque – ou, na sua falta, o CADES ou Conselho Participativo da região que abrange o parque.

O resultado desse bloco é, portanto, a delimitação e divulgação das oficinas participativas, além da definição das diretrizes de cada parque.

Oficinas participativas



A partir de uma ampla discussão sobre os métodos, técnicas e ferramentas, estabeleceu-se uma agenda de oficinas territorializadas, distribuiu-se a equipe e coletou-se contribuições da sociedade civil. Para conhecer melhor a metodologia aplicada nas oficinas, ver o anexo do processo participativo que acompanha este documento.

Pós oficinas



As atividades dessa etapa envolveram o estudo de viabilidade das propostas elencadas e sua sistematização, a organização e divulgação das consultas públicas através da plataforma "Participe +", a realização de reuniões devolutivas sobre as oficinas participativas para os Conselhos e CADES, além da sistematização e compilação dos planos. Também foram realizadas consultas públicas presenciais e online.

² O Grupo de Referência é um grupo composto por integrantes representantes de articulações, movimentos, coletivos, empresas ou projetos com atuação na cidade de São Paulo e em temas que confere a discussão sobre espaços públicos, espaços de lazer, direito à cidade.

4. Parque Linear Córrego do Bispo: Informações gerais

O Parque Linear Córrego do Bispo, com 530.000 m², origina-se do terreno pertencente, na segunda metade do século XIX, ao bispo de São Paulo, Dom Antônio Joaquim de Mello, atribuindo ao local o nome de Fazendinha do Bispo. Posteriormente, o terreno foi doado ao Seminário Episcopal de São Paulo. O terreno está associado às áreas de amortecimento do Parque Estadual da Serra da Cantareira, vinculando-se a córregos e nascentes que desaguam no córrego Cabuçu de Baixo, importante afluente do Rio Tietê.

O parque se localiza às bordas do Parque Estadual da Serra da Cantareira e do Horto Florestal. Sua vocação evoca a história da ocupação pregressa de sua área, com a existência de sítios arqueológicos e resquícios arquitetônicos relevantes. Há necessidade de mitigação dos impactos geoambientais gerados pela presença do Rodoanel - Trecho Norte e do futuro Ferroanel que cortam seu perímetro.

A vulnerabilidade das comunidades situadas no entorno do Parque Linear Córrego do Bispo deve ser objeto de atenção. O parque deve manter suas características de preservação e conservação ambiental, mas também deve oferecer lazer e bem-estar para a comunidade local, bem como atividades de educação ambiental, pesquisa e educação patrimonial.

Dentre as palavras levantadas na oficina de participação social como resposta à questão “Qual é a importância desse parque para você?”, as mais enfatizadas foram “preservação” e “espaço de cultura e lazer”, evidenciando a vocação do parque e a importância de alinhar as atividades com essas aspirações e valores.

Tabela 2 – Ficha introdutória do parque

Nome do parque	Parque Linear Córrego do Bispo
Área Total	530.000m ²
Previsão de inauguração	2024
Classificação junto à SMVA	Urbano – com previsão de se tornar Parque Natural a partir da extensão das áreas adjacentes por meio do Decreto de Utilidade Pública (DUP) Decreto nº 63.182/2024.
Endereço	Estrada Santa Inês, Cachoeirinha, São Paulo - SP, 02639-000
Horário de funcionamento	Das 6:00 às 18:00
Distrito	Cachoeirinha
Zona	Norte
Subprefeitura	Casa Verde

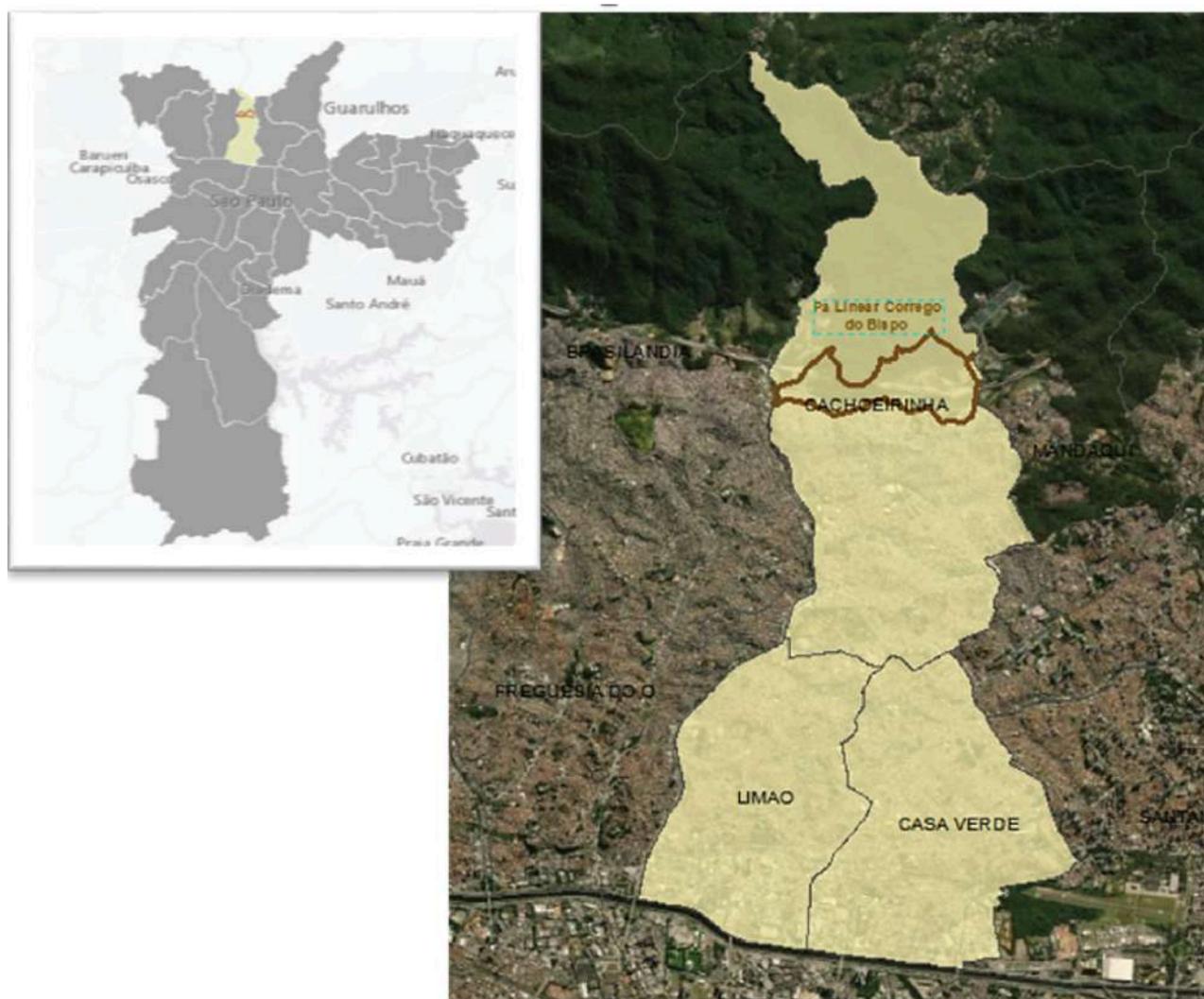


5. Contexto urbano

O Parque Linear Córrego do Bispo está localizado na Subprefeitura da Casa Verde/Cachoeirinha, distrito da Cachoeirinha, Zona Norte de São Paulo. A seguir, para fins de análise do contexto urbano em que está inserido, utilizou-se o raio de um quilômetro³ a partir de um dos principais portões do parque. Tal caracterização envolve os usos do solo e do espaço urbano, bem como os tipos de zoneamentos correspondentes, os aspectos físicos e socioeconômicos do território, a disposição dos equipamentos públicos na área e o acesso ao parque por transporte público.

O objetivo é o de construir um diagnóstico do entorno do parque, a fim de pensá-lo como equipamento urbano, vislumbrando, portanto, suas relações reais e potenciais com a área da cidade em que está inserido.

Figura 2 - Localização do Parque Linear Córrego do Bispo no município de São Paulo



Elaboração: Adriana Quedas/ONU-Habitat, 2024

³ Foi estabelecido o acesso principal do parque como ponto central do raio verificado, uma vez que o índice de 1km de raio já é utilizado de forma padrão pela Secretaria do Verde e Meio Ambiente (SVMA).

Mapa 1- Limites do Parque Linear Córrego do Bispo



Localização - Limites municipais de São Paulo e subprefeituras em destaque



PARQUE CÓRREGO DO BISPO

- Parque
- ◆ Entradas do parque
- Logradouro
- Em obras
- Proposto em imóveis da SVMA
- Proposto em imóveis de terceiros

Fontes: Limite do parque (SVMA, 2023). Logradouro (Geosampa, 2023). Entrada do parque (ONU-Habitat, 2024). Imagem de satélite (BING, 2024).



Sistema Geodésico de Referência: SIRGAS 2000
Projeção: UTM, Fuso: 23S

LIMITES



Data	Escala	Elaboração
05/2024	1:12.800	ONU-Habitat

Fonte: Elaborado por ONU-Habitat



5.1. Ocupação e Uso do Solo

O Parque Linear Córrego do Bispo localiza-se na divisa entre o limite norte da mancha urbana da capital paulista e o Parque Estadual da Serra da Cantareira, conforme imagem de satélite (Figura 2). O parque está localizado em uma região de características complexas, conforme ilustrado na Figura 3.

Ele se encontra próximo a duas importantes Unidades de Conservação – o Parque Estadual da Serra da Cantareira e o Horto Florestal – além de um parque planejado no Plano Diretor Estratégico de São Paulo, o Parque Linear Córrego Bananal Itaguaçu. Além disso, o Parque Linear Córrego do Bispo é cortado pelo Trecho Norte do Rodoanel, o que gera desafios significativos para sua gestão e para a manutenção da qualidade de seus serviços ecossistêmicos.

Figura 3 - Unidades de Conservação e Parques no entorno do Parque Linear do Córrego do Bispo, e o Trecho Norte do Rodoanel, que atravessa o parque

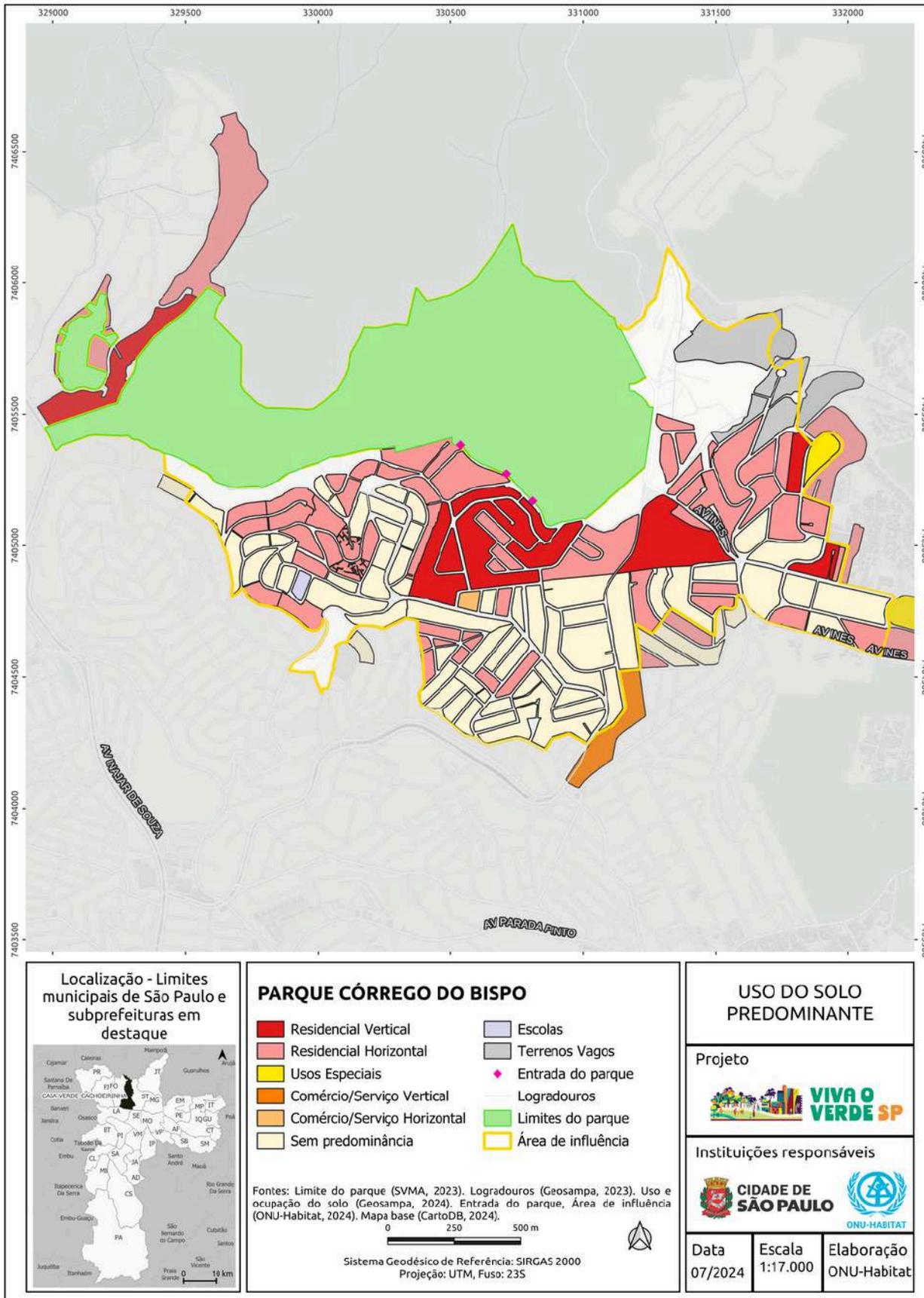


Fonte: Geosampa, 2024

No Mapa 2 observa-se que o Uso do Solo Predominante Fiscal⁴ ao redor do Parque é bem heterogêneo, tendo como usos predominantes o Residencial Horizontal de Baixo Padrão e Médio/Alto Padrão, com manchas de usos mistos e de Comércio e Serviços. Há também terrenos/lotes vagos, um deles, inclusive, dentro do limite do Parque.

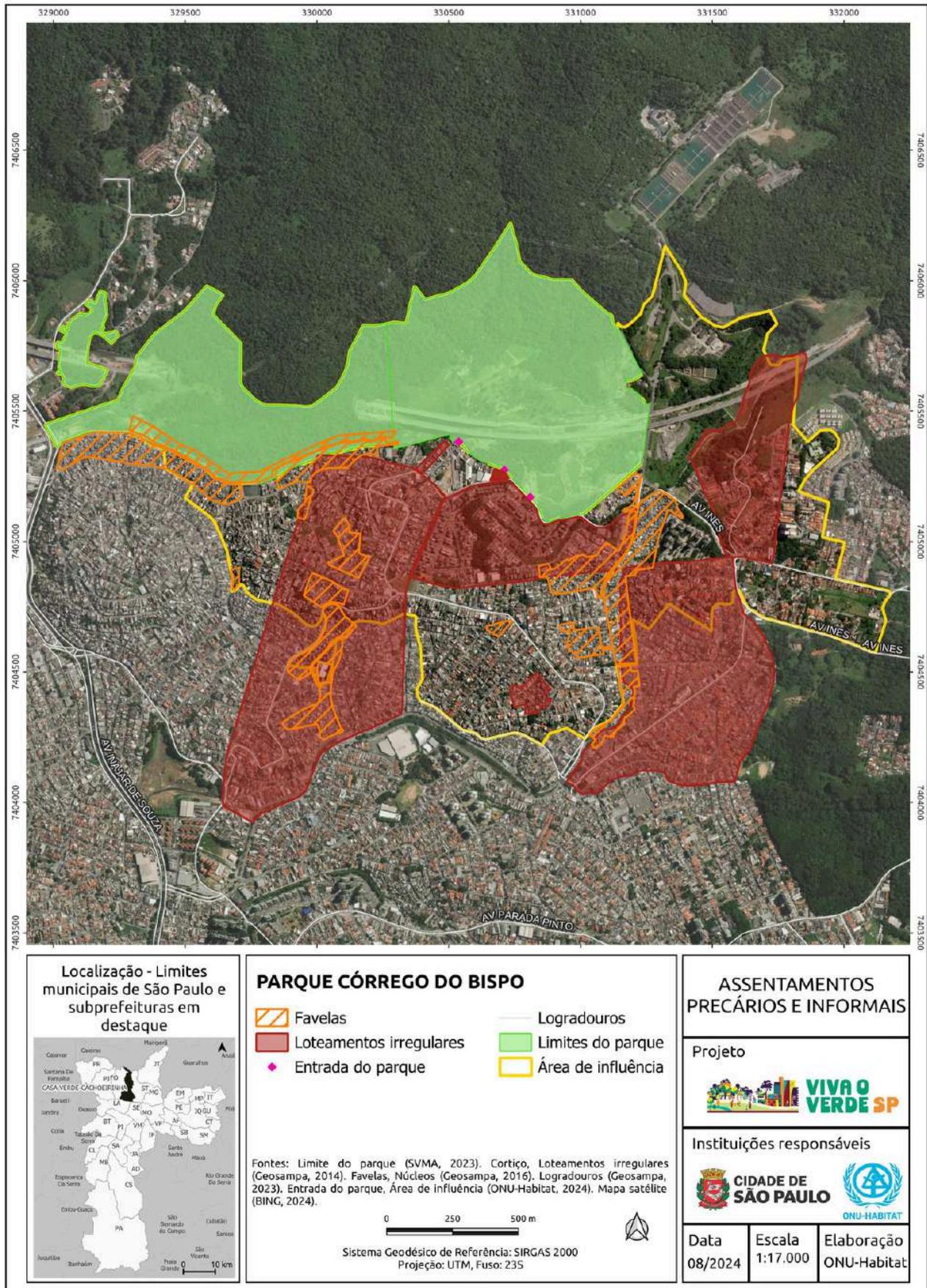
⁴ Segundo o Geosampa, Camada Uso do Solo Predominante Fiscal se caracteriza por um "Tipo de uso do solo predominante (maior ou igual a 60%) por quadra fiscal. Com a finalidade de análise do espaço urbano, a Secretaria Municipal de Planejamento (SEMPA), hoje Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL) estabeleceu uma metodologia de agregação resultante do cruzamento entre os valores "uso" e "padrão" atribuídos pelo Cadastro de Contribuintes Mobiliários (CCM), para cada imóvel cadastrado". Como é uma camada de predominância de uso baseada em cadastro fiscal, agregações feitas podem suprimir usos importantes não fiscais, agregando-os em outros usos.

Mapa 2 - Uso do solo predominante



Fonte: Elaborado por ONU-Habitat

Mapa 3 – Cortiços, favelas e loteamentos irregulares



Fonte: Elaborado por ONU-Habitat



A partir de dados do Habitasampa (2015), observa-se que ao redor do parque e até mesmo dentro do seu limite existem favelas, loteamentos irregulares e um núcleo urbano⁵, indicando a complexidade da questão urbana e fundiária na região (Mapa 3).

Considerando o Macrozoneamento do Plano Diretor Estratégico de São Paulo (2023), o parque se localiza na Macrozona de Proteção e Recuperação Ambiental. Está inserido na Macroárea de Preservação dos Ecossistemas Naturais e seus limites tocam a Macroárea de Qualificação Urbana e Ambiental e a Macroárea de Redução da Vulnerabilidade Urbana e Recuperação Ambiental.

A Macroárea de Urbanização Consolidada caracteriza-se

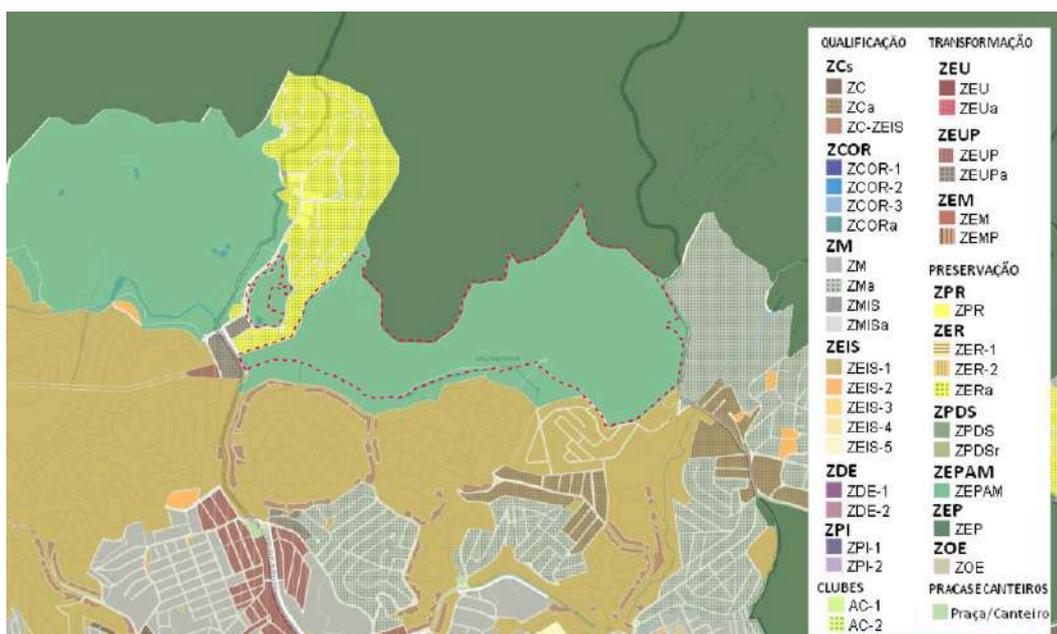
pela existência de sistemas ambientais cujos elementos e processo ainda conservam suas características naturais., onde “predominam áreas de remanescentes florestais naturais e ecossistemas associados com expressiva distribuição espacial e relativo grau de continuidade e conservação, mantenedoras da biodiversidade e conservação do solo, bem como várzeas preservadas, cabeceiras de drenagem, nascentes e cursos d’água ainda pouco impactados por atividades antrópicas e áreas com fragilidades geológico-geotécnicas e de relevo suscetíveis a processos erosivos, escorregamentos ou outros movimentos de massa. (SÃO PAULO, 2023)

A Figura 4 mostra o zoneamento, conforme a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (LPUOS) do Município de São Paulo (Lei Municipal nº 16.402, de 22 de março de 2016 e Revisão

Parcial instituída através da Lei Municipal nº 18.081/2024) do Parque Linear Córrego do Bispo e entorno. O parque está inserido em Zona Especial de Proteção Ambiental (ZEPAM). Ao redor, está cercado por Zona Especial de Preservação (ZEP), Zona Especial de Interesse Social 1 (ZEIS-1), Zona de Centralidade lindeira a ZEIS (ZC-ZEIS), Zonas Exclusivamente Residencial Ambiental (ZERA), Zona Mista Ambiental (ZMa) e Zona de Centralidade Ambiental.

⁵ “Para a Secretaria Municipal de Habitação (Sehab), “Por loteamentos irregulares são identificadas as moradias promovidas por agentes privados e implantadas sem provisão de infraestrutura mínima e respaldo oficial de licenciamento, portanto, a edificação se faz sobre uma estrutura fundiária informal; ocorrem com mais frequência nas periferias da cidade, por vezes se estendendo a municípios com os quais a capital se limita. Já favelas e núcleos são categorias utilizadas para definir áreas de ocupação de terreno público ou particular, sem ordenamento prévio de lotes ou arruamento e que concentram residências autoconstruídas, em geral com elevado grau de precariedade edilícia. Distinguem-se somente pelo alcance da rede de infraestrutura urbana, visto que a definição oficial reconhece como núcleo todas as favelas dotadas de 100% da infraestrutura necessária para o abastecimento de água, coleta de esgoto e drenagem pluvial, iluminação pública e coleta de lixo, distinção que na maior parte dos casos não se comprova na verificação do real” (SILVA, Fernanda Pinheiro, 2020). Quando a análise foi feita estavam disponíveis apenas os dados demográficos do Censo 2010. No Censo 2022 o IBGE substituiu a denominação dos “Aglomerados Subnormais”, adotada pelo instituto em seus censos e pesquisas desde 1991, por “Favelas e Comunidades Urbanas”.

Figura 4 - Zoneamento e ZEIS da região no entorno do Parque Linear Córrego do Bispo



Fonte: Geosampa, 2024



Abaixo seguem as definições de uso e ocupação para as zonas citadas:

- **Zona de Centralidade de Zona Especial de Interesse Social (ZC-ZEIS):** porção do território formada pelos lotes lindeiros às vias que exercem estruturação local ou regional, lindeiras a ZEIS-1, destinadas majoritariamente a incentivar os usos não residenciais, de forma a promover a diversificação dos usos com a habitação de interesse social, a regularização fundiária de interesse social e a recuperação ambiental;
- **Zona Exclusivamente Residencial Ambiental (ZERA):** áreas destinadas exclusivamente ao uso residencial com predominância de lotes de grande porte, localizadas na Macrozona de Proteção e Recuperação Ambiental;
- **Zonas Especiais de Proteção Ambiental (ZEPAM):** são porções do território do Município destinadas à preservação e proteção do patrimônio ambiental, que têm como principais atributos remanescentes de Mata Atlântica e outras formações de vegetação nativa, arborização de relevância ambiental, vegetação significativa, alto índice de permeabilidade e existência de nascentes, incluindo os parques urbanos existentes e planejados e os parques naturais planejados, que prestam relevantes serviços ambientais, entre os quais a conservação da biodiversidade, controle de processos erosivos e de inundação, produção de água e regulação microclimática;
- **Zona Mista Ambiental (ZMa):** são porções do território localizadas na Macrozona de Proteção e Recuperação Ambiental, com parâmetros de parcelamento, uso e ocupação do solo compatíveis com as diretrizes da referida macrozona;
- **Zona Especial de Interesse Social 1 (ZEIS 1):** áreas caracterizadas pela presença de favelas e comunidades urbanas, loteamentos irregulares e empreendimentos habitacionais de interesse social, e assentamentos habitacionais populares, habitados predominantemente por população de baixa renda, onde haja interesse público em manter a população moradora e promover a regularização fundiária e urbanística, recuperação ambiental e produção de Habitação de Interesse Social.
- **Zona Especial de Preservação (ZEP):** porções do território destinadas a parques estaduais considerados unidades de conservação, parques naturais municipais existentes e outras Unidades de Conservação de Proteção Integral definidas pela legislação federal (Sistema Nacional de Unidades de Conservação), existentes e que vierem a ser criadas no Município, tendo por objetivo a preservação dos ecossistemas e permitindo apenas a pesquisa, o ecoturismo e a educação ambiental. O objetivo dessa zona é preservar as unidades de conservação, de forma a ser exigido a observação do plano de manejo de cada unidade de conservação.

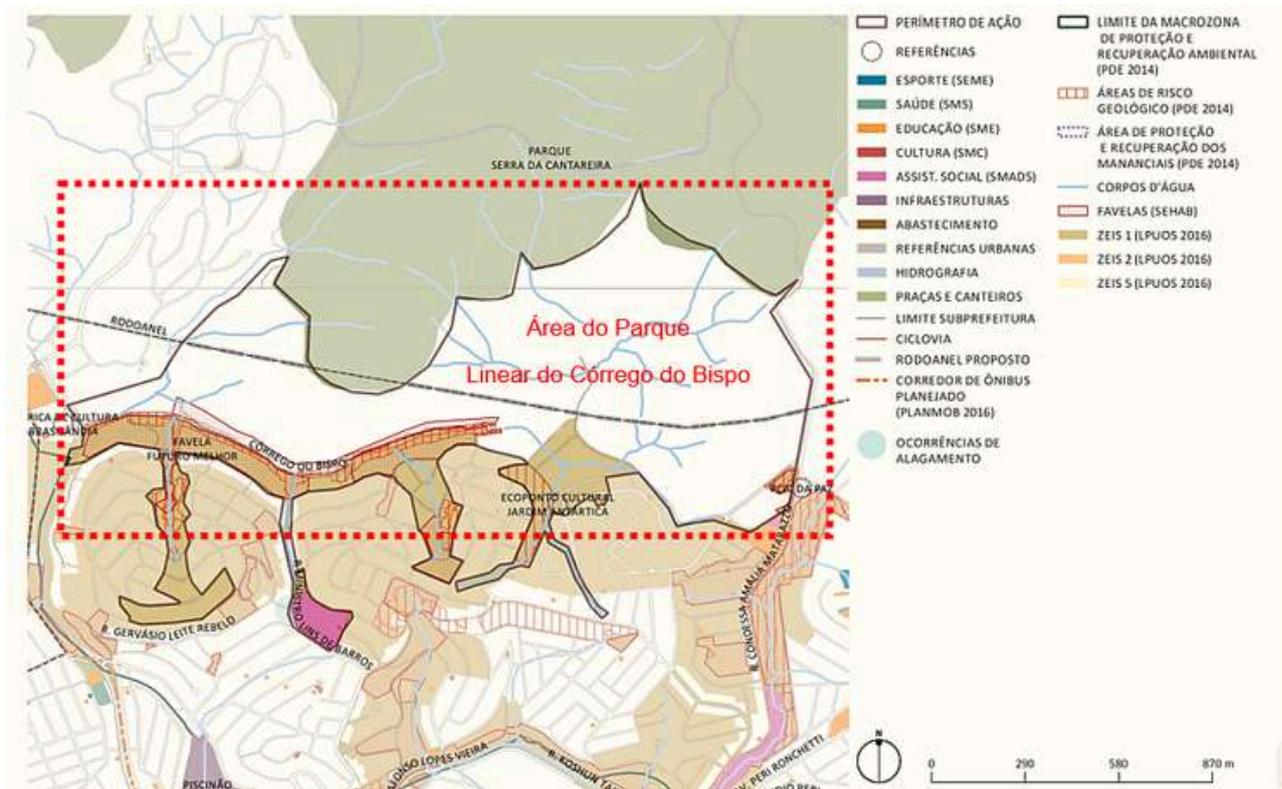
No Plano Regional da Subprefeitura da Casa Verde/Cachoeirinha (Figura 5) (2016), o Parque Linear do Córrego do Bispo consta no Perímetro de Ação 421 – Córrego do Bispo e Afluentes. Nota-se que a criação do Parque Linear do Córrego do Bispo aparece como a primeira das diretrizes deste Perímetro de Ação, conforme lista que segue:

- Criação do parque linear (PQ-CV-01 - Parque Linear do Córrego do Bispo), conforme especificação do Plano Diretor Estratégico (PDE) e de acordo com diretrizes da Zona de Amortecimento da Cantareira, de modo a atender a demanda por espaços verdes públicos, conter a expansão urbana, proteger os fragmentos de Mata Atlântica e mitigar os impactos do Rodoanel;
- Implantação de áreas de permanência e lazer nas margens do Córrego do Bispo, minimizando os fatores causadores de enchentes. Construção, ao longo do parque linear, de vias de circulação de pedestres e ciclovias. Recuperação paisagística dos córregos que não estão tamponados, com arborização e implantação de equipamentos. Revitalização de campo na Av. Francisco Machado da Silva, e implantação de área de lazer na Rua Forte de São Caetano, segundo pedidos da população;
- Apoiar e incentivar a agricultura urbana nos espaços livres, de acordo com a Lei Municipal Nº 16.212, de 10 junho de 2015, e com o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana (PROAURP);

- Solucionar as questões habitacionais, especialmente nas áreas de risco e ao longo do Parque Linear do Córrego do Bispo, de acordo com o Plano Municipal de Habitação (PMH). Remoção de residências onde não há solução tecnológica viável para a prevenção dos riscos de solapamento, escorregamento e alagamento em que a área é sujeita atualmente. Atendimento habitacional para os habitantes removidos em área próxima, prioritariamente na mesma sub-bacia. Congelamento da área e obras para a redução de riscos de escorregamento e solapamento;
- Qualificação dos espaços livres públicos, contemplando implantação e melhoria de passeios públicos, escadarias, sinalização, arborização, acessibilidade universal e mobiliário urbano, principalmente lixeiras. Destaque para a revitalização das diversas escadarias existentes no perímetro, especialmente: entre as ruas Olhos do Coração e Solar, ao lado do conjunto habitacional Cohab Jd. Antártica; entre as ruas João Oliveira Salgado e Antônio Lopes de Barros, garantindo colocação de corrimão e melhoria de iluminação, segundo pedidos da população; e entre as ruas Gervásio Leite Rebelo e Doutor Francisco Eugênio do Amaral. Construção de passarelas de pedestre sobre o córrego Cabuçu de Baixo, conectando o Parque Linear proposto ao equipamento "Fábrica de Cultura Brasilândia";
- Recuperação e despoluição da nascente e do leito dos córregos e implantação da infraestrutura de saneamento ambiental, com garantia de limpeza, arborização e impedimento de novas ocupações nos cursos d'água. Priorizar a utilização de tecnologias e procedimentos construtivos sustentáveis. Mobilização da população para o planejamento participativo das intervenções na bacia hidrográfica, promovendo atividades de educação ambiental e comunicação social voltadas ao manejo das águas e dos resíduos sólidos;
- Estudar a criação de equipamentos esportivos e culturais conectados com o sistema de transporte coletivo e aos terminais existentes e previstos;
- Qualificar as principais vias de acesso a Casa de Cultura Palhaço Carequinha, melhorando as calçadas, mobiliário urbano e arborização;
- Solução para os problemas de saneamento e drenagem, em consonância com o Plano Municipal de Saneamento Ambiental e com o Plano Diretor de Drenagem municipal. Destaque para os pontos de alagamento existentes, principalmente ao longo do Córrego do Bispo, nas ruas São Roque de Minas e Gervásio Leite Rebelo. Implantar ações de recuperação ambiental e de ampliação de áreas permeáveis e vegetadas nas áreas de fundo de vale e em cabeceiras de drenagem e em planícies aluviais indicadas na Carta Geotécnica, em consonância com o Programa de Recuperação de Fundo de Vale. Coleta e destinação dos resíduos sólidos de acordo com o Plano de Gestão;
- Qualificar o Parque Linear Parque Grajaú atendendo as demandas da população;
- Promover atendimento habitacional à população em área de risco e em situação de vulnerabilidade ambiental, principalmente as favelas Alto da Alegria e Parque São José Integrado de Resíduos Sólidos (PGIRS). Considerar os impactos da implantação do trecho norte do Rodoanel;
- Adequação viária, implantação de ciclovias e estruturação do transporte público. Destaque para pavimentação das vias próximas ao Córrego do Bispo e melhoria das ruas Solar, Lembrança, Dom Aquino e Anfitriã. Conexão local interligando o final da Avenida Inajar de Souza a Avenida Santa Inês, proposta pela população, deverá ser avaliada mediante projetos urbanísticos e habitacionais na região. Solução técnica para melhorar a conexão entre a Avenida Inajar de Souza e Rua Gervásio Leite (altura do número 1300);
- Construção e/ou requalificação de equipamentos públicos, com destaque para implantação de equipamentos de cultura, educação e saúde. Liberação para uso do Espaço Cultural Ambiental e Social integrado ao Ecoponto Cultural do Jardim Antártica, construído para utilização dos munícipes.



Figura 5 - Área do Parque Linear Córrego do Bispo incluída no Perímetro de Ação 461 - Córrego do Bispo e Afluentes, do Plano Regional da Casa Verde/Cachoeirinha



Fonte: PMSP / Plano Regional da Casa Verde/Cachoeirinha, 2014

Por estar na borda do Parque Estadual da Serra da Cantareira, o Parque Linear Córrego do Bispo também está submetido às diretrizes de seu Zoneamento e do Plano de Manejo do Parque Estadual (PE), de 2009, pois encontra-se em sua Zona de Amortecimento.

Em relação a patrimônio cultural e arqueológico, o Parque Linear Córrego do Bispo está incluído na área tombada da Reserva Estadual da Cantareira, como Bem Tombado - Parque (Conpresp - Resolução no. 31/92). Na área do Parque também se encontram três sítios arqueológicos, de acordo com o Geosampa: a Área de Interesse Histórico e Cultural (AIHC) Guarda Mato, o do Condomínio Itaguassu e a Casa do Bispo, que se encontra na divisa do parque com o PE Cantareira.

Ainda no que diz respeito ao uso e ocupação do parque e entorno, a interferência do Rodoanel sobre a área do parque foi uma das preocupações apontadas durante a Oficina Participativa. Questões sobre o impacto ambiental da obra e operação do Rodoanel, a poluição sonora, ambiental e visual da via e ausência da DERSA (Desenvolvimento Rodoviário S.A.) nas reuniões do conselho, bem como na elaboração de medidas de prevenção dos impactos foram os problemas levantados pela população.



5.2. Estrutura socioeconômica

Para as análises das características socioeconômicas do entorno do parque foram utilizados os dados de Densidade Demográfica do Censo 2010⁶ e os dados do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS)⁷, também de 2010

Segundo a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) foram consideradas duas dimensões para o cálculo do IPVS: a socioeconômica, que abrange a renda e a escolaridade e o sexo do responsável pelo domicílio; e o ciclo de vida futura, referente à idade média da família e à presença de crianças com até quatro anos de idade.

A Figura 6 demonstra a relação entre densidade demográfica e vulnerabilidade social. A região em que se localiza o parque apresenta densidade demográfica entre média e média alta (entre 5 mil e 58,4 mil habitantes por km²), com enclaves de densidade média-alta. Com relação à vulnerabilidade social, vê-se que enquanto alguns setores próximos ao limite do parque apresentam vulnerabilidade alta, tanto em setores urbanos consolidados, como nos assentamentos precários, outros setores apresentam vulnerabilidade muito baixa e baixa. É possível observar, ainda, que as áreas mais densas comumente são as com maior vulnerabilidade.

Figura 6 - Densidade Demográfica (hab./Km2) e IPVS para a área do entorno do parque



Elaboração: Adriana Quedas/ONU-Habitat. Fonte: IBGE/Censo, 2010

⁶ Até o momento da realização deste trabalho não foram obtidos dados mais recentes agregados por setores censitários do Censo 2022 e que permitem uma análise detalhada na escala local.

⁷ Índice elaborado pela Fundação SEADE cuja finalidade é oferecer ao gestor público e a sociedade em geral uma visão mais detalhada das condições de vida no interior do município, com a identificação e a localização espacial das áreas que abrigam os segmentos populacionais mais vulneráveis à pobreza.

5.3. Eixos viários e mobilidade

Por se localizar no extremo norte do município de São Paulo, o sistema viário no entorno do Parque Linear Córrego do Bispo é constituído principalmente por vias locais e vias coletoras, com duas vias arteriais localizadas a leste e a oeste do parque: a Avenida e Estrada de Santa Inês e a Avenida Inajar de Souza, respectivamente. Há também uma rodovia em fase final de construção e que atravessa o parque a qual, quando concluída, não terá acesso direto nem ao parque, nem à região: o trecho norte do Rodoanel Metropolitano (Figura 7).

A localização na extremidade da cidade também reflete na pouca oferta de modais de transporte urbano que acessam o parque e seu entorno, podendo ser observado nos mapas 4 e 5. Há uma faixa exclusiva de ônibus na Av. Inajar de Souza, onde também há uma ciclovia que passa ao lado do parque. Nas vias que passam ao sul do parque existem vários pontos de ônibus, porém o terminal mais próximo, o Vila Nova Cachoeirinha, está a 2,5 km do local. Não há estações de trem ou metrô próximas.

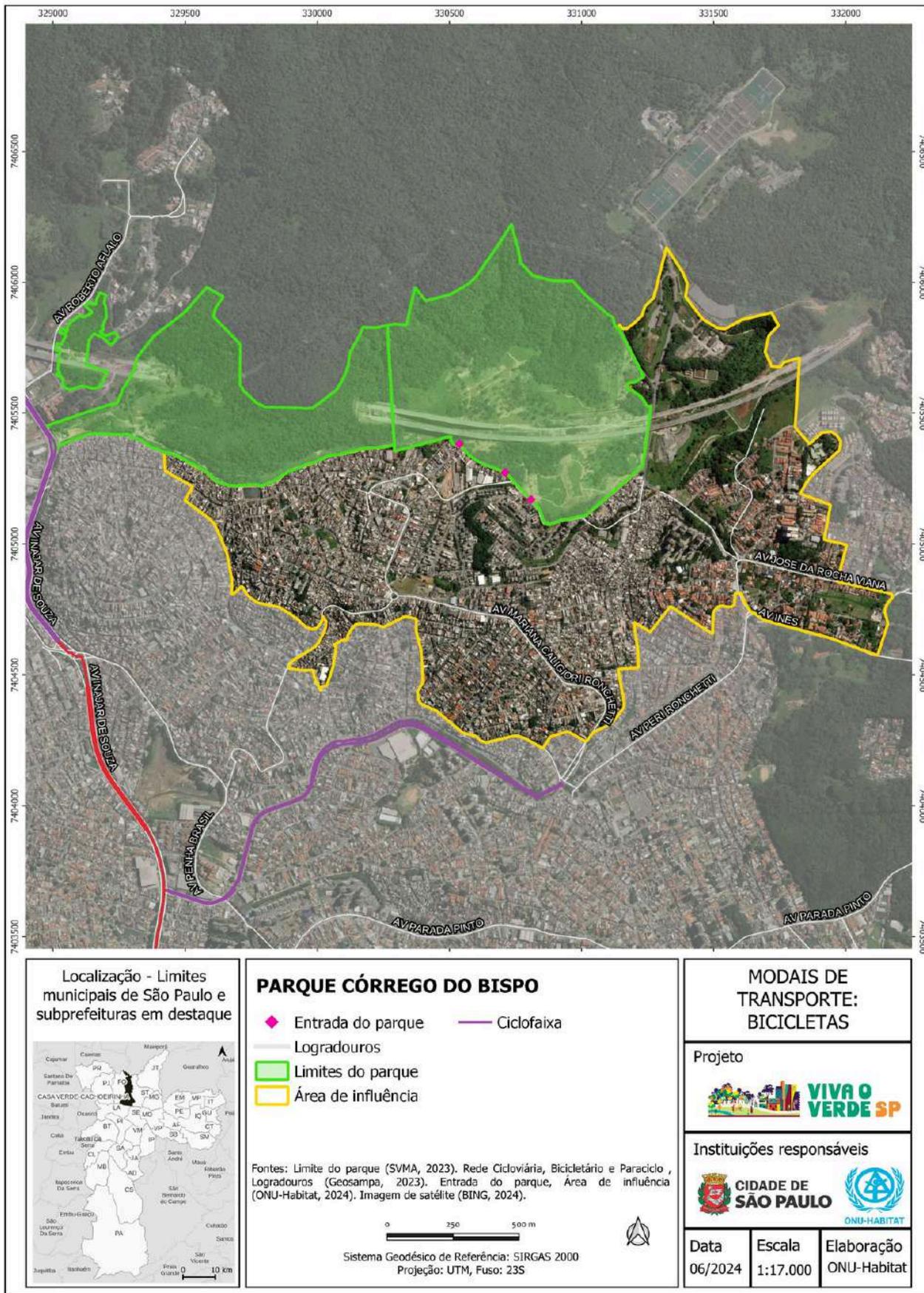
Figura 7 - Sistema Viário no entorno do Parque Linear do Córrego do Bispo e a classificação viária segundo a Companhia de Engenharia de Tráfego – CET



Fonte: Geosampa, 2023

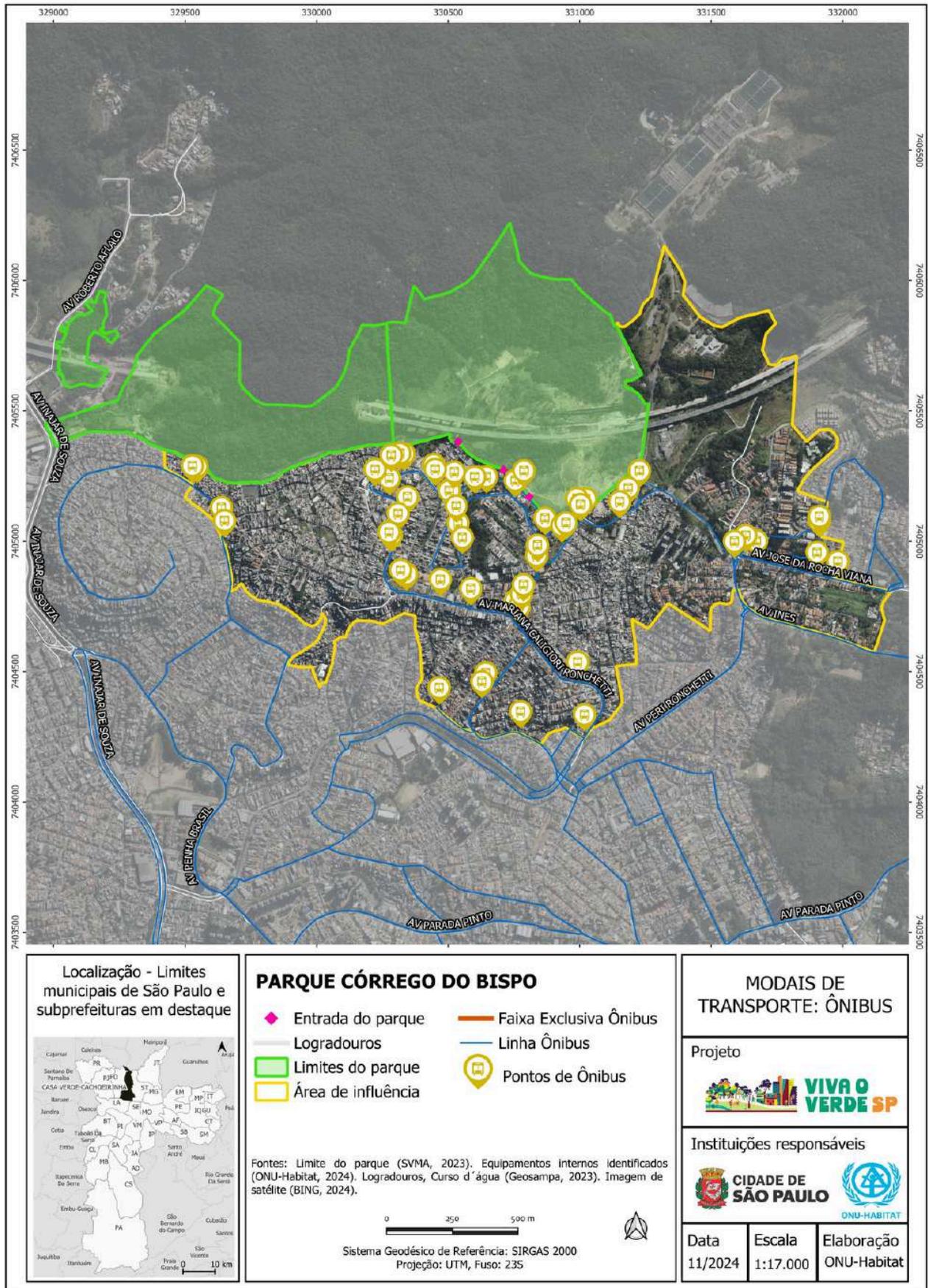


Mapa 4– Sistema viário no entorno do parque e identificação do sistema cicloviário



Fonte: Elaborado por ONU-Habitat

Mapa 5 – Sistema viário no entorno do parque e identificação das faixas exclusivas de ônibus e pontos de ônibus



Fonte: Elaborado por ONU-Habitat

6. Território-Parque

O Território-Parque é uma unidade de cogestão e planejamento territorial em escala local delimitada pela Área de Influência⁸ do Parque Linear Córrego do Bispo que estabelece um perímetro de atuação e priorização de uma agenda comum de parcerias, atividades, ações e intervenções entre comunidades, conselhos, agentes e equipamentos públicos próximos ao parque, articulados por meio de uma rede socioambiental⁹.

Com isso, busca-se promover uma esfera de articulação pública, entre diferentes instâncias da sociedade, que possa, ao mesmo tempo, promover ações de prevenção aos principais desafios relacionados aos territórios de entorno imediato e próximo do parque e, também, potencializar oportunidades vinculadas ao seu espaço urbano ampliado, com o qual ele se correlaciona diretamente ou indiretamente.

6.1. Caracterização do Território-Parque

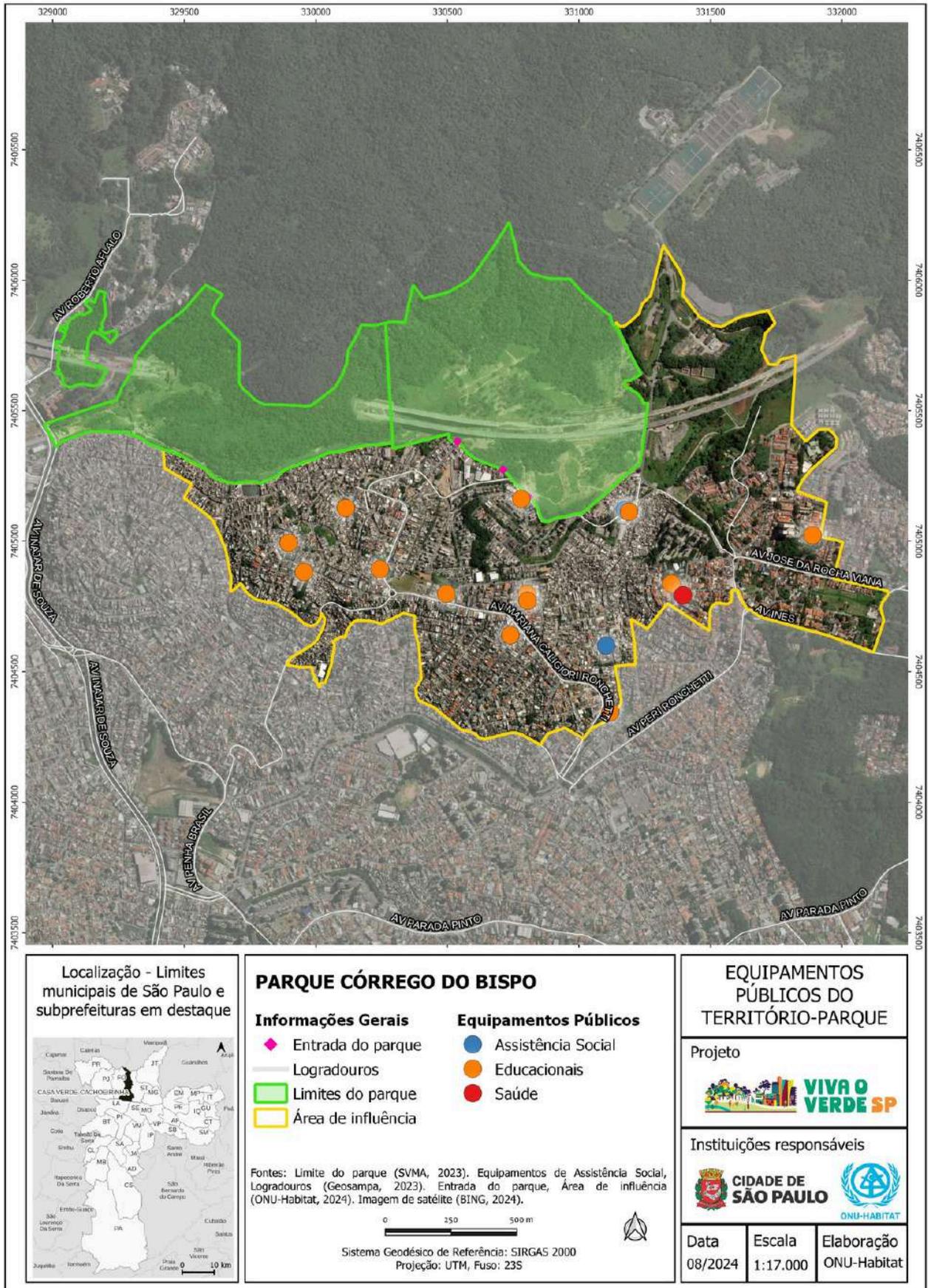
O perímetro de atuação do Território-Parque do Parque Linear Córrego do Bispo e os principais equipamentos públicos municipais ali relacionados, estão definidos, mapeados e destacados no Mapa 6. Na sequência, podem ser verificados separadamente o mapeamento dos diferentes equipamentos públicos deste território nos mapas 7, 8 e 9. Não foram relacionados na área de estudo equipamentos culturais, nem esportivos.



⁸ As Áreas de Influência dos parques foram definidas com base na mobilidade ativa do pedestre e a partir de um critério temporal. Dessa forma, foi calculado um raio sobre a malha viária delimitando o território atendido em uma caminhada de até 15 minutos entre um acesso do parque e suas ruas adjacentes. A área resultante é entendida como adequada para que as pessoas se sintam estimuladas a frequentar o parque mais próximo, seja de sua residência ou trabalho. Para o cálculo, foi considerado o tempo de caminhada de, no máximo, 15 minutos para pessoas adultas sem restrições de mobilidade, considerando variações de velocidade conforme declividade do terreno. Adicionou-se a isso a abrangência territorial de 15 minutos de caminhada para crianças e idosos, bem como para pessoas com restrições de mobilidade, visto que são grupos com deslocamentos mais lentos.

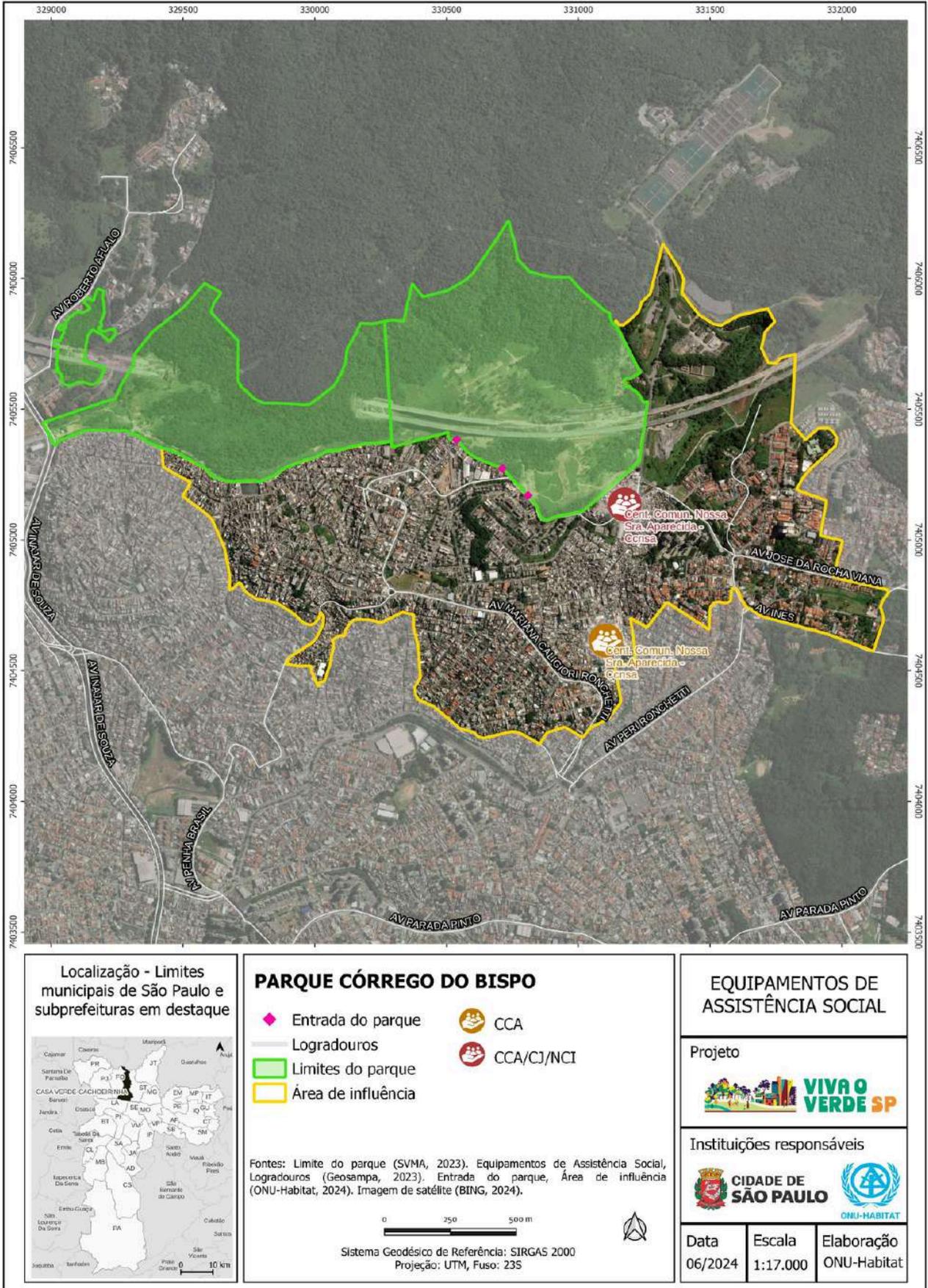
⁹ Para a articulação de rede socioambiental vinculada ao Território-Parque, recomenda-se a criação de uma Portaria Intersecretarial, no âmbito da Prefeitura de São Paulo, que estabeleça a formalização desta instância de cogestão e planejamento entre os diferentes equipamentos delimitados pela área de influência do parque, articulando, assim, sob a participação direta da gestão e do conselho gestor do parque, diferentes secretarias municipais presentes em tal território.

Mapa 6 – Mapeamento dos equipamentos públicos do Território-Parque



Fonte: Elaborado por ONU-Habitat

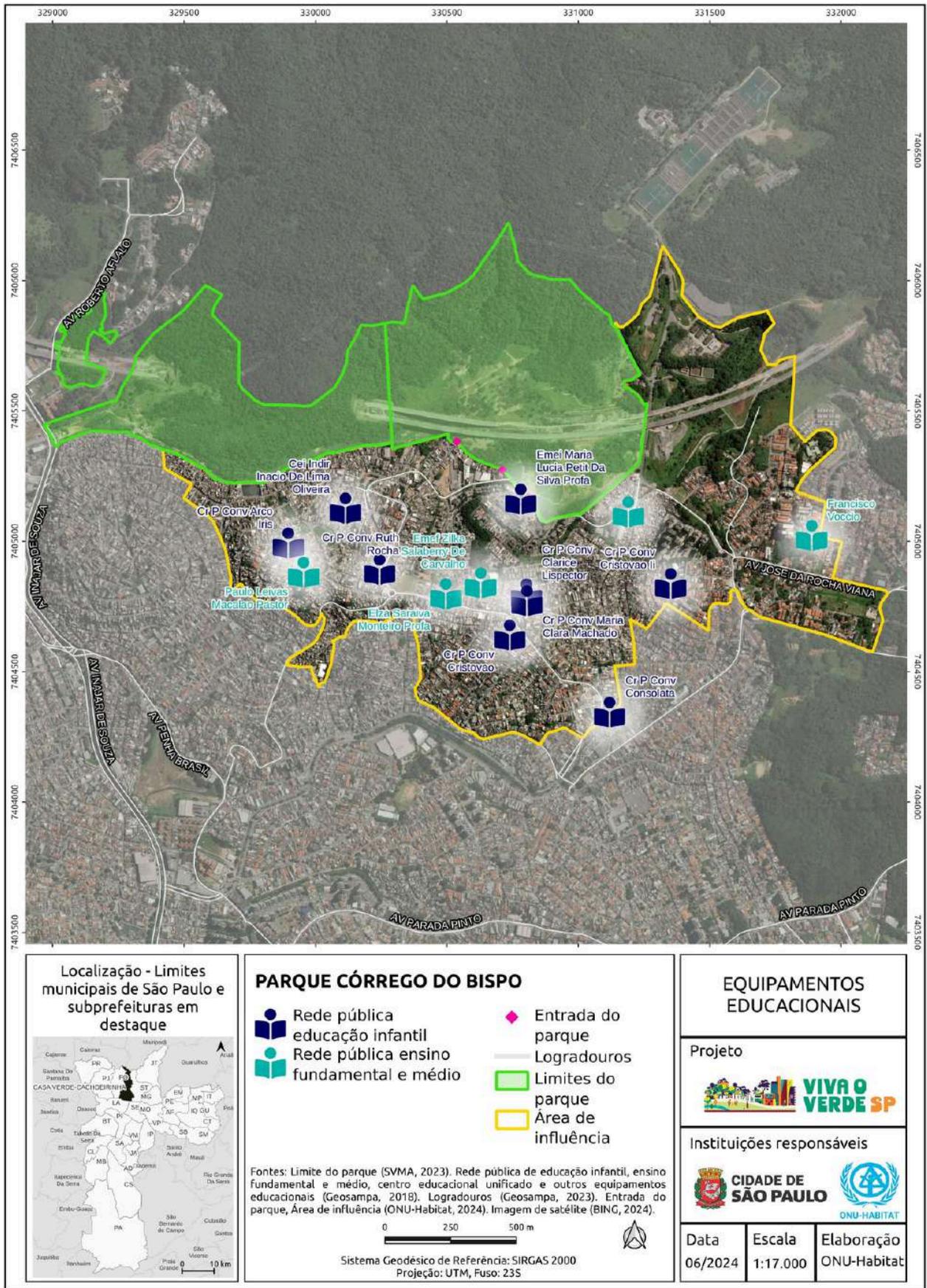
Mapa 7 – Equipamentos de Assistência Social do Território-Parque



Fonte: Elaborado por ONU-Habitat

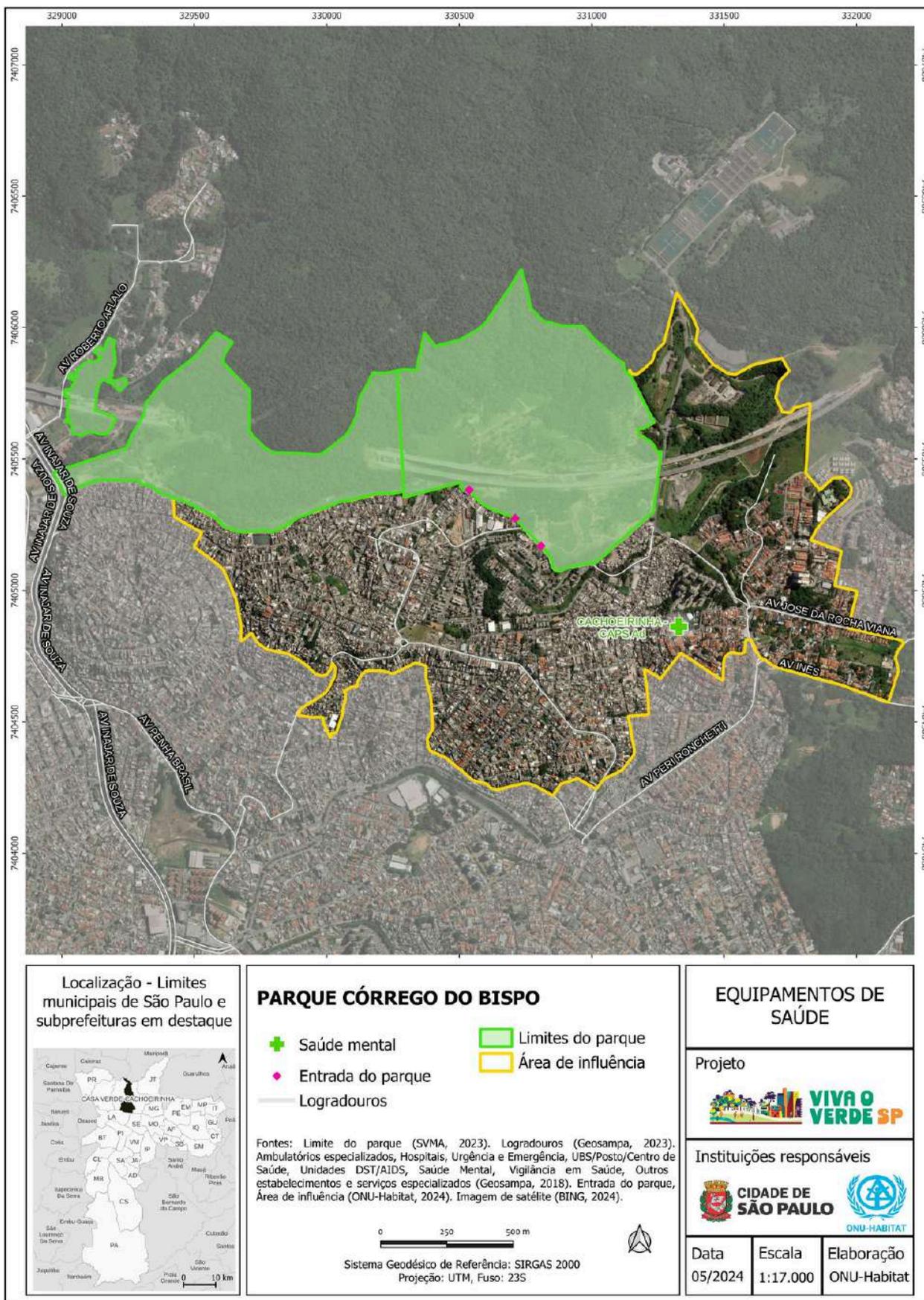


Mapa 8 – Equipamentos Educacionais do Território-Parque



Fonte: Elaborado por ONU-Habitat

Mapa 9 – Equipamentos de Saúde do Território-Parque



Fonte: Elaborado por ONU-Habitat



6.2. Desafios e oportunidades do Território-Parque

Entre os desafios vinculados ao Território-Parque do Parque Linear Córrego do Bispo, estão:

- A ausência de equipamentos de cultura e esporte, na área próxima, abre a possibilidade para que o parque abrigue novos equipamentos em parceria com estes setores da administração pública, como por exemplo uma casa de cultura junto às ruínas, por seu valor patrimonial, ou a oferta de esportes vinculados à floresta, como trekking;
- Necessidade de ações voltadas para a segurança comunitária pela ausência de equipamentos públicos de Segurança.

Entre as oportunidades vinculadas ao Território-Parque do Parque Linear Córrego do Bispo, estão:

- Boa oferta de equipamentos de saúde, assistência social e educação na área próxima do parque aponta para a possibilidade de promoção de parcerias e atividades voltadas para o bem-estar e educação ambiental;
- Destaque para o público infantil dos equipamentos educativos próximos ao parque, o qual pode receber atividades extensivas escolares e estar vinculado ao currículo escolar da região.

Figura 8 – Imagem aérea do Parque Linear Córrego do Bispo e sua relação com o entorno



Fonte: Secretaria do Verde e do Meio Ambiente

7. Caracterização do Parque Linear Córrego do Bispo

Na sequência da avaliação do contexto urbano e da consolidação do plano de ação do Território-Parque, este capítulo concentra-se na caracterização do Parque Linear Córrego do Bispo e visa proporcionar uma visão abrangente e sistemática dos atributos naturais e das dinâmicas de uso do parque, de forma a complementar a compreensão geral decorrente da análise do entorno.

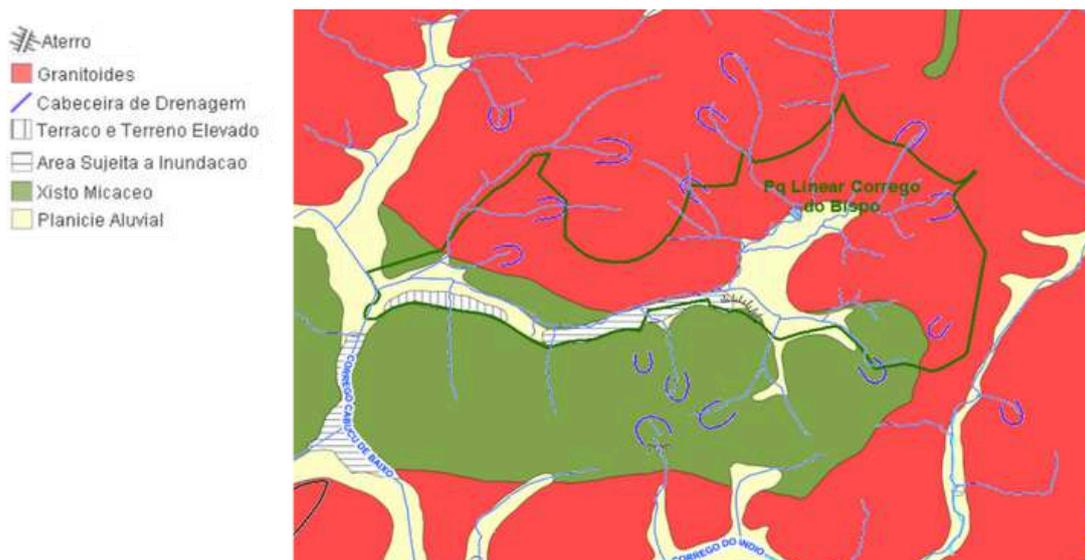
7.1. Atributos naturais

Este item abordará os atributos naturais do parque, apresentando uma visão sobre o relevo, solo, recursos hídricos, vegetação e fauna presentes no território. Além disso, a análise desses atributos permitirá a compreensão do papel do parque para a manutenção dos serviços ecossistêmicos, como a regulação do clima e a preservação da biodiversidade.

7.1.1. Relevo

Segundo Carta Geotécnica do Município de São Paulo do Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT (GEOSAMPA, 2024), boa parte do parque encontra-se sobre uma área de granitóides, com manchas de sedimentos aluviais no centro e boa parte da fronteira sul do parque, sobrepostos a xistos micáceos. Há também várias cabeceiras de drenagem, que dão origem a uma farta rede de rios e córregos. A ocupação irregular da borda sul conforma áreas sujeitas a inundação. Ainda na borda sul, há presença de aterros e terraços elevados.

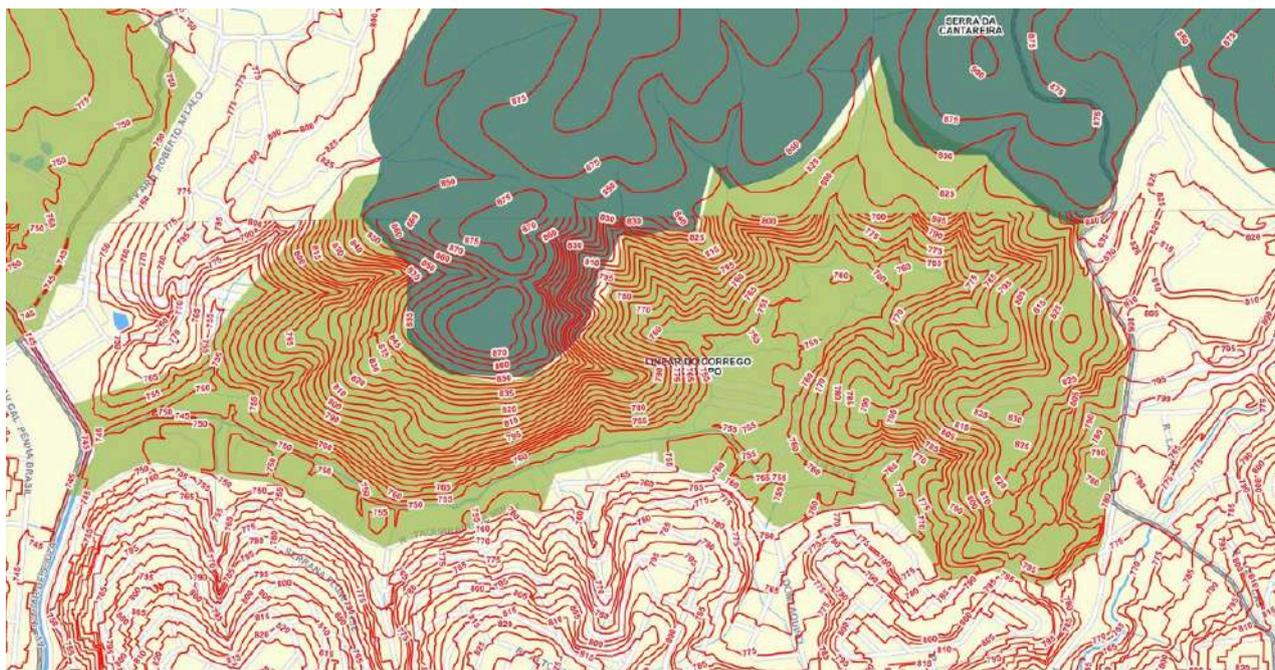
Figura 9 - Carta geotécnica do município de São Paulo



Fonte: Geosampa, 2023

A Figura 10 apresenta a hipsometria da área do parque e seu entorno¹⁰. É possível ver a planície aluvial na cota de 755 m, no centro-leste e que se estende até o sul, chegando na cota de 750 m. A partir da planície, a cota sobe em direção nordeste e noroeste, atingindo o máximo de 850 m. Há áreas de altas declividades nos talwegues e cabeceiras de drenagem e na região central, logo acima da planície.

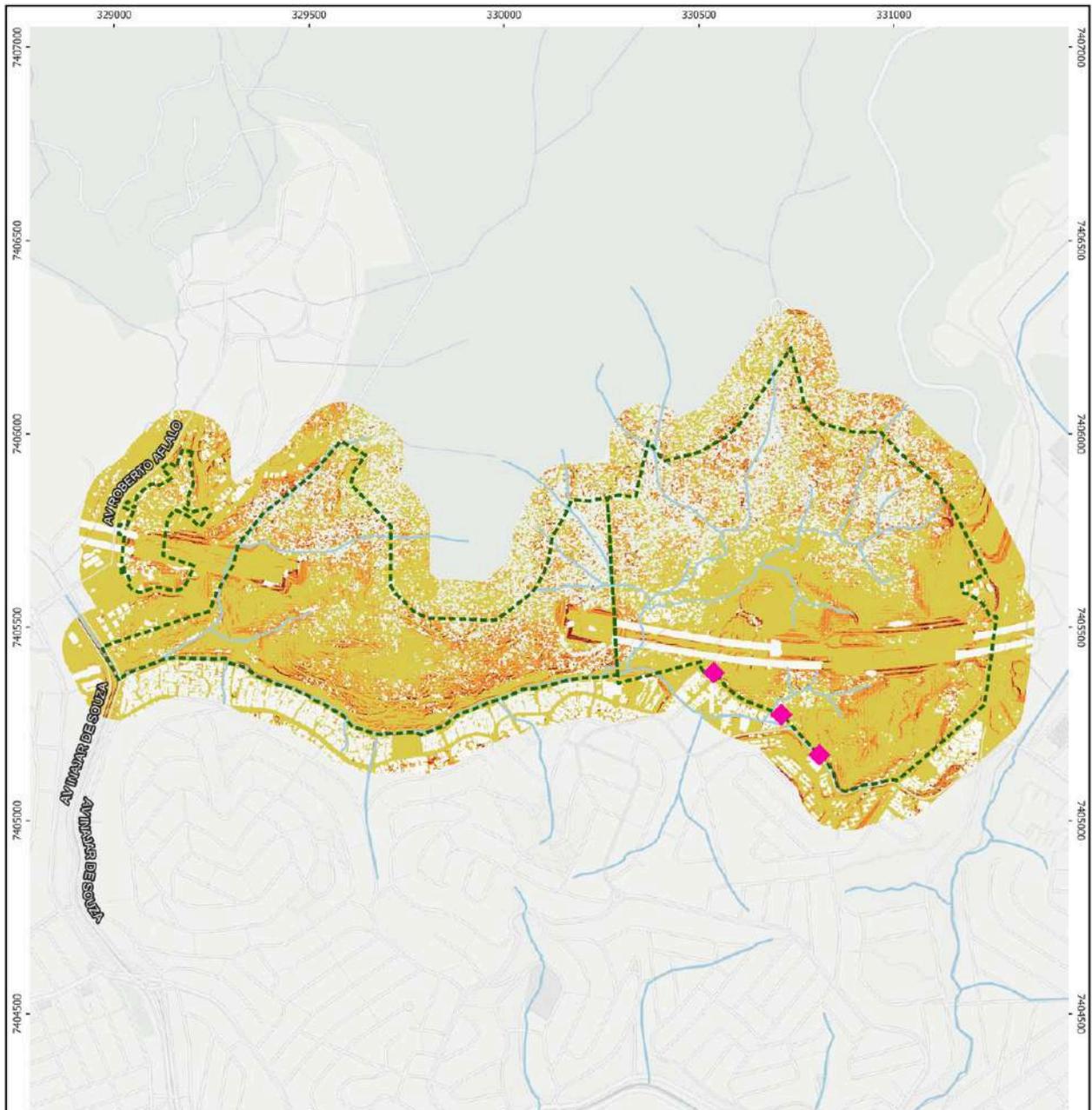
Figura 10 - Hipsometria do Parque Linear do Córrego do Bispo e seu entorno



Fonte: Geosampa, 2023

¹⁰ Nota-se que há uma diferença entre os intervalos das curvas mestras no Geosampa. As curvas têm intervalos de 5m até um trecho. Porém, mais ao Norte, o intervalo passa a ser de 25 metros.

Mapa 10 – Declividades no Parque Linear do Córrego do Bispo e entorno



Localização - Limites municipais de São Paulo e subprefeituras em destaque



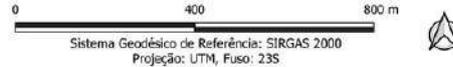
PARQUE CÓRREGO DO BISPO

Legenda

Declividade (%)

- até 47
- de 47 a 100
- acima de 100
- Entrada do parque
- Drenagem
- Logradouros
- Limite do parque

Fontes: Limite do parque (SVMA, 2023). Drenagem (Geosampa, 2021). Logradouros e Declividade (Geosampa, 2020). Entrada do parque, Área de influência (ONU-Habitat, 2024). Mapa base (BasemapAT, 2024).



DECLIVIDADE

Projeto



Instituições responsáveis



Data
09/2024

Escala
1:13.500

Elaboração
ONU-Habitat

Fonte: Elaborado por ONU-Habitat



7.1.2. Solo

O parque encontra-se em região caracterizada por topografia acidentada, incluindo topos de morro, encostas íngremes, pequenos vales e áreas de brejo. A altitude varia de 850 m nas regiões mais montanhosas situadas ao norte, chegando a 750 m nas proximidades do Córrego do Bispo, na sua porção sul.

As encostas da Serra da Cantareira apresentam características litológicas que lhe conferem instabilidade, sendo recorrentes os movimentos de massa principalmente nos meses de verão, com as fortes chuvas.

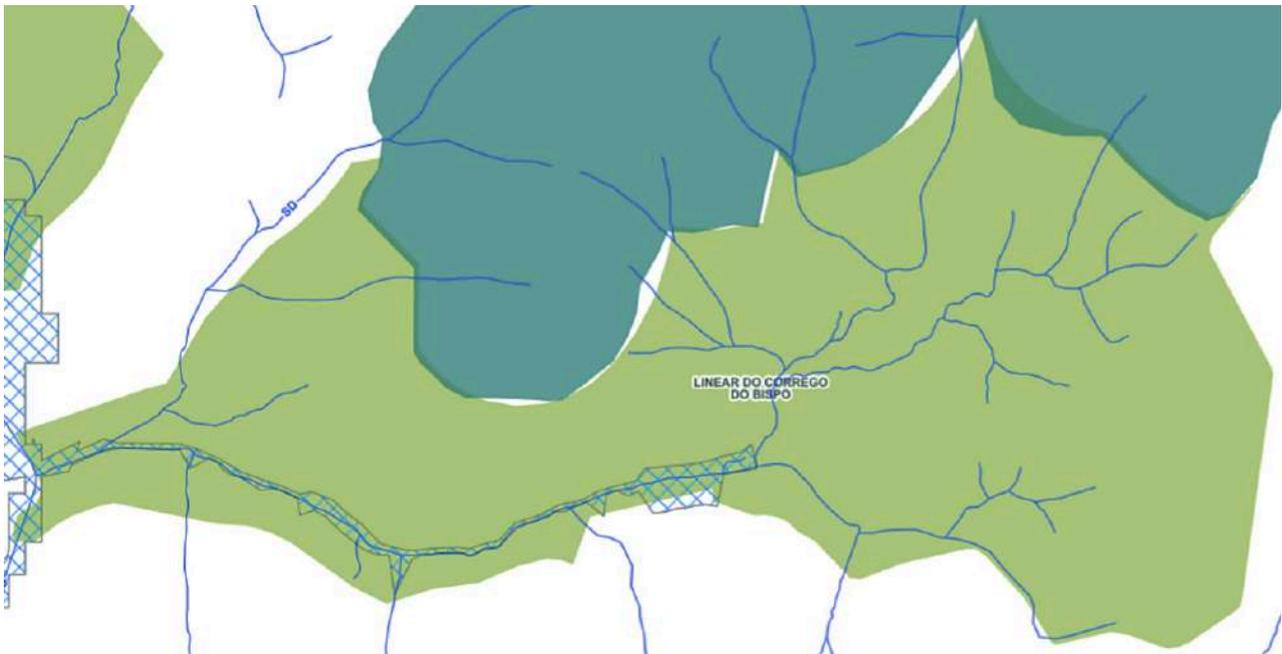
A ocupação irregular, sem apoio técnico, resultado da exclusão territorial que caracteriza as margens do córrego do Bispo torna imprescindível a implantação do parque, não só por questões de segurança, mas também por toda a melhoria e benefícios socioambientais advindos.

Nas oficinas participativas a população citou que no parque existem locais onde há acúmulo de água e transporte de sedimentos quando chove, indicando como diretriz a realização de manejo de solos ou a instalação de sistemas de drenagem nas áreas de acúmulo de água, buscando aumentar sua permeabilidade. O descarte irregular de resíduos no interior do parque e o acúmulo de lixo e entulho no entorno também foram citados como problemas.

7.1.3. Água

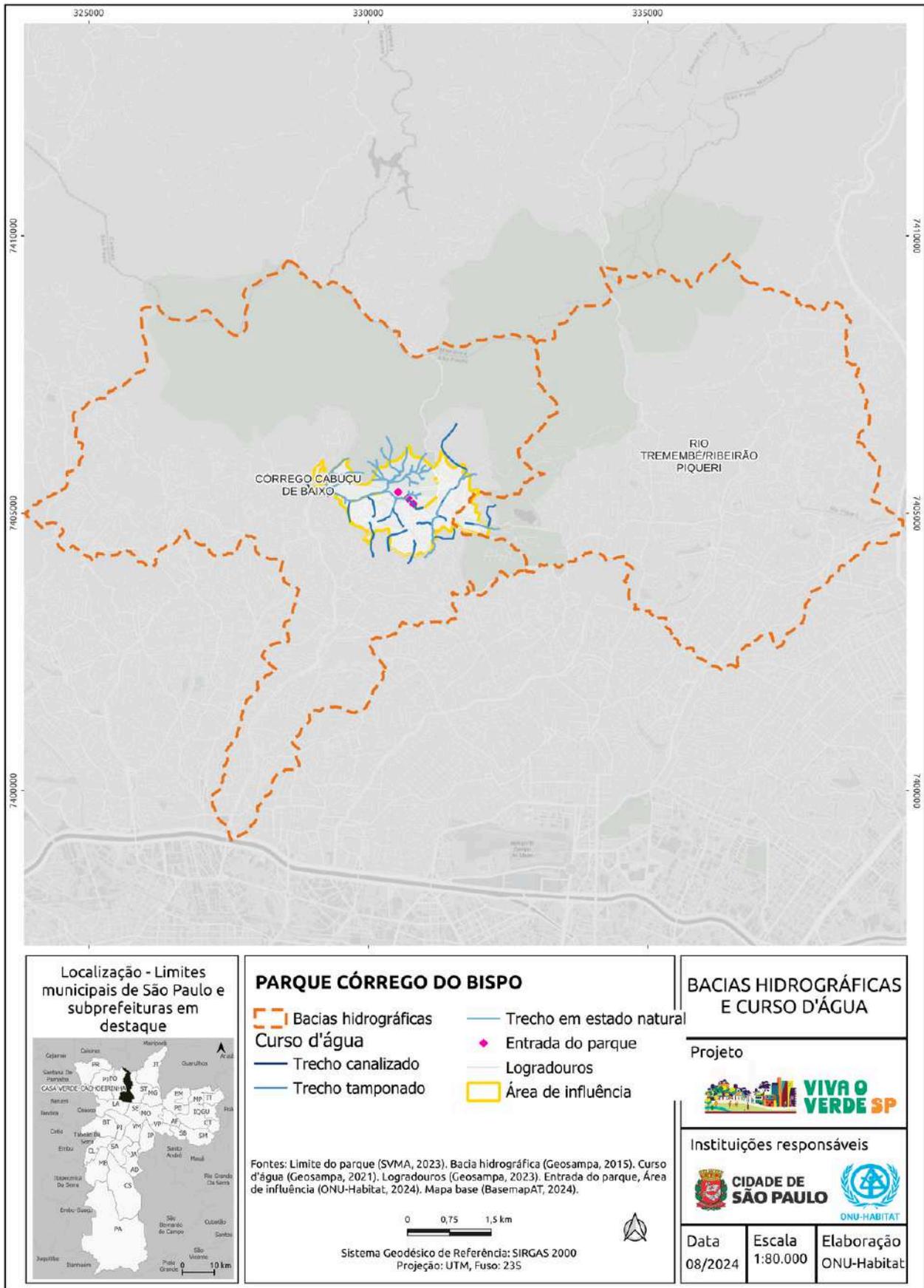
O Parque Linear Córrego do Bispo situa-se na Bacia do Rio Tietê, Microbacia do Córrego Cabuçu de Baixo. A principal drenagem é o próprio Córrego do Bispo, que faz divisa com a área mais urbanizada, ao sul, e cujos afluentes nascem nas cotas mais altas do parque (Mapa 10). Neste córrego também há uma área inundável (Figura 11). A contaminação dos corpos d'água existentes no parque foi um dos problemas elencados pela comunidade no processo participativo.

Figura 11 – Área inundável no Parque Linear Córrego do Bispo



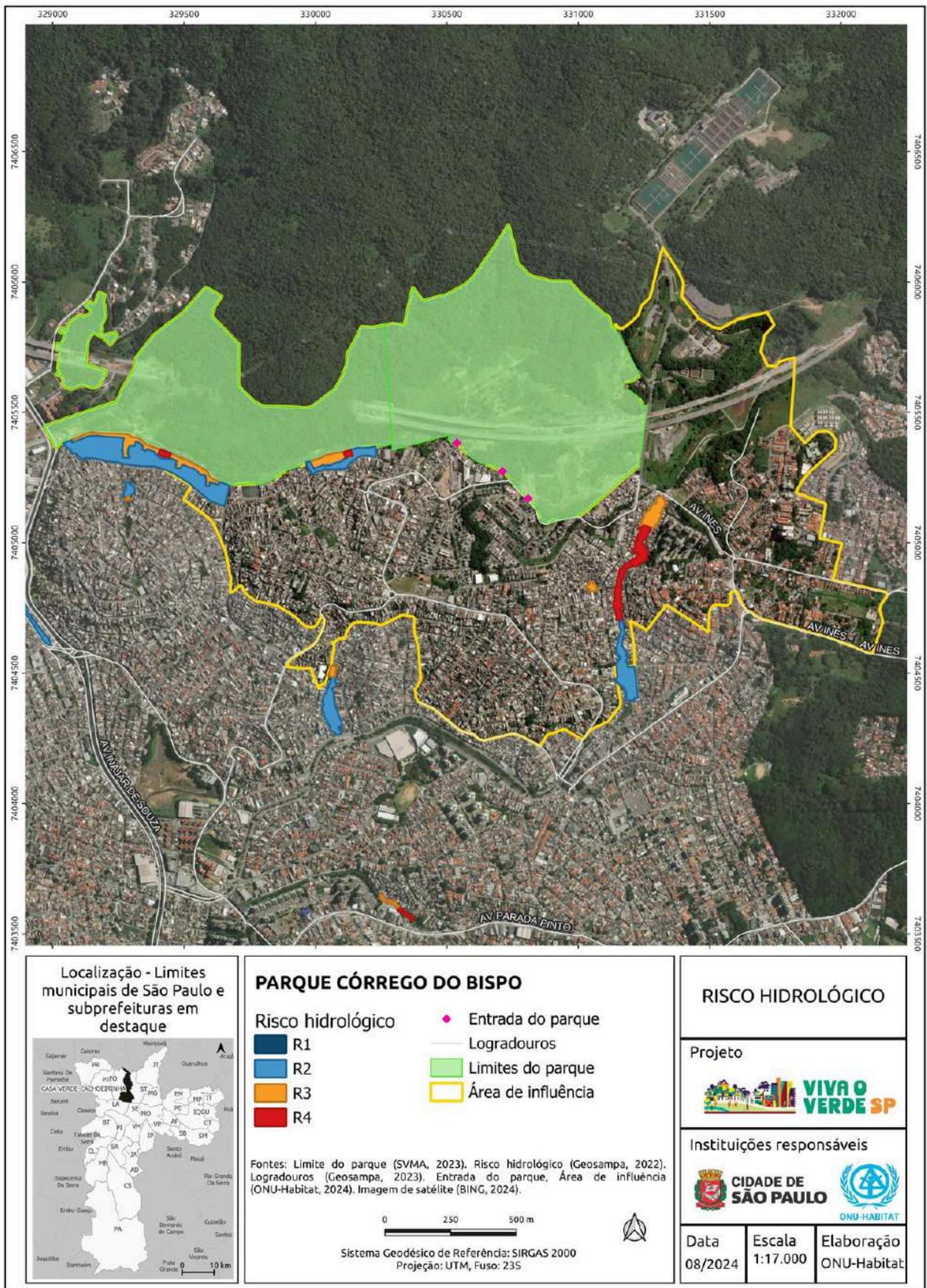
Fonte: Geosampa, 2024

Mapa 11 - Bacias hidrográficas do Rio Tietê e Rio Cabuçu de Cima



Fonte: Elaborado por ONU-Habitat

Mapa 12 - Área de risco hidrológico



Fonte: Elaborado por ONU-Habitat

7.1.4. Vegetação

A elaboração do Plano de Gestão para o Parque Linear Córrego do Bispo demanda também a análise da vegetação existente na região que o cerca, buscando verificar se ele se insere em algum corredor urbano de fauna e flora, ou se comporta como uma área isolada de verde urbano. Para isso, analisou-se dois dados disponíveis na plataforma Geosampa: o Mapeamento de Remanescentes da Mata Atlântica e o Mapeamento da Cobertura Vegetal 2020. Os mapas 13 e 14 mostram, respectivamente, os Remanescentes de Mata Atlântica e o Mapeamento da Vegetação Significativa no entorno do Parque Linear Córrego do Bispo.

A vegetação do parque é composta por floresta atlântica, bosque heterogêneo, campo de várzea e campo antrópico. A Mata Atlântica (Floresta Ombrófila Densa em estágios diversos) predomina na área norte do parque, acima da planície aluvial (cota 755), com uma pequena mancha a sudeste, logo abaixo do Rodoanel.

A leste e ao sudeste, ao sul da Floresta Ombrófila, existem bosques heterogêneos com média a alta cobertura arbórea, arbórea arbustiva ou arborescente. Ao sul do Rodoanel predominam áreas com baixa cobertura arbórea e acima, uma pequena faixa em diagonal com vegetação de várzea ou brejo. Os possíveis corredores de conexão com as outras áreas verdes do entorno seria a própria vegetação do Parque Estadual da Cantareira, já que na área urbanizada ao sul do parque há pouca vegetação presente.

Convém observar que a administração do parque tem desenvolvido vários aceiros, aberturas na vegetação que atuam como barreiras para retardar ou impedir a propagação de incêndios, mantendo o espaço sempre limpo.

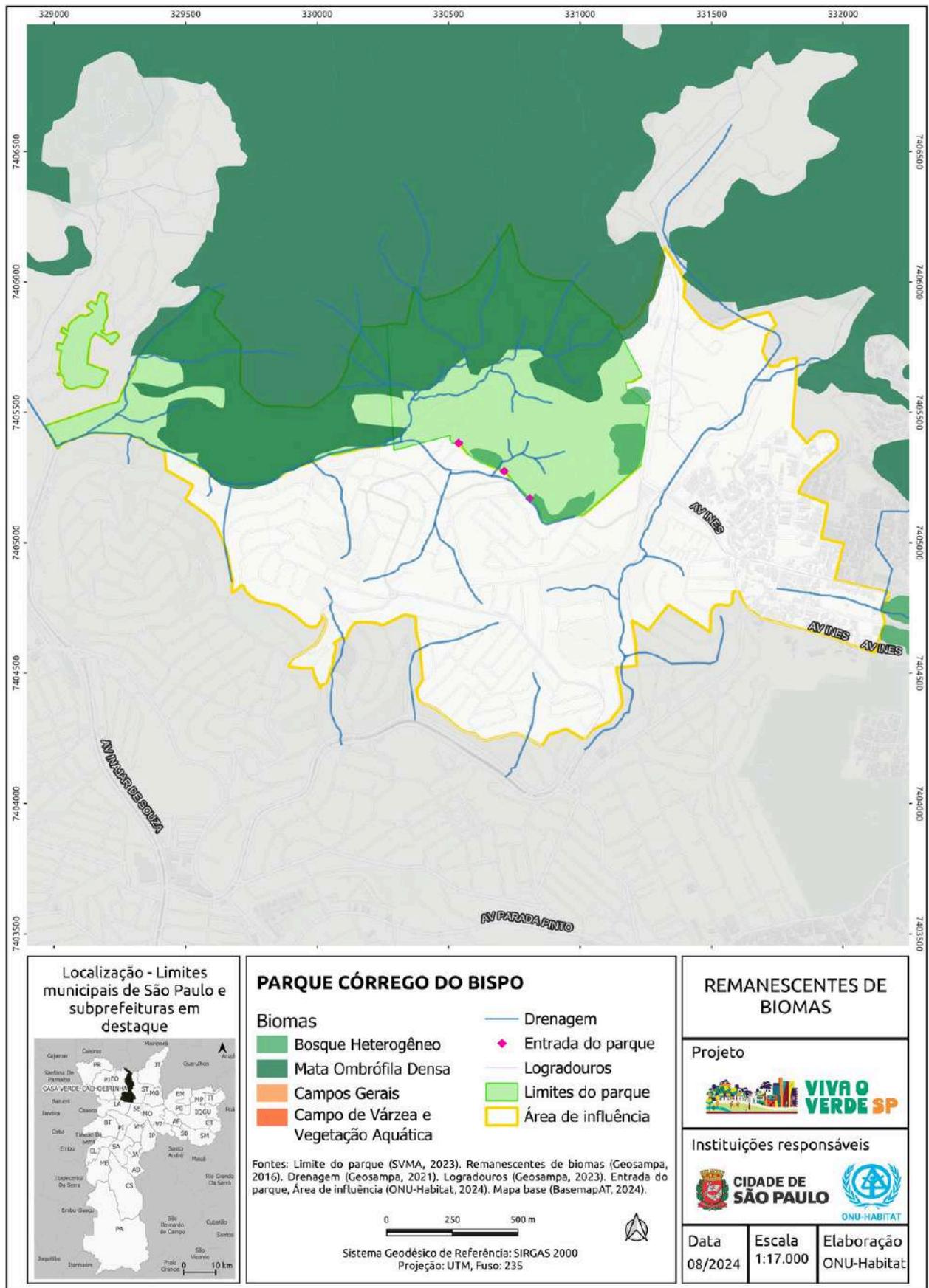
Figura 12 – Mudanças de árvores plantadas no setor Fazendinha do parque



Fonte: Secretaria do Verde e do Meio Ambiente

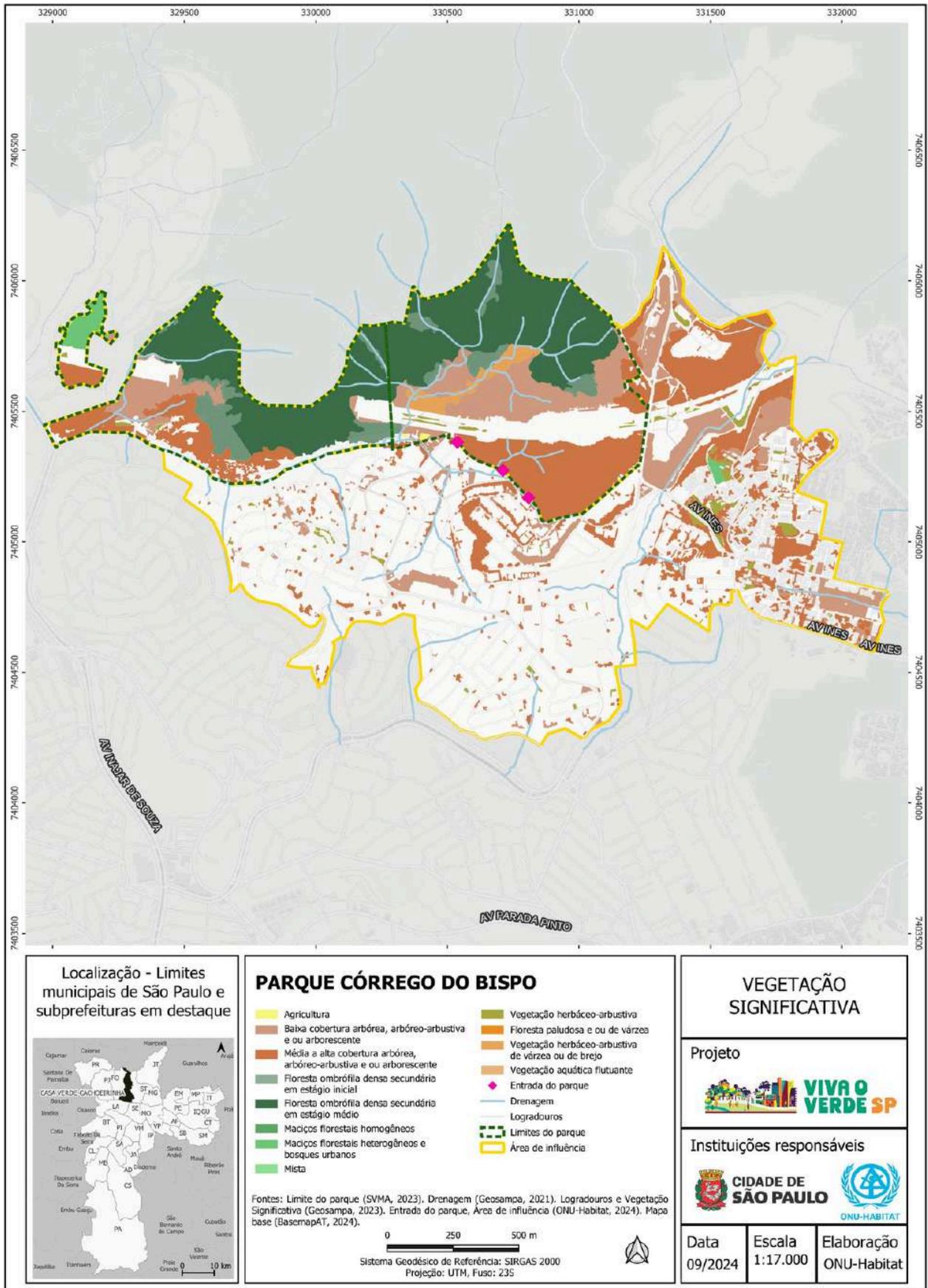


Mapa 13 - Remanescentes de Biomas no entorno do Parque Linear Córrego do Bispo



Fonte: Elaborado por ONU-Habitat

Mapa 14 - Vegetação significativa no entorno do Parque Linear Córrego do Bispo



Fonte: Elaborado por ONU-Habitat

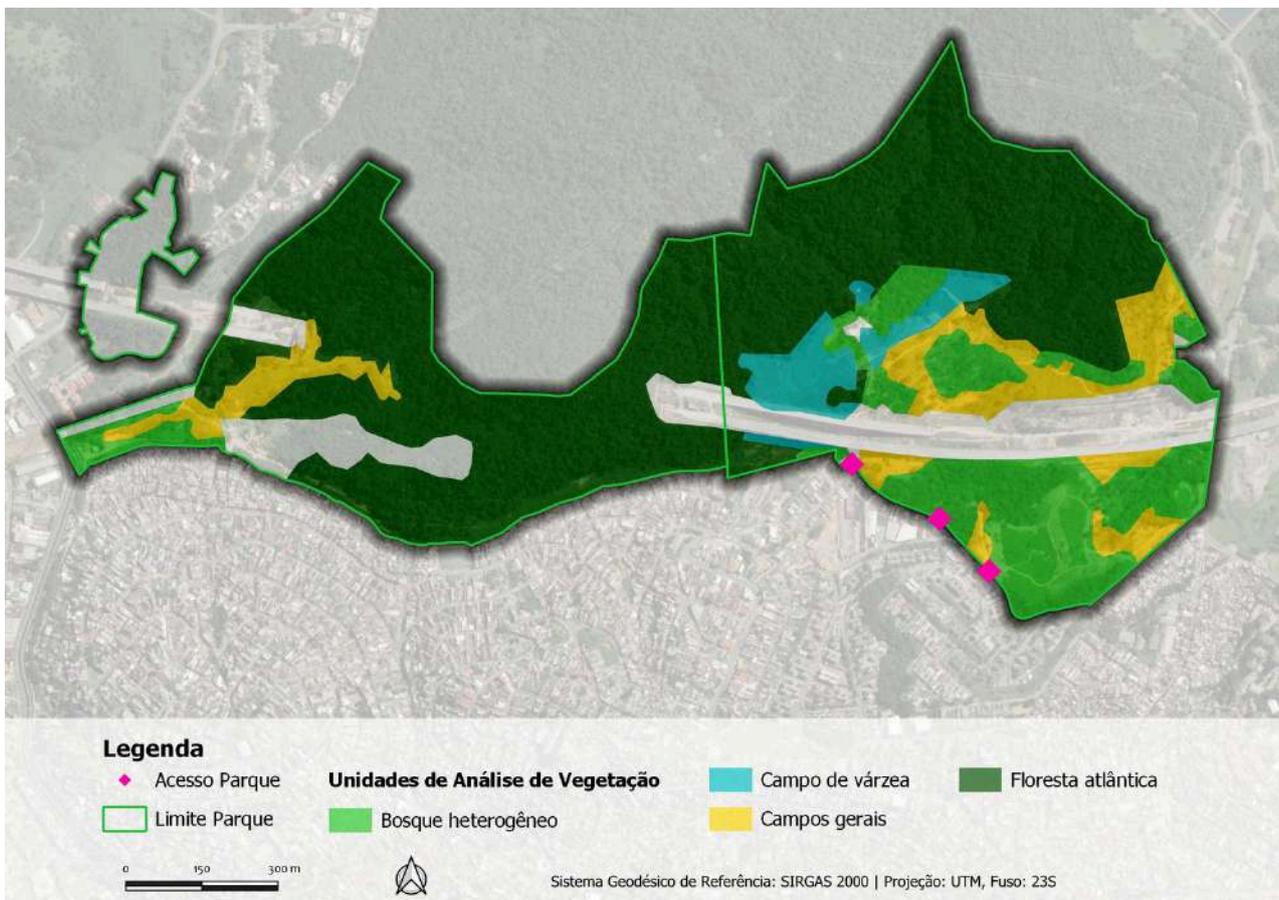


O Parque Linear Córrego do Bispo pertence ao conjunto de parques municipais planejados em zona de amortecimento da Serra da Cantareira, denominados parques da Borda da Cantareira.

A floresta atlântica situa-se essencialmente nas encostas declivosas da Serra da Cantareira, a norte do parque, formando um contínuo verde com a mata do Parque Estadual da Cantareira e sendo composta por florestas em estágios médio e inicial de regeneração. As florestas em estágio médio - mais bem preservadas - situam-se principalmente na porção nuclear do fragmento, e são formadas por árvores de até 20 m de altura como o pau-jacaré (*Piptadenia gonoacantha*), tapiá-guaçu (*Alchornea sidifolia*), camboatá-de-folhas-largas (*Cupania oblongifolia*), tarumã-branco (*Citharexylum myrianthum*), canemaçu (*Tetrorchidium rubrivenium*), capixingui (*Croton floribundus*), marinheiro (*Guarea macrophylla*) e caá-açu (*Bathysa australis*).

Já a floresta em estágio inicial situa-se predominantemente nas bordas do fragmento e é composta por indivíduos jovens das espécies aroeira-mansa (*Schinus terebinthifolia*), capororoca (*Myrsine coriacea*), manacá-da-serra (*Pleroma raddianum*), embaúba-branca (*Cecropia pachystachya*) e cuvitinga (*Solanum granuloseprosum*) (SÃO PAULO, 2019). Em ambas as formações há sub-bosque com herbáceas, trepadeiras e epífitas, em diferentes graus de diversidade e cobertura do solo (HIDROSTUDIO, 2007) Estão presentes begônias (*Begonia convolvulacea*), bromélias (*Aechmea distichantha* e *Billbergia distachia*), orquídeas (*Buchtienia nitida* e *Encyclia sp.*), além de samambaias (*Neoblechnum brasiliense* e *Asplenium kunzeanum*) e samambaias (*Alsophila setosa* e *Cyathea delgadii*).

Figura 13 - Imagem aérea com delimitação das unidades de análise da vegetação do Parque Linear Córrego do Bispo



Fonte: Relatório de caracterização da vegetação (PMSP - Herbário 2019)

Os fragmentos de bosque heterogêneo situam-se principalmente na porção sudeste do parque e possuem composição variada. Nessa fisionomia, estão inclusos plantios antigos de eucalipto (*Eucalyptus sp.*), áreas de pomar e arborização paisagística, que surgem entremeados com espécies nativas (estas em densidade variável). Destaque para o histórico pomar de jabuticabeiras do Padre Marcondes, com indivíduos plantados há mais de 100 anos, na área popularmente conhecida como “Fazendinha”.

Os campos de várzea situam-se junto à borda sudeste do fragmento de floresta atlântica, sendo compostos essencialmente por taboa (*Typha domingensis*) e algumas arvoretas de suinã (*Erythrina speciosa*) (SÃO PAULO, 2019). Nestas áreas encontramos baixa diversidade biológica devido ao regime de inundação, que promove maior seletividade das espécies adaptadas a estas condições.

Já os campos gerais incluem antigas pastagens, campos antrópicos e campos limpos/sujos degradados, podendo conter árvores isoladas. Ocorre baixa diversidade biológica com poucas espécies dominantes. São formados essencialmente por gramíneas exóticas, como capim-gordura (*Melinis minutiflora*) e braquiária (*Urochloa sp.*), além de herbáceas nativas como a língua-de-tucano (*Eryngium sp.*), capim-rabo-de-burro (*Schizachyrium sp.*), capimsapé (*Imperata brasiliensis*) e batata-de-perdiz (*Sinningia allagophylla*), espécies típicas de cerrado. Estão presentes também espécies arbustivas, como assa-peixe (*Vernonanthura sp.*), bracatinga-miúda (*Mimosa daleoides*), vassourinha (*Baccharis dracunculifolia*) e orelha-de-onça (*Leandra aurea*), além de arbóreas como araçá-do-campo (*Psidium guineense*), guabiroba (*Campomanesia pubescens*) e cambará (*Moquiniastrum polymorphum*).

Até o momento foram registradas 142 espécies vegetais, sendo 108 nativas e 34 exóticas. Considerando-se o total de espécies já registradas para a cidade de São Paulo, o parque abriga aproximadamente 2,8% da diversidade vegetal do município (SÃO PAULO, 2022). Destaque para o cedro (*Cedrela fissilis*), pinheiro-do-paraná (*Araucaria angustifolia*) e canela amarela (*Nectandra barbellata*), espécies presentes nas listas oficiais de espécies ameaçadas de extinção do Estado de São Paulo (SÃO PAULO, 2016) e do Brasil (BRASIL, 2022).

Como principal ameaça à conservação dessa importante área verde, destaca-se a presença de espécies exóticas com potencial invasor, como: palmeira-de-leque-da-china (*Livistona chinensis*), palmeira-seafórtia (*Archontophoenix cunninghamiana*), nespereira (*Eriobotrya japonica*), leucena (*Leucaena leucocephala*), pinheiro (*Pinus sp.*), jaqueira (*Artocarpus heterophyllus*), planta-alumínio (*Pilea cadierei*), mamona (*Ricinus communis*), bambu-dejardim (*Phyllostachys aurea*), ipêzinho-de-jardim (*Tecoma stans*), maria-sem-vergonha (*Impatiens walleriana*), lírio-do-brejo (*Hedychium coronarium*) chuchu (*Sicyos edulis*), capimelefante (*Cenchrus purpureus*), capim-colonião (*Megathyrsus maximus*), braquiária (*Urochloa sp.*) e capim-gordura (*Melinis minutiflora*). Essas espécies, sem o devido manejo, podem acabar dominando as áreas campestres e formações florestais do parque, dificultando a germinação e estabelecimento de espécies nativas, a ampliação da biodiversidade e, por fim, a regeneração da fisionomia de floresta Atlântica original.

Outras ameaças envolvem a soltura de balões pela população do entorno, que não raro provoca incêndios na área interna do parque, os impactos diretos e indiretos causados pelas estruturas da linha de transmissão de energia elétrica e pelas obras de implantação do Rodoanel – Trecho Norte, além da ocupação antrópica que pressiona os limites do parque (PENSAMENTO VERDE, 2019).



7.1.5. Fauna

Até o momento foram identificadas 207 espécies animais no parque, sendo 176 espécies de aves, 14 mamíferos, nove borboletas, seis répteis, um anfíbio (sapo-cururu - *Rhinella icterica*) e uma aranha (caranguejeira - *Acanthoscurria sp.*). Considerando-se o total de espécies já registradas para a cidade de São Paulo, o parque abriga aproximadamente 16,2% da diversidade animal do município.

Desse total, 41 espécies (aproximadamente 20%) são endêmicas da Mata Atlântica, ou seja, sua ocorrência é limitada ao bioma, e cinco espécies possuem algum grau de ameaça de extinção, a saber: uru (*Odontophorus capueira*), gavião-pombo-pequeno (*Amadonastur lacernulatus*), lebre-tapiti (*Sylvilagus brasiliensis*), gato-mourisco (*Herpailurus yagouaroundi*) e onça-parda (*Puma concolor*).

Destacam-se ainda mais 33 espécies que podem ser extintas num futuro próximo caso o comércio não seja regulado (CITES, 2022), entre elas o lagarto teiú (*Salvator merianae*), o macaco sauí (*Callicebus nigrifrons*) e as aves periquitão (*Psittacara leucophthalmus*), tiribade-testa-vermelha (*Pyrrhura frontalis*), periquito-rico (*Brotogeris tirica*), murucututu-debarriga-amarela (*Pulsatrix koeniswaldiana*), rabo-branco-de-garganta-rajada (*Phaethornis eurynome*) e carcará (*Caracara plancus*).

Figura 14 - Tangará (*Chiroxiphia caudata*) em registro no Parque Linear Córrego do Bispo



Fonte: Leticia Zimback, da Divisão de Fauna Silvestre

Do grupo das aves, aproximadamente 60% das espécies possuem hábito tipicamente florestal, devido à proximidade com o Parque Estadual da Cantareira, 14% preferem os ambientes abertos/campestres e 9% podem ser encontradas com mais facilidade junto aos corpos d'água ou áreas brejosas, além daquelas que podem passear por mais de um tipo de ambiente (SÃO PAULO, 2022).

Das aquáticas, destacam-se a marreca-ananai (*Amazonetta brasiliensis*), João-botina-do-brejo (*Phacellodomus ferrugineigula*), galinha-d'água (*Gallinula galeata galeata*) e o coró-coró (*Mesembrinibis cayennensis*), espécie parente do pelicano, bastante frequente no parque. Estão presentes ainda 18 espécies visitantes, com hábitos migratórios, como a juriviara (*Vireo chivi*), tuque-puim (*Elaenia parvirostris*) e suiriri (*Tyrannus melancholicus*), que podem ser visualizados somente na primavera e verão.

Figura 15 - Coró-coró (*Mesembrinibis cayennensis*) em registro no Parque Linear Córrego do Bispo



Fonte: Anelisa Magalhães, da Divisão de Fauna Silvestre

A presença de mamíferos de grande e médio porte é um excelente indicativo de preservação dos ecossistemas, uma vez que esses animais são ecologicamente exigentes, necessitando de uma cadeia alimentar diversificada, além de grandes extensões de áreas protegidas.

No Parque Linear Córrego do Bispo estão presentes o tatu (*Cabassous sp.*), macaco-sauá (*Callicebus nigrifrons*), lebre-tapiti (*Sylvilagus brasiliensis*), capivara (*Hydrochoerus hydrochaeris*), ouriço-cacheiro (*Coendou spinosus*), cachorro-domato (*Cerdocyon thous*), irara (*Eira barbara*), quati (*Nasua nasua*), gato-mourisco (*Herpailurus yagouaroundi*), onça-parda (*Puma concolor*) e veado-catingueiro (*Mazama gouazoubira*).

A maioria dessas espécies está presente também nos vizinhos Parque Estadual da Cantareira e Parque Estadual Alberto Lofgren, o que ressalta a importância do parque linear não só como zona de amortecimento, mas também como área de vida e forrageamento dessa fauna que é cada vez mais rara na cidade de São Paulo.

Figura 16 - Cachorro-do-mato (*Cerdocyon thous*) em registro no Parque Linear Córrego do Bispo



Fonte: Sylvia Hiromi, da Divisão de Fauna Silvestre

Parques com ambientes diversificados, como cursos d'água, brejos, áreas abertas e áreas florestadas, funcionam como importantes abrigos da fauna silvestre. As áreas aquáticas e de brejo, especialmente, costumam atrair grande diversidade de espécies, de todas as classes, sendo áreas importantes para a manutenção do equilíbrio ecológico e prestação de serviços ecossistêmicos. O registro de espécies endêmicas da Mata Atlântica evidencia a importância ecológica e de preservação do Parque Linear Córrego do Bispo.

Como principal ameaça à conservação da fauna silvestre do parque está a forte ocupação do entorno, que pressiona os limites do parque, além de fragmentar os remanescentes de vegetação, dificultando o deslocamento dos animais e, conseqüentemente, as trocas genéticas necessárias para conservação das populações.

Segundo a SVMA, a caça, apesar de atualmente controlada, costumava ser prática recorrente no parque até 2017 e, portanto, deve ser monitorada. A soltura de pipas, com suas linhas cortantes de cerol ou Chilena, causa graves ferimentos à fauna, principalmente nas aves, que podem ter suas asas cortadas, amputadas ou até morrerem em decorrência dos ferimentos. Esses acidentes são relativamente comuns no parque: diversos animais já foram enviados para a Divisão de Fauna Silvestre para tratamento de lesões, dos quais a maioria não retornou devido às sequelas deixadas. Espécies que constroem seus ninhos com qualquer material que encontrem no ambiente, como é o caso dos psitacídeos (araras, papagaios e periquitos, por exemplo) também podem ser impactados, uma vez que os filhotes cresçam emaranhados nesses materiais altamente cortantes.

Outras ameaças envolvem a soltura de balões pela população do entorno, que não raro provoca incêndios na área interna do parque, além dos impactos diretos e indiretos causados pelas estruturas da linha de transmissão e obras de implantação do Rodoanel – Trecho Norte.

Figura 17 - Quati (*Nasua nasua*) em registro no Parque Linear Córrego do Bispo



Fonte: Sylvia Hiromi, da Divisão de Fauna Silvestre



7.1.6. Serviços ecossistêmicos

Áreas verdes, como o Parque Linear Córrego do Bispo, são prestadoras de inúmeros serviços ecossistêmicos, que muitas vezes são desconhecidos ou mesmo subvalorizados, especialmente no contexto urbano.

De acordo com a Avaliação Ecosistêmica do Milênio (MEA), estudo patrocinado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), os serviços ecossistêmicos podem ser definidos como “os benefícios que as pessoas obtêm dos ecossistemas”, podendo ser subdivididos em quatro categorias, a saber: provisão, regulação, suporte e cultural (MEA, 2005):

- **Serviços de provisão** são os bens que os ecossistemas fornecem diretamente, como os alimentos, matéria-prima para a geração de energia, fibras, plantas ornamentais e água;
- **Serviços reguladores** são obtidos a partir dos processos naturais que regulam as condições ambientais, como a purificação do ar, a regulação do clima e o controle de erosão;
- **Serviços culturais** estão relacionados com os benefícios recreacionais e educacionais; e
- **Serviços de suporte** são os processos naturais necessários para que os outros serviços existam, como a ciclagem de nutrientes, a formação de solos, a polinização e a dispersão de sementes (MEA, 2005).

Esses serviços têm sido considerados fundamentais para o enfrentamento do impacto das mudanças climáticas, na medida em que minimizam eventos extremos, como chuvas intensas e concentradas, alagamentos, enchentes, inundações e deslizamentos de terra, eventos que geram perdas materiais e ameaçam a integridade física da população (PBMC, 2016).

Assim, considerando o estágio de emergência climática em que se encontra o planeta, é fundamental enxergar os parques enquanto provedores de serviços de regulação climática. Todos os parques oferecem, em maior ou menor grau, os serviços de regulação citados no e na atenuação das ameaças indicadas no Plano de Ação Climática do Município de São Paulo (PLANCLIMA SP) 2020-2050, que são: inundações, ondas de calor, secas meteorológicas.

Abaixo seguem as informações que o PlanClimaSP dá sobre a importância das áreas verdes urbanas para remediação ou atenuação dos impactos das ameaças climáticas na cidade de São Paulo e sua população.

Inundações

As áreas verdes urbanas, incluindo as áreas de amortecimento, parques lineares, maciços florestais e remanescentes urbanos funcionam como “esponjas” que absorvem a água da chuva, conduzindo-a para os lençóis freáticos ou mesmo a armazenando no solo. Quanto maior a área permeável, a quantidade de árvores e vegetação e a capacidade de absorção de água (por m³), maior será o serviço fornecido por aquela área verde quanto ao controle e diminuição de inundações. Assim, áreas menores, mas com boa cobertura arbórea e arbustiva por vezes absorvem mais água da chuva e prestam melhores serviços ecossistêmicos que áreas maiores, mas com solo argiloso exposto, ressecado e pouco permeável.

As Áreas de Preservação Permanente (APPs) também devem estar preservadas para conter as enchentes existentes nos períodos de chuvas intensas que, de acordo com o PlanClimaSP, devem ser cada vez mais recorrentes. Com a revegetação das margens dos córregos, as APPs contribuem para a biodiversidade, para a melhoria da qualidade da água, além de controlar as cheias dos rios e córregos.

Secas Meteorológicas

As áreas verdes urbanas reduzem os efeitos das secas meteorológicas, já que contribuem para que as redes de abastecimento e aquíferos mantenham-se em níveis adequados, agem diretamente na redução da temperatura e na velocidade dos ventos e influenciam no balanço hídrico por meio da evapotranspiração, aumentando a umidade do ar. O Plano de Ação Climática do Município de São Paulo (PlanClimaSP) afirma:

As áreas verdes presentes no Município, por sua vez, são relevantes para a biodiversidade, promovem o aumento da permeabilidade facultando a recarga dos aquíferos e reduzindo os alagamentos e enchentes, contribuem para a manutenção das temperaturas mais amenas, protegem as nascentes e cursos d'água, o que permite o armazenamento nos reservatórios para abastecimento. (PlanClimaSP, p. 24).

Altas Temperaturas e Ondas de Calor

Um dos problemas climáticos das grandes cidades e regiões metropolitanas é o microclima adverso gerado pelas chamadas ilhas de calor. Áreas com predomínio de alvenaria, asfalto e concreto produzem áreas com temperaturas maiores que as circundantes, já que há concentração de materiais que absorvem mais calor e possuem baixa capacidade reflexiva. O adensamento de prédios, que bloqueiam o fluxo de ar e o vento de superfície, e as áreas com grande tráfego de veículos que emitem gases de efeito estufa também contribuem para o aumento de temperatura e para a formação das ilhas de calor.

Nesse sentido, as áreas verdes urbanas são fundamentais para redução das ilhas de calor e de seus efeitos, já que criam áreas sombreadas e de maior umidade que diminuem a temperatura da superfície e favorecem a circulação do ar e de brisas frescas e úmidas. Além disso, as áreas vegetadas absorvem os poluentes atmosféricos por meio do sequestro de carbono.

Áreas verdes contribuem tanto para a manutenção da qualidade de vida dos residentes da cidade, ao diminuir efeitos como ilha de calor urbana e a poluição atmosférica, quanto para a diminuição de riscos de eventos extremos. Os fragmentos de Mata Atlântica presentes no território da cidade são responsáveis por manter as temperaturas mais amenas, protegem as nascentes e permitem o armazenamento nos reservatórios para consumo, geração de energia, irrigação agrícola e pesca, entre outras atividades (JOLY, 2019, apud PlanClimaSP, p. 77).

Estudo recente revela que, se um fragmento de Mata Atlântica de aproximadamente 1ha (10.000 m²) tiver 25% de sua área desmatada, a temperatura local aumenta 1 °C. Se todo o pequeno remanescente for desflorestado, o impacto na temperatura máxima local pode chegar a 4°C (ALISSON, 2020), evidenciando que o desmatamento promove o aquecimento do ar em escala local. Como forma de minimizar e evitar a formação de ilhas de calor, recomenda-se o aumento das áreas verdes na cidade, aumentando o conforto térmico humano nas áreas urbanizadas.

A presença de áreas verdes, embora não elimine as ondas de calor em grandes centros urbanos, pode minimizar seu impacto e agir como medida de adaptação, se aplicada em larga escala, além de apoiar a diminuição de emissões de Gases Efeito Estufa (GEE) decorrentes do consumo de energia elétrica para refrigeração.

Nos últimos anos, as políticas públicas vêm abordando o tema serviços ecossistêmicos, principalmente com o intuito de propor instrumentos para colaborar com a diminuição das taxas de perda desses serviços. Em São Paulo, o Plano Diretor Estratégico (SÃO PAULO, 2014), a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, e o Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (PMMA, 2024) elencam um conjunto de áreas na cidade consideradas prioritárias para conservação e recuperação dos serviços ecossistêmicos. Mais recentemente, o Plano Municipal de Conservação e Recuperação de Áreas Prestadoras de Serviços Ambientais (PMSA, 2020) apresenta ainda áreas complementares, como Áreas de Preservação Permanente, áreas de risco com declividade acentuada, Áreas de soltura e monitoramento da fauna nativa, entre outras, como os parques existentes e previstos e suas áreas envoltórias.

O Parque Linear Córrego do Bispo está localizado em uma área considerada, de acordo com o PMSA (2020), como de importância metropolitana, cujos benefícios têm escala regional, impactando positivamente não só a região onde se localiza, mas sim toda a metrópole. Essas áreas correspondem aos locais com os remanescentes florestais mais bem conservados de Mata Atlântica na cidade, dispersos principalmente na zona sul (incluindo as represas Billings e Guarapiranga), zona norte (onde se localiza a Serra da Cantareira) e zona leste (onde se encontra o Parque Natural Municipal Fazenda do Carmo, as cabeceiras do rio Aricanduva e o Morro do Cruzeiro).

Além disso, o parque localiza-se dentro dos limites do Corredor Ecológico da Mata Atlântica – trecho Norte, proposto pelo PMMA como zona de amortecimento do Parque Estadual da Cantareira, e dentro da Macrozona de Proteção e Recuperação Ambiental, proposta pelo PDE, sendo também adjacente à Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais do Alto Juquery (SÃO PAULO, 2015), sendo todas áreas consideradas prioritárias para conservação e recuperação ambiental.



O Parque Linear Córrego do Bispo é uma das últimas fronteiras do município com relação à preservação da Serra da Cantareira. Ele é absolutamente fundamental para conter o processo de crescimento urbano sobre áreas que prestam serviços ecossistêmicos imprescindíveis, sem os quais não vivemos: a presença da mata atlântica e sua biodiversidade e os recursos hídricos que provêm da Cantareira e que abastecem o rio Tietê e afluentes (SÃO PAULO, 2012).

Dentre os serviços ecossistêmicos prestados predominam os serviços de regulação, tais como a atenuação climática e das ilhas de calor, a contenção de processos erosivos e assoreamento dos cursos hídricos, aumento da permeabilidade e infiltração da água no solo, minimização de enchentes, controle da poluição sonora e melhoria da qualidade do ar.

Como serviços de suporte, destacam-se a manutenção do fluxo gênico, preservação da biodiversidade e das espécies de maior interesse para a conservação – como espécies ameaçadas, mamíferos de grande e médio porte –, fornecendo áreas de descanso, alimentação e reprodução para a fauna silvestre regional.

Finalmente, mas não menos importante, o parque fornece também serviços culturais, contribuindo com as funções de lazer, recreação e educação ambiental, constituindo-se espaço importante para o convívio social e para a saúde física e mental da população, somado ao caráter histórico da ocupação.

7.2. Usos identificados

A identificação de usos deverá acontecer em fase posterior à inauguração do Parque Linear Córrego do Bispo, durante fase de revisão deste Plano de Gestão, devendo incluir:

- Equipamentos e Espaços Internos;
- Regulamento;
- Avaliação de Usuários;
- Avaliação de Usos Atuais.



8. Setorização

Para a setorização do Parque Linear Córrego do Bispo, foram definidos distintos setores e subsetores do parque considerando-se, com igual importância, o grau de conservação dos elementos naturais, ou seja, quão preservada ou modificada se apresenta uma área, e as possibilidades de uso dos públicos visitantes, indo do uso mais intensivo até o mais restritivo.

Sendo assim, definem-se:

Setor 1

– Interferência muito significativa no ambiente natural e uso intensivo dos públicos

Caracteriza-se por áreas em que se concentram os principais equipamentos, usos e atividades do parque, com grande circulação e presença de pessoas, em que se há grande interferência com o ambiente natural. No Parque Linear Córrego do Bispo inclui área de administração, playground, equipamentos de ginástica.

Setor 2

– Interferência pouco significativa no ambiente natural e uso semi-intensivo (leia-se moderado) dos públicos

Caracteriza-se por áreas em que há equipamentos, usos e atividades de menor impacto no ambiente construído, com menor circulação e permanência de pessoas, sendo área de transição entre setor de uso mais intensivo (Setor 1) e aquele mais restritivo (Setor 3).

No Parque Linear Córrego do Bispo inclui área da fazendinha, núcleo Santa Inês e entorno do Rodoanel.

Setor 3

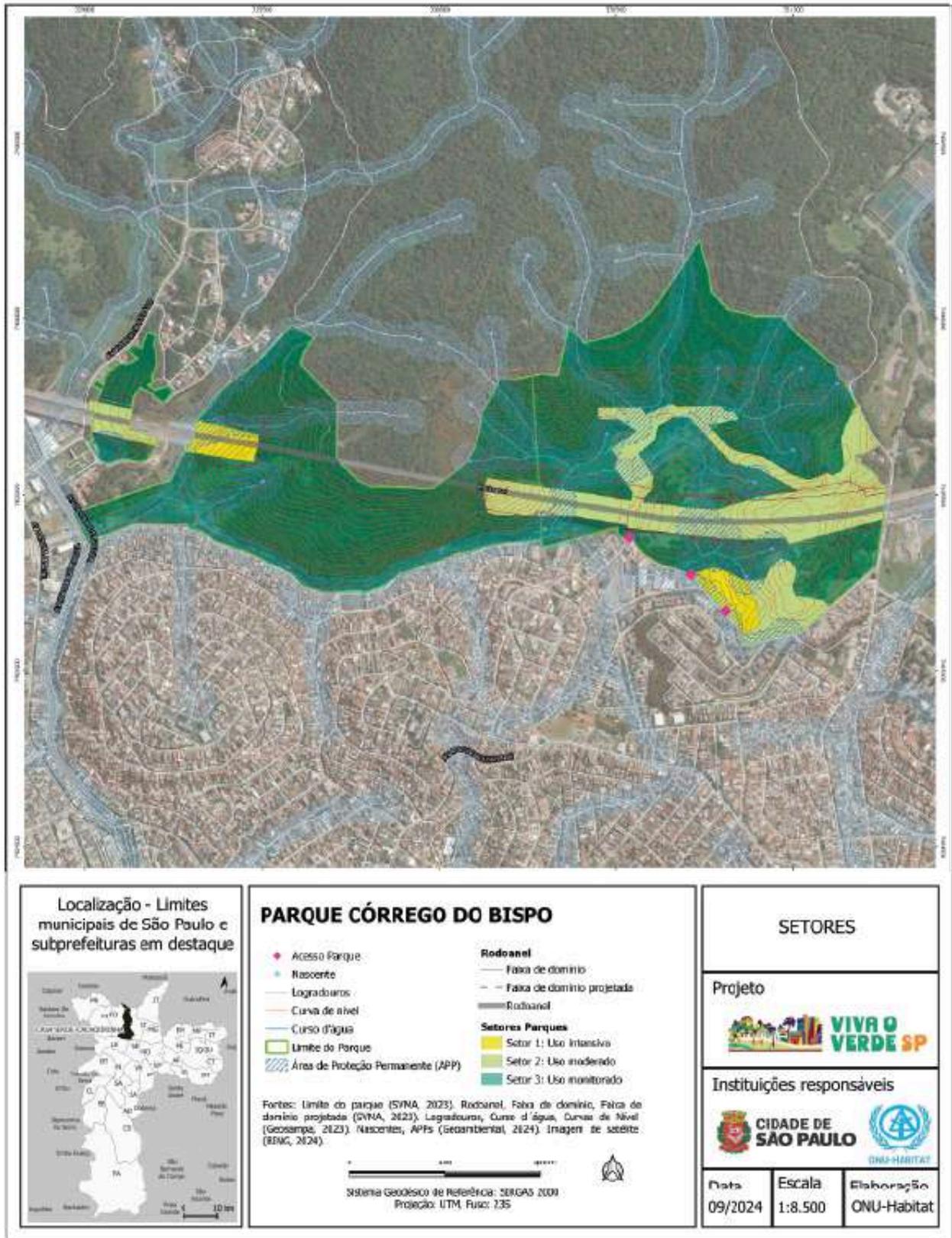
– Interferência pouco significativa no ambiente natural ou baixíssima e uso restrito e monitorado dos públicos

Caracteriza-se por áreas em que há poucos ou nenhum equipamento, uso e atividades com os públicos do parque, com restrição de circulação e permanência de pessoas, em que há atividades de baixíssimo impacto e acesso limitado, privilegiando a conservação ambiental. Exemplos: Nascentes, córregos, áreas de mata preservada, atividades monitoradas e de pesquisa etc.

No Parque Linear Córrego do Bispo inclui áreas de mata preservada, com uso monitorado exclusivo para pesquisa ou educação ambiental.



Mapa 15 – Setorização do Parque Linear Córrego do Bispo



Fonte: Elaborado por ONU-Habitat

9. Gestão

A gestão pública é orientada por uma série de preceitos que visam garantir que os recursos públicos sejam administrados de forma eficiente, transparente e em benefício do bem comum e interesse público. Dado que as pessoas “interessadas e impactadas” (em inglês, stakeholders) na e pela gestão pública são os habitantes da cidade e a própria sociedade civil em geral, os instrumentos que facilitam a participação social na concepção, construção e avaliação de políticas públicas contribui diretamente para que a gestão cumpra com a sua função social de maneira qualificada.

Tal forma de interagir nos seus processos internos em comunicação com partes externas à instituição pode também dar corpo ao que conhecemos como governança: à governança confere-se um conjunto de processos, políticas, leis e instituições que asseguram a direção, controle e prestação de contas de uma organização (ARAGÃO, 2006).

Durante a elaboração deste Plano de Gestão, apareceu em destaque a necessidade de detalhar o fluxograma entre as demandas dos conselhos gestores dos parques bem como dos meios de comunicação institucionais para informar, registrar e armazenar informações dos parques em questão.

9.1. Os Conselhos de Meio Ambiente

Os Conselhos de Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz (CADES) Municipais e Regionais e os Conselhos Gestores de Parques são instâncias importantes de participação social e democrática na gestão ambiental e no desenvolvimento sustentável na cidade de São Paulo. Ambos estão vinculados à Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA), embora o primeiro se reúna na Subprefeitura e tenha como presidente o subprefeito do respectivo território onde atua o conselho.

A atuação dos Conselhos Gestores nos Parques Municipais está prevista na Lei Municipal nº 15.910/2023. São compostos por representantes da comunidade, dos trabalhadores locais e de instituições públicas e privadas, e são responsáveis pela instância participativa mais próxima da população. Na ausência de quórum para a implantação do Conselho Gestor de Parque, o CADES Regional é a instância adequada para assumir a pauta relativa às questões que tangem os parques urbanos.

Em ambos os conselhos, os conselheiros são eleitos para um mandato de dois anos e contribuem de forma consultiva com as políticas públicas da SVMA.

A Coordenação de Gestão de Parques e Biodiversidade Municipal (CGPABI), da Divisão de Gestão de Parques Urbanos (DGPU), é aliada à Coordenação de Gestão dos Colegiados (CGC), da Divisão de Planejamento e Apoio aos Colegiados (DPAC) na condução dos conselhos gestores de parques.

Processo de Eleição dos CADES Regionais

Os Conselhos de Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz (CADES) Regionais são conselhos consultivos, que atuam nas subprefeituras de São Paulo, com o objetivo de promover a participação da sociedade na gestão ambiental e no desenvolvimento sustentável (PMSP, 2024). Cada subprefeitura possui um CADES, e os conselheiros são eleitos por um processo que inclui:

- **Publicação de Edital:** A SVMA publica um edital convocando a eleição para o CADES em cada subprefeitura. O edital contém informações sobre as vagas, cronograma, requisitos para candidatura e local da votação.
- **Candidatura:** Os cidadãos interessados em participar como conselheiros devem se inscrever como candidatos. Normalmente, é necessário ser residente ou ter vínculo com a subprefeitura onde se deseja candidatar.



- **Requisitos:** Os candidatos devem atender a requisitos específicos, como ter mais de 18 anos e ser eleitor no município de São Paulo. Além disso, precisam apresentar um plano de trabalho ou proposta que justifique sua candidatura.
- **Votação:** A eleição é aberta à participação popular. Os moradores da região da subprefeitura podem votar nos candidatos, geralmente em um local indicado pelo edital. A votação é direta e secreta.
- **Apuração e Resultado:** Após a votação, os votos são apurados, e os candidatos mais votados são eleitos como conselheiros titulares e suplentes. Os mandatos geralmente têm a duração de dois anos.
- **Posse:** Os eleitos são empossados em cerimônia oficial e passam a compor o conselho, participando de reuniões periódicas e contribuindo com sugestões, análises e propostas para o meio ambiente mais equilibrado a partir da realidade local, do que se apresenta de desafios e oportunidades em cada território da subprefeitura.

Processo de Eleição dos Conselhos Gestores de Parques

Os Conselhos Gestores de Parques são formados por representantes da sociedade civil e do poder público, com o objetivo de discutir e decidir sobre questões relacionadas à gestão e manutenção dos parques municipais de São Paulo.

- **Convocação:** a eleição dos Conselhos Gestores de Parques é convocada pela SVMA, que publica um edital especificando as vagas disponíveis, o cronograma, e os procedimentos para a eleição.;
- **Candidatura:** as pessoas interessadas em ser membros do conselho devem se candidatar, atendendo aos critérios estabelecidos no edital. Normalmente, precisam ser frequentadoras do parque ou representantes de organizações relacionadas ao meio ambiente e lazer;
- **Votação:** a eleição das pessoas conselheiras é realizada em um evento aberto à comunidade para votação;
- **Apuração e Resultado:** as pessoas candidatas mais votadas se tornam conselheiros titulares ou suplentes, conforme o número de vagas. A apuração dos votos é feita no próprio evento eleitoral;

- **Posse e Atuação:** as pessoas eleitas são empossadas e começam a participar das reuniões do conselho, onde discutem questões como a conservação do parque, a promoção de atividades culturais e educativas, e a fiscalização de serviços prestados no local.

Tanto os CADES quanto os Conselhos Gestores de Parques funcionam como espaços de participação democrática, onde representantes da sociedade civil e do poder público discutem e colaboram na gestão das políticas ambientais, a conservação e a melhoria dos espaços públicos.

Esses conselhos são fundamentais para a promoção de uma gestão participativa e para o fortalecimento da democracia no âmbito local, permitindo que os cidadãos tenham voz ativa nas questões que afetam as suas dinâmicas territoriais e o seu cotidiano em relação à cidade como um todo.

Os fluxogramas de comunicação entre a gestão e as partes interessadas foram redefinidos pela SVMA, paralelamente à elaboração deste documento. Essa reformulação visa fortalecer a transparência, garantir a impessoalidade — por meio de um procedimento que trate todos de maneira equitativa — e assegurar a responsabilidade do poder público em relação às demandas, respostas e contribuições provenientes das instâncias de participação.

Nesse sentido, foi criada a Portaria nº 114/SVMA/2024 cujo Art. 7º aborda sobre os requerimentos de informação do conselho gestor sobre assuntos que não compete à pessoa coordenadora do conselho responder instantaneamente, mas uma divisão técnica específica da gestão da SVMA ou de outra Secretaria.

Esta portaria estabelece que:

Art. 7º. Requerimentos de Informação: Processo que deverá ser vinculado ao processo-mãe.

§ 1º Para cada Requerimento de Informação deverá ser atuado um processo próprio em até 5 (cinco) dias após a reunião.

§ 2º A denominação do processo deve conter a seguinte inscrição: "Parque XXXXX - Conselho Gestor - Requerimento nº XX/20XX".

§ 3º Quando do encaminhamento do processo, o prazo de 30 dias deverá ser informado, conforme previsto no artigo 7º, §6º da Lei Municipal nº 15.910/2013;

§ 4º O processo deverá seguir o seguinte fluxo:

I - O Gestor autua e instrui processo próprio do requerimento, informando o prazo de 30 dias para resposta, a partir do encaminhamento;

II - O Gestor encaminha o processo para SVMA/CGPABI/DGPU;

III - SVMA/CGPABI/DGPU encaminha o processo à SVMA/CGPABI solicitando envio às unidades competentes;

IV - SVMA/CGPABI encaminha o processo às unidades competentes;

V - As Unidades devem responder o processo e devolver à SVMA/CGPABI, dentro do prazo de 30 dias, que devolverá à SVMA/CGPABI/DGPU, retornando-o ao respectivo parque com as informações;

VI - Quando do retorno com as informações, o Gestor deve apresentar as respostas ao conselho.

No caso da difusão de informações e comunicação da gestão da SVMA, perante a população, atualmente essa acontece de maneira acordada com o Conselho Gestor sobre os melhores veículos de comunicação, sendo o WhatsApp o mais utilizado.

As atas que desdobram das reuniões do conselho são publicadas no site da própria Secretaria. Contudo, a gestão possui a plataforma WebParques (2024) pensada para que seja um fórum contendo informações e recursos sistematizados para potencializar e aprimorar a administração desses equipamentos.

9.2. Custos de manutenção

Este item apresenta a distribuição dos custos associados à manutenção e operação do parque, ao longo do ano de 2023. O objetivo é fornecer uma referência inicial que permita o planejamento estratégico para alocação dos recursos e investimentos de maneira eficiente e alinhada às necessidades do parque. A distribuição dos custos está categorizada da seguinte forma:

- **Contratos de vigilância patrimonial desarmada:** despesas relacionadas aos serviços de segurança e atendimento ao público, orientação e informações às pessoas frequentadoras, bem como rondas regulares visando a manutenção e conservação da infraestrutura, instalações, equipamentos e patrimônio;

- **Contratos de manejo e conservação de áreas verdes:** investimentos destinados à limpeza, conservação e zeladoria predial, englobando atividades como jardinagem dos canteiros e gramados, conservação do patrimônio arbóreo, e conservação geral da vegetação e das áreas do parque. Além disso, abrange varrição, limpeza de instalações e zeladoria de sanitários;
- **Contratos de manutenção civil:** despesas associadas à conservação e reparo das infraestruturas e edificações, abrangendo serviços de pintura, hidráulica, serralheria e alvenaria, conforme as necessidades identificadas;
- **Custos administrativos:** incluem os salários da equipe administrativa;
- **Custos de água e energia:** gastos contínuos com serviços essenciais.



A Tabela 3 fornece os custos mensais referentes à cada categoria indicada acima. As informações foram obtidas junto à Divisão de Gestão de Parques Urbanos (DGPU) e à Coordenação de Administração e Finanças (CAF). A ausência de alguns valores é atribuída à falta de dados disponíveis. A partir dos dados apresentados, é possível verificar que o custo global de operação e manutenção do Parque Córrego do Bispo no ano de 2023 foi de R\$ 8.848.434,55 (oito milhões, oitocentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos).

Tabela 3 - Distribuição dos custos de manutenção e operação do Parque Córrego do Bispo (valores em Real)

MÊS/ CUSTO	VIGILÂNCIA	MANEJO E CONSERVAÇÃO	MANUTENÇÃO CIVIL	ADMIN.	ÁGUA	ENERGIA	TOTAL GERAL
Janeiro	485.400,18	234.269,60	11.321,69	5.362,00	91,71	341,95	736.915,44
Fevereiro	485.400,18	234.269,60	11.321,69	5.362,00	1.805,16	341,95	738.631,83
Março	485.400,18	234.269,60	11.321,69	5.362,00	258,40	258,40	736.870,27
Abril	485.400,18	234.269,60	11.321,69	5.362,00	168,78	258,40	737.040,19
Mai	485.400,18	234.269,60	11.321,69	5.362,00	80,93	503,40	736.937,80
Junho	485.400,18	234.269,60	11.321,69	5.362,00	78,88	546,64	736.978,99
Julho	485.400,18	234.269,60	11.321,69	5.362,00	2.614,23	546,64	739.536,65
Agosto	485.400,18	234.269,60	11.321,69	5.362,00	2.614,23	568,95	737.221,81
Setembro	485.400,18	234.269,60	11.321,69	5.362,00	2.614,23	585,27	737.593,41
Outubro	485.400,18	234.269,60	11.321,69	5.362,00	-	444,37	736.844,56
Novembro	485.400,18	234.269,60	11.321,69	5.362,00	-	444,37	736.735,39
Dezembro	485.400,18	234.269,60	11.321,69	5.362,00	341,95	444,37	737.128,21
Custo anual	5.824.802,16	2.811.235,20	135.860,28	64.344,00	6.518,68	5.674,23	8.848.434,55

Fonte: Adaptado de DGPU e CAF / ONU-Habitat, 2023



10. Plano de Ação

O Plano de Ação está dividido em dois quadros, um referente às diretrizes e outro às ações. A origem das diretrizes e das ações pode ser de base técnica, introduzidas pelas equipes da SVMA e do ONU-Habitat, ou de base participativa, demandas levantadas nas oficinas realizadas com a população (Anexo I) e pelos Conselhos Gestores e CADES Regionais durante o processo de elaboração do Plano de Gestão. Os quadros apresentam diretrizes e ações para o parque e seu entorno (Território-Parque).

Esse conjunto de diretrizes e ações estão acompanhadas por uma estimativa de prazo e prioridade e, eventualmente ainda, de potencial parceria que a gestão da SVMA pode firmar para fortalecer ou viabilizar a sua execução. Observa-se que não foi estimado um prazo para as diretrizes e ações do Território-Parque, uma vez que sua realização dependerá da articulação da gestão do parque com outras instâncias da SVMA, entidades ou secretarias. A definição dos responsáveis deve integrar o procedimento relatado acima: a pessoa coordenadora do Conselho Gestor do parque, ao formalizar a demanda ou requerimento de informação, deve solicitar o encaminhamento à unidade competente de acordo com a anuência da Coordenação de Gestão de Parques Urbano e Biodiversidade (CGPABI).

Com base nisso, a validade do presente Plano de Gestão é de cinco anos. Neste período estão contidas as diretrizes e ações de até dois anos, intituladas diretrizes de curto prazo, e as diretrizes e ações de até cinco anos intituladas de médio prazo.

Além disso, estão incluídos os “desejos de futuro” que não são necessariamente diretrizes ou ações de longo prazo, mas aquelas que podem acontecer no decorrer dos cinco anos a partir da articulação, relevância e vontade política envolvidas.

10.1. Definição de Prazo e Prioridade

Para a execução eficiente das ações e diretrizes indicadas, foi estabelecida uma estrutura de prazos e prioridades que orientam a implementação do plano de ação, bem como asseguram que os recursos sejam alocados de maneira estratégica para atender às necessidades mais prementes.

Os prazos categorizam as atividades e ações conforme sua urgência e complexidade, visando garantir que os objetivos sejam atingidos em tempo hábil. Sua classificação em “curto”, “médio” e “ações recorrentes” permite uma abordagem que distingue o que precisa de atenção imediata e o que pode ser abordado de maneira gradual.

A definição de prioridades na gestão pública envolve a identificação e classificação das necessidades e objetivos para garantir a melhor utilização dos recursos disponíveis.

Dessa forma, a definição dos prazos e prioridades está orientada pelos seguintes critérios:

Prazo

Curto Prazo: Ações que possuem prioridade alta e que são resolutivas em dois anos.

Médio Prazo: Refere-se a um período intermediário de cinco anos, quando será realizado um balanço das diretrizes e ações implementadas. Este prazo requer um estudo de viabilidade. Levam um tempo para ser planejadas antes de implementadas.

Ação recorrente: Ações de manutenção, que já ocorrem e que cotidianamente podem ser monitoradas.

Periodicidade ou vigência do Plano: dez anos e revisão intermediária (balanço) cada cinco anos.

Prioridade

A definição de prioridades na gestão pública envolve a identificação e classificação das necessidades e objetivos para garantir a melhor utilização dos recursos disponíveis. Os critérios geralmente incluem:



Prioridade zero: Diretrizes e ações que precisam ser realizadas imediatamente para evitar problemas maiores. Trata-se de diretrizes e ações que apresentam um risco alto para a população e que, no prazo de um ano, devem ser executadas ou encaminhadas antes das demais ações – inclusive de curto prazo.

Prioridade alta: Diretrizes e ações que devem priorizar áreas que comprometem o uso e função socioambiental do parque. Trata-se de diretrizes e ações que apresentam um impacto grande na percepção de uso da população.

Prioridade média: Diretrizes e ações que conferem benefícios à qualidade ambiental ou de uso para os frequentadores do parque. Deve-se considerar a viabilidade técnica, financeira e política das ações ou projetos.

Contudo, recomenda-se ainda que as ações e projetos sejam distribuídos de forma justa entre diferentes grupos da sociedade, especialmente os mais vulnerabilizados.

10.2. Desejos de futuro

Referem-se a ações, propostas ou aspirações que demandam um estudo de viabilidade e não estão em concordância com o projeto atual, implicando, portanto, em mudanças significativas no planejamento existente. Essas questões são frequentemente complexas e envolvem a elaboração de novos projetos, a necessidade de orçamentos adicionais.

Ademais, incluem-se nessa categoria aspectos que envolvem a dimensão do “sonho”, ou seja, desejos não estritamente necessários para o correto funcionamento do parque, mas que são relevantes e requerem estudo de viabilidade.

Esse entendimento se alinha com a perspectiva de que o “desejo de futuro” aqui será entendido como algo que difere de uma ação recorrente ou de uma diretriz, dada a sua complexidade de articulação e execução.



10.3. Quadro de diretrizes

SOLO (S0)				
Código	Origem	Diretriz	Prioridade	Prazo
S02	Técnica	Evitar impermeabilizar o solo em área maior do que a prevista no projeto arquitetônico original; quando necessária instalação de pisos diversos, avaliar a possibilidade de priorizar materiais permeáveis e/ou drenantes, de acordo com a Lei Municipal nº 11.509 de 1994.	Alta	Recorrente

RECURSOS HÍDRICOS (RH)				
Código	Origem	Diretriz	Prioridade	Prazo
RH3	Participativa	Promover, quando necessário, a infiltração e fitorremediação das águas utilizando técnicas de SBN (Soluções Baseadas na Natureza) como biovaletas, canteiros pluviais, jardins de chuva, bacias de retenção etc.	Alta	Recorrente
RH6	Técnica	Os corpos hídricos, incluso subterrâneos, deverão ser monitorados com relação à qualidade de suas águas, seja para aproveitamento, seja para indicação de medidas mitigatórias visando sua recuperação.	Alta	Recorrente
RH9	Técnica	Minimizar potenciais impactos e zelar pela integridade de áreas úmidas e brejosas, que merecem destaque pela sua importância na prestação de serviços ecossistêmicos, regulação climática, conservação da biodiversidade e dos recursos hídricos.	Média	Recorrente

VEGETAÇÃO (VE)				
Código	Origem	Diretriz	Prioridade	Prazo
ÁREAS DE PRESERVAÇÃO				
VE2	Técnica	Seguir diretrizes e ações de manejo especificadas no documento "Relatório de caracterização da vegetação" elaborado pela equipe técnica do Herbário Municipal em 2019.	Alta	Recorrente



VE6	Técnica	Realizar o monitoramento ativo dos diversos tipos de impacto (ex. espécies invasoras, vandalismo, desmatamento, coleta ilegal, incêndios, poluentes etc.) incidentes sobre a vegetação e promover o planejamento de medidas mitigadoras e preventivas para assegurar a proteção e o uso sustentável da biodiversidade e dos recursos naturais do parque.	Alta	Recorrente
VE7	Técnica	Realizar o monitoramento ativo dos diversos tipos de impacto causados pela presença de linhas de transmissão e obras de implantação do Rodoanel – Trecho Norte, e promover o planejamento de medidas mitigadoras e preventivas para assegurar a proteção da flora, fauna e recursos naturais do parque.	Alta	Recorrente
FORMAÇÕES CAMPESTRES				
VE9	Técnica	Proteger e recuperar as formações campestres, em especial aquelas contendo espécies típicas de cerrado, adotando medidas para o controle e erradicação das espécies invasoras braquiária (<i>Urochloa sp.</i>) e capim-gordura (<i>Melinis minutiflora</i>) e, em médio prazo, a substituição por herbáceas nativas nas áreas a serem mantidas como campos.	Alta	Médio
VE10	Técnica	Realizar estudo de viabilidade, em conjunto com instituições de pesquisa, da inclusão de espécies nativas com potencial alelopático sobre a braquiária, como aquelas dos gêneros <i>Annona</i> , <i>Anacardium</i> , <i>Caryocar</i> , <i>Eugenia</i> , <i>Lantana</i> , <i>Lepidaploa</i> , <i>Lippia</i> , <i>Psidium</i> , <i>Qualea</i> entre outros.	Média	Médio
VE11	Técnica	Nessas áreas campestres, não admitir a realização de plantios de árvores (oriundas de TAC, TCA ou outro tipo de compensação), uma vez que essas áreas são consideradas como relictos do bioma Cerrado (ilhas dispersas no bioma Mata Atlântica), devendo ser protegidas e recuperadas na sua integridade.	Alta	Recorrente
VE12	Técnica	Na formação de campos de várzea, avaliar a possibilidade de retirada de uma estrada de terra (construída embaixo das vias suspensas do rodoanel), que interferiu no fluxo natural da água na várzea, alterando a fisionomia local. Caso não seja possível removê-la, é preciso construir tubulações sob a estrada de terra e realizar monitoramento da vazão d'água, visando o reestabelecimento natural das espécies nativas da várzea.	Alta	Médio

FRAGMENTOS FLORESTAIS

VE13	Técnica	Realizar levantamento florístico, que deverá ser periodicamente atualizado, sob orientação da equipe técnica do Herbário Municipal.	Média	Recorrente
VE14	Técnica	Eliminar a prática do bosqueamento, ou seja, roçada do subbosque nas áreas florestais, de forma a proteger e permitir o desenvolvimento da vegetação arbóreo-arbustiva em processo de regeneração/sucessão ecológica.	Alta	Recorrente
VE15	Técnica	Realizar plantio direto e/ou estímulo à regeneração natural para promover a recuperação da vegetação nativa do bioma original, multiplicando-se as espécies já existentes e introduzindo-se aquelas não mais ocorrentes na área, visando a ampliação da biodiversidade.	Alta	Recorrente
VE17	Técnica	Novos plantios poderão seguir as proporções de espécies pioneiras, secundárias e climácicas indicadas na Resolução SMA 08/08, sempre com orientação da equipe técnica da SVMA.	Média	Recorrente
VE18	Técnica	No enriquecimento, incluir espécies vegetais nos mais variados estratos (herbáceo, arbustivo, arbóreo e epifítico), diversificando os recursos e nichos ecológicos possíveis para a fauna.	Média	Recorrente
VE19	Técnica	Considerar a possibilidade de substituição gradativa de espécies exóticas, que vierem a adoecer e/ou morrer, por espécies nativas do bioma regional.	Urgente	Recorrente
VE20	Técnica	Na formação de floresta ombrófila densa, avaliar a possibilidade de instalação de poleiros, naturais ou artificiais, para favorecer a nucleação como estratégia para aumentar a diversidade funcional da área, tendo em vista a proximidade com o Parque Estadual da Serra da Cantareira e Parque Estadual Alberto Löfgren e a possibilidade de movimentação de fauna.	Alta	Médio

ÁREAS AJARDINADAS

VE21	Técnica	Limitar as áreas gramadas, que consomem muitos recursos e demandam manejo constante, àqueles locais onde ocorram atividades físicas, recreativas e esportivas que justifiquem sua existência.	Média	Médio
------	---------	---	-------	-------



VE22	Técnica	Havendo gramado, reduzir a frequência das roçadas, de forma a possibilitar a produção e dispersão de sementes, maximizando a biodiversidade de fauna silvestre, especialmente de aves granívoras como o papa-capim, bico-de-lacre, coleirinha e canárida-terra.	Alta	Recorrente
VE23	Técnica	Observar a altura de corte recomendada para cada espécie de grama, por exemplo grama bermudas (manter tamanho mínimo de folha de 3cm acima do nível do solo), esmeralda (4 a 5cm) e são-carlos (5 a 7 cm), e a frequência diferencial de roçadas em cada estação do ano.	Média	Recorrente
VE24	Técnica	Não realizar cortes muito baixos e/ou frequentes que possam danificar o rizoma do gramado, gerar áreas falhas e ocasionar a exposição do solo.	Alta	Recorrente
VE25	Técnica	Em áreas de gramado úmidas, com presença de musgos superficiais, promover a aeração periódica através da escarificação, corte vertical e retirada de cama de palhada seca.	Alta	Recorrente
VE26	Técnica	Em áreas de gramado falho, com solo compactado, realizar cobertura fina de areia média lavada e composto orgânico na proporção 1:1, especialmente no começo da primavera.	Alta	Recorrente
VE27	Técnica	Manter período de repouso para recuperação de gramados com intenso pisoteio, através da delimitação, cercamento e sinalização da área para conhecimento da população.	Alta	Recorrente
VE29	Técnica	Zelar pela integridade dos canteiros ajardinados, monitorando a presença de áreas falhas e necessidade de realizar adubação, replantios e podas de renovação periódicos.	Alta	Recorrente
VE28	Técnica	Estabelecer locais de menor intervenção, como por exemplo grandes áreas que raramente são roçadas/manejadas, ou mesmo realizar a retirada do gramado e plantio (direto ou por semeadura) de espécies herbáceas nativas, formando um relvado biodiverso atrativo à polinizadores, dispersores e herbívoros diversos. Esses locais devem ser sinalizados evidenciando a relevância de sua manutenção como forma de maximizar a biodiversidade do parque.	Alta	Médio
VE30	Técnica	Realizar rega diferencial de acordo com as estações do ano, insolação (áreas ensolaradas/sombreadas) e necessidades hídricas de cada espécie, de modo a garantir sua sanidade e pleno desenvolvimento.	Alta	Recorrente

VE34	Técnica	Avaliar a possibilidade de substituir a vegetação exótica implantada no paisagismo por espécies nativas ornamentais, mantendo o layout do projeto original, mas ampliando a oferta de recursos para a fauna silvestre, reestabelecendo as interações ecológicas, e favorecendo o conhecimento e valorização da flora nativa pela população.	Média	Médio
VE31	Técnica	Fiscalizar e coibir práticas como o pisoteamento dos canteiros, descarte de resíduos sólidos ou líquidos, assim como dejetos de animais domésticos, ou outras atividades que possam danificar as mudas existentes.	Alta	Recorrente
VE33	Participativa	Incentivar o plantio de herbáceas e arbustivas nativas que sejam atrativas a borboletas, beija-flores, abelhas e outros polinizadores, como forma de perpetuar a presença destas espécies na malha urbana.	Alta	Recorrente
ÁRVORES				
VE35	Técnica	Manter todas as árvores do Parque, zelando pela sua integridade, saúde e pleno desenvolvimento.	Alta	Recorrente
VE37	Técnica	Realizar poda e supressão de árvores sempre com autorização do órgão ambiental competente, e somente em casos de risco de queda e risco de acidentes envolvendo pessoas e patrimônio. Para árvores com risco iminente, contatar Defesa Civil ou Corpo de Bombeiros.	Alta	Recorrente
VE38	Técnica	Realizar podas de equilíbrio, formação, condução e limpeza sempre respeitando a arquitetura e forma intrínseca de cada espécie. Evitar a qualquer custo poda de raízes, pelo seu potencial de desestabilizar a árvore, aumentando o risco de tombamentos. Seguir orientações contidas no Manual Técnico de Poda de Árvores da Prefeitura.	Alta	Recorrente
VE39	Técnica	Manter árvores mortas e galhos secos que não estejam oferecendo risco direto de acidentes, especialmente nas áreas florestais. Quando em pé, a madeira morta serve de local para construção de ninhos de besouros, abelhas solitárias e aves (como os pica-paus, corujas, tucanos, periquitos e papagaios); quando já caída, serve de esconderijo e local de vida ocasional para muitos animais, além de alimentar uma diversidade enorme de seres xilófagos e saprófitos, como cupins, besouros, traças, fungos e outros microrganismos, fundamentais para a saúde do solo.	Alta	Recorrente



VE40	Técnica	Em árvores isoladas, especialmente aquelas em áreas gramadas, manter coroamento de 40 a 50cm de distância do colo ou aplicar outras técnicas/ materiais que protejam o caule das mesmas para evitar ferimentos por ocasião da roçada do gramado.	Alta	Médio
VE41	Técnica	Evitar a instalação de canteiros elevados ou adição de camadas de solo que encubram a base do tronco das árvores existentes, evitando assim o soterramento de colo, situação que pode levar ao definhamento e morte das mesmas.	Alta	Recorrente
VE42	Técnica	Evitar, a qualquer custo, a pintura dos troncos (inclusive caiação), fixação de pregos, placas, arames, cordas, balanços, tecidos ou bordados que possam causar ferimentos, estrangulamento ou trazer umidade excessiva que facilite a instalação pragas e doenças.	Alta	Recorrente
VE43	Técnica	Fiscalizar e coibir a prática de anelamento, seja por corte ou instalação de cordas/arames apertados, assim como a realização de quaisquer outros ferimentos na casca das árvores (como inscrições de nomes por exemplo).	Alta	Recorrente
VE44	Técnica	Manter, na base das árvores, área permeável, na forma de canteiro ou faixa, que permita a infiltração de água e aeração do solo. As dimensões mínimas recomendadas para essas áreas não impermeabilizadas são de 2,0m ² para árvores de copa pequena (diâmetro de até 4,0m) e de 3,0m ² para árvores de copa média ou grande (diâmetro acima de 4,0m).	Alta	Recorrente

NOVOS PLANTIOS

VE45	Técnica	Novos plantios, de espécies arbóreas, arbustivas e ornamentais, devem ser realizados apenas pela equipe interna do parque ou por outras equipes desde que autorizadas pela Divisão de Gestão de Parques Urbanos (DGPU), não sendo permitido à população efetuar plantios de forma espontânea.	Alta	Recorrente
VE47	Técnica	Realizar plantios e transplantes preferencialmente no período das chuvas (primavera e verão), para minimizar estresses, facilitar o pegamento e maximizar a taxa de sobrevivência das mudas.	Alta	Recorrente

VE48	Técnica	Quando do plantio de canteiros de forrações e arbustivas, cobrir sempre o solo ao redor das mudas com folhas secas, aparas de grama ou material particulado (resíduos vegetais triturados), protegendo o solo contra compactação, aquecimento e ressecamento, facilitando assim o pegamento das mudas.	Alta	Recorrente
VE49	Técnica	Para o plantio de árvores, seguir orientações contidas no Manual Técnico de Arborização Urbana da Prefeitura de São Paulo, quanto à abertura de berços, plantio e tutoramento das mudas.	Alta	Recorrente
VE50	Participativa	Empregar diversidade de plantas com épocas de floração e frutificação espalhadas ao longo do ano, garantido assim apelo visual/paisagístico constante, além de recursos alimentares para a fauna silvestre nas diferentes estações.	Alta	Recorrente
VE51	Participativa	Avaliar a possibilidade de plantio de árvores frutíferas, de espécies nativas, especialmente próximo às áreas de circulação e estar de pessoas, favorecendo assim maior interação, reconhecimento e valorização da flora nativa regional.	Alta	Curto
VE52	Técnica	Empregar preferencialmente espécies nativas regionais, que exigem menor manutenção, fornecem serviços ecossistêmicos e sustentam espécies da fauna nativa com hábitos especializados.	Alta	Recorrente
VE53	Técnica	Estudar o plantio de espécies que reconhecidamente façam parte da dieta dos animais ameaçados de extinção e/ou raros presentes no parque, como forma de perpetuar a presença destas espécies na malha urbana.	Alta	Médio
VE54	Técnica	Utilizar espécies nativas do município de São Paulo baseando-se na Portaria SVMA 60/2011, que publica a Lista de Espécies Vegetais Vasculares Nativas do município de São Paulo, e Portaria SVMA 61/2011, que publica a Lista de espécies arbóreas nativas do município de São Paulo sugeridas para utilização em termos de ajustamento de conduta e projetos de recuperação florestal, de enriquecimento florístico, paisagístico, de compensação ambiental, de arborização urbana, entre outros.	Alta	Recorrente



VE55	Técnica	Canalizar recursos de compensações ambientais no município, ou eventos de empresas que queiram/necessitem neutralizar emissões de Carbono, com ações de plantio e manutenção na área interna do parque e seu entorno.	Alta	Recorrente
------	---------	---	------	------------

ESPÉCIES EXÓTICAS E INVASORAS

VE56	Técnica	Novos plantios, inclusive de ornamentais em áreas ajardinadas, devem evitar a utilização de espécies exóticas, principalmente aquelas com potencial invasor ou dominante, que possam alterar a dinâmica e equilíbrio do ecossistema, seja por abafamento, competição, alelopatia ou sombreamento excessivo.	Alta	Recorrente
------	---------	---	------	------------

VE57	Técnica	Evitar igualmente o plantio de espécies que possuam estruturas subterrâneas de propagação vegetativa (ex.: bambu, espada-desão-jorge, curculigo) ou crescimento estolonífero (ex.: lambari, tostão), que se alastram com facilidade e tendem a formar populações dominantes, especialmente nas proximidades de áreas de preservação.	Alta	Recorrente
------	---------	--	------	------------

VE58	Técnica	Evitar o despejo de resíduos vegetais nas áreas de mata, especialmente aqueles contendo restos de poda de grama e espécies ornamentais exóticas (como lambari, agapanto, singônio), minimizando assim o risco de invasão biológica.	Alta	Recorrente
------	---------	---	------	------------

VE62	Técnica	No caso de espécies invasoras já estabelecidas no interior do parque, orientar funcionários para identificar e realizar o monitoramento periódico de propágulos, retirada de sementes no solo e arranquio de plântulas (com sistema radicular), visando o controle da sua população.	Urgente	Curto
------	---------	--	---------	-------

TREPADEIRAS, EPIFITAS E PARASITAS

VE65	Técnica	Aproveitar as epífitas de galhos caídos (ex.: orquídeas, bromélias, samambaias etc.), recolocando-as em outros troncos, preferencialmente através da utilização de barbantes de material biodegradável, sem apertar demasiado o caule da árvore, permitindo seu correto desenvolvimento.	Alta	Recorrente
------	---------	--	------	------------

VE66	Técnica	Monitorar o desenvolvimento de hemiepífitas lenhosas como figueiras mata-pau (gênero <i>Ficus</i>) e brassaias (gênero <i>Schefflera</i>), que podem causar estrangulamento mecânico ao não permitir a continuidade do crescimento da árvore hospedeira.	Alta	Recorrente
VE67	Técnica	Monitorar o desenvolvimento de epífitas do gênero <i>Tillandsia</i> , pela possibilidade de atuarem como parasitas estruturais, causando efeitos adversos na árvore hospedeira, como desfolha, redução da capacidade fotossintética e da movimentação de seiva, declínio e morte de galhos.	Alta	Recorrente
VE68	Técnica	Realizar controle de ervas-de-passarinho apenas quando detectado alto grau de infestação ou quando estiverem causando danos às árvores que possam estabelecer risco de acidentes, tendo em vista que as mesmas constituem importante fonte de néctar para beija-flores e outros polinizadores devido ao longo período de floração, além de fonte alimentar para diversas espécies de aves, inclusive durante o inverno.	Alta	Recorrente
VE69	Técnica	Realizar monitoramento de trepadeiras nas clareiras e bordas de fragmentos florestais, removendo-se somente o excesso para evitar sobrepeso e sufocamento dos exemplares arbóreos.	Alta	Recorrente
VE70	Técnica	Executar o manejo sempre sob orientação de profissional técnico que analisará a eventual necessidade de poda da árvore hospedeira visando o controle da infestação.	Alta	Recorrente

PRAGAS E DOENÇAS

VE71	Participativa	Na manutenção das áreas verdes, aplicar princípios ecológicos que priorizem a proteção e regeneração da flora, fauna e recursos naturais (como solo e água), maximizando assim a potencialidade do parque de funcionar como refúgio urbano, inclusive climático, e sua prestação de serviços ecossistêmicos.	Alta	Recorrente
VE72	Técnica	Evitar utilizar adubos minerais e outras substâncias químicas como pesticidas, inseticidas e herbicidas durante a manutenção das áreas verdes do parque, reduzindo impactos diretos e indiretos aos funcionários, visitantes e meio ambiente.	Alta	Recorrente



VE73	Técnica	Quando necessário controle de pragas e doenças, priorizar a catação manual, utilização de armadilhas, repelentes, caldas e produtos orgânicos, e ao controle biológico por predadores naturais.	Alta	Recorrente
VE74	Técnica	Em caso de infestações recorrentes e/ou massivas, buscar parceria com instituições de pesquisa, como universidades, através de Termo de Cooperação Técnica.	Alta	Recorrente

PREVENÇÃO DE ACIDENTES

VE75	Técnica	Evitar o plantio de árvores com frutos grandes e/ou pesados, espécies dotadas de espinhos, princípios alergênicos ou tóxicos próximo às áreas de circulação e estar de pessoas, como trilhas, playgrounds, estacionamentos, praças e áreas esportivas.	Alta	Recorrente
VE76	Técnica	Árvores com frutos grandes e/ou pesados devem ter sua área de projeção de copa isolada e sinalizada durante o período de frutificação para evitar acidentes.	Alta	Recorrente
VE77	Técnica	Árvores que produzam flores e/ou frutos que possam estabelecer superfícies escorregadias quando da sua queda, devem ter sua área de projeção de copa isolada e sinalizada durante o período de floração/ frutificação para evitar acidentes.	Alta	Recorrente
VE77	Técnica	Árvores que produzam flores e/ou frutos que possam estabelecer superfícies escorregadias quando da sua queda, devem ter sua área de projeção de copa isolada e sinalizada durante o período de floração/ frutificação para evitar acidentes.	Alta	Recorrente

PREVENÇÃO DE INCÊNDIOS

VE80	Técnica	Avaliar a necessidade de instalação de aceiros, que são faixas onde o solo é mantido exposto, principalmente ao longo de divisas, cercas e áreas de vegetação nativa. Os aceiros devem ser estrategicamente planejados e mantidos livres de qualquer vegetação, galhos e folhas secas que possam funcionar como combustível para a propagação do fogo. Seguir as orientações contidas no Decreto Estadual 47.700/2003.	Alta	Médio
------	---------	--	------	-------

VE81	Técnica	Avaliar, em conjunto com o Corpo de Bombeiros, a necessidade de criação de uma brigada de incêndio, treinada periodicamente e munida com os equipamentos adequados, para lidar com incêndios, de origem natural ou antrópica, especialmente no período de seca (outono/inverno).	Alta	Curto
VE82	Técnica	Conscientizar a população do entorno e visitantes do parque sobre os perigos de soltar balão, despejar bitucas de cigarro acessas, atear fogo a lixo ou outros resíduos e o risco decorrente de incêndios, assim como informar sobre a legislação ambiental incidente.	Alta	Curto

COLETA E PESQUISA

VE83	Técnica	Coibir e fiscalizar a coleta de folhas, flores, mudas e sementes pela população.	Alta	Recorrente
VE84	Técnica	Permitir a coleta de amostras para pesquisa à equipe do Herbário Municipal; demais interessados devem apresentar projeto, de acordo com normas da Comissão de Avaliação técnico-científica da Coordenação de Gestão de Parques e Biodiversidade Municipal (CGPABI).	Alta	Recorrente

FAUNA (FA)

Código	Origem	Diretriz	Prioridade	Prazo
--------	--------	----------	------------	-------

ÁREAS DE PRESERVAÇÃO

FA1	Técnica	Zelar pelo bem-estar, integridade e segurança dos animais silvestres existentes no parque.	Alta	Recorrente
FA4	Técnica	Avaliar a possibilidade de incluir elemento hídrico (fontes, lagos ou bebedouros), caso inexistente, para atração de uma maior diversidade de insetos, espécies florestais e também aquelas características de ambientes aquáticos.	Média	Médio
FA5	Técnica	Avaliar a possibilidade de incluir telhado verde, calçadas verdes e outras infraestruturas verdes em pequena escala como forma de atenuar a presença das edificações como elemento de bloqueio à fauna.	Média	Médio



FA6	Técnica	Evitar a fragmentação das áreas verdes existentes através da instalação de gradis, alambrados, passarelas, muros e/ou edificações que possam dificultar o livre trânsito da fauna silvestre, promover seu encerramento, aprisionamento e/ou ferimentos de qualquer natureza.	Alta	Recorrente
FA7	Técnica	Quando da existência de fragmentos significativos, que estejam desconectados, avaliar a possibilidade de conexão através de plantio direto de mudas ou então avaliar a possibilidade de instalação de passagens de fauna ou outras estratégias que possibilitem a movimentação dos animais	Alta	Recorrente
FA9	Técnica	Preservar locais para reprodução das espécies silvestres, como vegetação na margem de corpos hídricos, ocos de árvore e árvores mortas (que não ofereçam risco aos usuários) e maciços de vegetação arbustiva, arbórea e relvados.	Alta	Médio
FA11	Técnica	Caso constate-se a presença de ninhos de aves em árvores cuja supressão ou poda esteja autorizada, realizar o monitoramento do ninho e aguardar até que os filhotes voem e abandonem o ninho por conta própria, para então retomar as atividades.	Alta	Recorrente
FA12	Técnica	Caso constate-se a presença de ninhos no solo (gramados), o que é esperado para o quero-quero (<i>Vanellus chilensis</i>) por exemplo, isolar a área do ninho com sinalização visual (fita zebra) considerando uma margem de segurança de aproximadamente 2,0 metros de raio a partir do centro do ninho, visando evitar o estresse dos animais e garantir seu sucesso reprodutivo.	Alta	Recorrente
FA11	Técnica	Caso constate-se a presença de ninhos de aves em árvores cuja supressão ou poda esteja autorizada, realizar o monitoramento do ninho e aguardar até que os filhotes voem e abandonem o ninho por conta própria, para então retomar as atividades.	Alta	Recorrente
FA13	Técnica	Caso constate-se a presença de criadouro natural de outras espécies silvestres, a exemplo do gambá-de-orelha-preta (<i>Didelphis aurita</i>), em ocos de árvores, arbustos densos ou em edificações, isolar a área do ninho com sinalização visual (fita zebra, por exemplo), monitorar o criadouro e aguardar o animal abandonar o local por conta própria para proceder com qualquer intervenção.	Alta	Recorrente

FA14	Técnica	Autorizar a realização de estudos e pesquisas, incluindo a coleta de material biológico, aos Técnicos e pesquisadores da SVMA. Demais pesquisas no interior do Parque poderão ser realizadas mediante apresentação e aprovação de projeto, de acordo com normas da Comissão de Avaliação técnico-científica da Coordenação de Gestão de Parques e Biodiversidade Municipal (CGPABI).	Alta	Recorrente
PREVENÇÃO E MITIGAÇÃO DE IMPACTOS				
FA18	Técnica	Fiscalizar e coibir a soltura de pipas que utilizem linhas cortantes na área interna do parque, em conformidade com a Lei Estadual nº 17.201 de 2019, e com a Portaria SVMA/CGPABI nº 14 de 2021.	Média	Recorrente
FA19	Técnica	Seguir o disposto na Portaria SVMA nº 49 de 2022, ou a que vier substituí-la, principalmente no tocante à iluminação artificial, emissão de som e/ou ruído, instalação de superfícies transparentes ou reflexivas, uso de drones, instalação de apetrechos em corpo hídrico, destinação de resíduos sólidos entre outros.	Alta	Recorrente
FA20	Técnica	Minimizar a poluição luminosa, especialmente deletéria à animais noturnos, aves migratórias e insetos, através da utilização de lâmpadas especiais, com foco direcionado ao solo, em altura mais baixa que a copa das árvores e com sensores de movimento, que deverão ser deixadas desligadas durante o período em que o parque estiver fechado, principalmente próximo aos fragmentos florestais.	Alta	Recorrente
FA21	Técnica	Fiscalizar e coibir a utilização de fogos de artifício sonoros, pelo seu reconhecido impacto à fauna; no caso de fogos de artifícios não sonoros, sua utilização fica condicionada à autorização da Divisão de Fauna Silvestre (DFS).	Alta	Recorrente
FA22	Técnica	Fiscalizar a utilização de drones, principalmente durante os períodos de reprodução e/ou migração, pelo risco de interferência por estímulos sonoros e visuais e colisão com aves, causando óbitos. A utilização de drones fica condicionada à autorização da Divisão de Fauna Silvestre (DFS), sendo proibido uso recreacional e particular.	Alta	Recorrente



FA23	Técnica	Minimizar o uso de vidraças, superfícies translúcidas ou reflexivas nas edificações, ou adequar as existentes, de modo a reduzir os riscos de colisão direta e mortalidade das aves.	Alta	Recorrente
FA24	Técnica	Comedouros, bebedouros e “banheiras” para aves, quando existentes, devem ser instalados longe de vidraças, superfícies translúcidas ou refletivas, pois ao disputarem alimento certas aves podem colidir com estas estruturas. Devem também ser higienizados diariamente para reduzir o risco de transmissão de doenças e parasitas entre os indivíduos visitantes.	Alta	Recorrente
FA25	Técnica	Monitorar locais que contenham painéis fotovoltaicos e solares, pela possibilidade de ocorrência do “efeito lago”, que é quando as aves pousam nas placas acreditando se tratar de um lago e podem sofrer lesões ou mesmo vir a óbito.	Alta	Recorrente
FA26	Técnica	Evitar a utilização de sopradores de folhas, principalmente aqueles movidos a gasolina, não só pela poluição sonora e atmosférica, e riscos associados à saúde humana, mas principalmente pelos danos causados aos insetos e outros artrópodes residentes na serrapilheira.	Alta	Recorrente
FA27	Técnica	Prevenir o contato físico entre a população humana e os animais silvestres, por meio de sinalização e fiscalização, devido ao risco de acidentes e transmissão de doenças.	Alta	Recorrente
FA28	Técnica	Explicitar em placas as proibições de introduzir animais nos parques e de alimentar animais silvestres e fazer parte do treinamento dos funcionários da vigilância para que possam coibi-las adequadamente.	Alta	Recorrente
FA30	Participativa	Caso não esteja disposto no Regulamento de Uso do Parque, e com anuência do Conselho Gestor, poderão ser destinados locais e horários específicos à prática monitorada de soltura de pipa (sem linha cortante), desde que respeitadas as distâncias mínimas de segurança e assegurado que tal atividade não cause impactos à fauna, flora e recursos naturais do parque.	Alta	Recorrente

PREVENÇÃO DE ACIDENTES

FA33	Técnica	Os animais silvestres eventualmente encontrados na área do Parque devem ser capturados somente quando estiverem fora do seu ambiente natural, estiverem machucados ou de alguma forma presos (imobilizados ou contidos em determinado local) e oferecerem risco iminente às pessoas.	Média	Recorrente
FA34	Técnica	Disponibilizar equipamentos de proteção individual e demais ferramentas necessárias para a segura captura dos animais, assim como abrigos onde os mesmos poderão aguardar, e gaiolas ou caixas de transporte para encaminhamento.	Alta	Recorrente
FA35	Técnica	Encaminhar animais silvestres feridos, doentes ou mortos, tão logo seja possível, para a Divisão da Fauna Silvestre (DFS) para identificação da espécie, necropsia ou tratamento adequado, reabilitação e soltura.	Alta	Recorrente
FA36	Técnica	Adotar as medidas necessárias para o manejo da fauna sinantrópica (ex.: abelha africanizada, aranha, barata, barbeiro, caramujo-africano, carrapato, escorpião, formigas, lacraias e centopeias, morcegos, ratos, moscas, mosquitos, percevejos, pernilongos, pombos, pulgas, taturanas e vespas) eventualmente ocorrente no Parque, tendo em vista a possibilidade de transmissão de doenças, agravos à saúde do homem e animais.	Alta	Recorrente
FA37	Técnica	Tanto para os casos de abrigos instalados (colméias ou vespeiros), como para os casos de enxames viajantes de abelhas africanizadas (<i>Apis mellifera</i>), vespas ou marimbondos, recomenda-se o isolamento do local, de modo a não permitir a aproximação de pessoas ou animais, e acionamento da Divisão de Vigilância em Zoonoses (DVZ).	Alta	Recorrente
FA38	Técnica	No caso de abelhas sem ferrão e vespas nativas, que não oferecem riscos à saúde pública, as ações de manejo devem se pautar na legislação vigente.	Alta	Recorrente



FA39	Técnica	Evitar a retirada de lagartas de borboletas e mariposas, que embora possam causar danos pontuais à vegetação, constituem elemento-chave nas cadeias tróficas, pois transferem mais energia das plantas para outros animais do que todos os outros herbívoros combinados. No caso de lagartas venenosas, como aquelas do gênero <i>Lonomia</i> por exemplo, recomenda-se o isolamento do local, de modo a não permitir a aproximação de pessoas ou animais, e acionamento da Divisão de Vigilância em Zoonoses (DVZ).	Alta	Recorrente
FA40	Técnica	Em caso de emergência, contatar imediatamente o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) ou o Corpo de Bombeiros (193).	Alta	Recorrente

ESPÉCIES EXÓTICAS E INVASORAS

FA42	Técnica	Monitorar a presença do sagui (<i>Callithrix sp.</i>), espécie considerada exótica e introduzida na região sudeste do Brasil, devido ao risco de invasão, competição e hibridização com as populações de saguis nativos, que já enfrentam ameaça de extinção.	Média	Recorrente
FA43	Técnica	Consultar a Deliberação nº 30/2011, que reconhece a lista de espécies exóticas com potencial de bioinvasão no Estado de São Paulo, e a Deliberação Normativa nº 2/2011, que dispõe sobre a elaboração e a atualização de lista de espécies exóticas com potencial de bioinvasão no Estado de São Paulo e dá outras providências.	Alta	Recorrente
FA44	Técnica	Consultar a Base de Dados de Espécies Exóticas Invasoras (https://institutohorus.org.br/), para maiores informações sobre taxonomia, ecologia, introdução e dispersão, impactos, manejo e análise de risco.	Média	Médio

ESPÉCIES EXÓTICAS E INVASORAS

FA45	Gestão/ Opera- ção	Orientar os funcionários para fiscalizar a entrada de cães acompanhados de seus tutores no Parque, garantindo seu livre acesso ao local, desde que sejam mantidos com os devidos equipamentos de segurança exigidos por lei (coleiras, guias e eventualmente focinheiras), de acordo com a Portaria SVMA nº 79 de 2023.	Alta	Recorrente
------	--------------------------	---	------	------------

FA46	Participativa	Fiscalizar e orientar a população sobre a necessidade de recolher os dejetos dos animais domésticos, assim como avaliar a possibilidade de instalar dispensador de sacos higiênicos e lixeiras nos locais de maior concentração e passagem de animais.	Alta	Recorrente
FA47	Participativa	Monitorar a população de animais domésticos abandonados no parque, com vistas a promover a redução populacional e o acompanhamento da condição sanitária dos mesmos por meio da Divisão de Vigilância em Zoonoses (DVZ).	Alta	Recorrente
FA49	Técnica	Não realizar eventos de venda e adoção de animais no parque, visando não estimular o abandono de novos indivíduos, de acordo com a Portaria SVMA nº 73 de 2020.	Alta	Recorrente
FA50	Técnica	Articular e sensibilizar a população residente no entorno direto do parque para que animais domiciliados, em especial cães e gatos, sejam contidos para evitar sua entrada desacompanhada no parque e sejam castrados, marcados (coleira, chip, etc.) e identificados, ficando sob posse responsável.	Alta	Recorrente

CAMINHOS (CA)

Código	Origem	Diretriz	Prioridade	Prazo
--------	--------	----------	------------	-------

TRILHAS

CA2	Técnica	Quando da existência de trilhas, realizar o monitoramento ativo dos diversos tipos de impacto porventura incidentes (como erosão e compactação do solo, danos à vegetação e fauna) e promover o planejamento de medidas mitigadoras e preventivas para assegurar a proteção e o uso sustentável dos elementos naturais do parque.	Alta	Recorrente
CA3	Técnica	As trilhas a serem implantadas no Setor 3 devem seguir as orientações das publicações “Fundamentos do Planejamento de Trilhas” e “Manual de Sinalização de Trilhas” do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), considerando as especificidades do parque enquanto parque urbano.	Alta	Curto



ILUMINAÇÃO E REDE ELÉTRICA (IL)

Código	Origem	Diretriz	Prioridade	Prazo
IL2	Técnica	Seguir o disposto na Portaria SVMA nº 49 de 2022, que estabelece os procedimentos para a realização de instalações, produções e eventos que importem em potenciais impactos à fauna silvestre e ornamental nos Parques Municipais, principalmente no tocante à iluminação artificial.	Alta	Médio
IL4	Participativa	Estudar sistemas de energia ecoeficientes e que promovam economia de energia para o parque.	Alta	Médio

ÁGUA E SANEAMENTO (AS)

Código	Origem	Diretriz	Prioridade	Prazo
AS5	Técnica	Minimizar a necessidade de água para irrigação através da utilização de espécies nativas no paisagismo, espécies rústicas e adaptadas ao regime hídrico da região, além da cobertura do solo com folhas secas ou outros materiais inertes, que protejam o mesmo contra aquecimento e evaporação.	Alta	Recorrente

RESÍDUOS (RE)

Código	Origem	Diretriz	Prioridade	Prazo
RE3	Técnica	Gerir os resíduos sólidos de acordo com os seguintes objetivos, nesta ordem de prioridade: não-geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento e disposição final, ambientalmente adequada, apenas dos rejeitos.	Alta	Recorrente
RE4	Técnica	Segregar os resíduos em três porções: secos, orgânicos e rejeitos, sendo recomendável que os secos sejam subdivididos em categorias.	Alta	Recorrente
RE5	Técnica	Destinar os resíduos secos à coleta seletiva.	Alta	Recorrente
RE6	Participativa	Destinar materiais recicláveis e reaproveitáveis para associações, cooperativas ou outras organizações que recebam o material para o tratamento adequado, se possível conjugando sua gestão à geração de renda para a comunidade do entorno.	Alta	Recorrente

RE7	Participativa	Destinar os resíduos vegetais (restos de poda e roçada, folhas e flores caídas) à compostagem <i>in situ</i> , atendendo ao disposto na Portaria SVMA nº 5 de 2024.	Alta	Recorrente
RE8	Técnica	Considerar a possibilidade de aproveitar a madeira proveniente de supressão arbórea, para uso qualificado (ex.: mobiliário, artesanato, utensílios etc.).	Alta	Recorrente
RE9	Técnica	Destinar, aos pontos de entrega específicos, os resíduos obrigados à logística reversa: agrotóxicos e embalagens, pilhas e baterias, óleos lubrificantes e embalagens, pneus, produtos eletrônicos, lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio, mercúrio e luz mista.	Alta	Recorrente
RE10	Técnica	Destinar, através da coleta pública, ao aterro sanitário, apenas os rejeitos.	Alta	Recorrente
RE15	Técnica	Os resíduos retirados das lixeiras devem ser acondicionados em caçambas fechadas, de preferência sobre estrado (para que não fiquem diretamente em contato com o solo), até sua destinação final, e esse ambiente deve passar por limpeza e inspeção periódicas.	Alta	Recorrente
RE16	Técnica	Evitar deixar entulho como caixas, tambores, buracos ou vãos em paredes ocas, pneus velhos, armários, sofás e outros tipos de móveis ou qualquer material que possa servir de abrigo para animais sinantrópicos.	Alta	Recorrente
RE18	Técnica	Quando da realização de instalações, produções e eventos seguir o disposto na Portaria SVMA nº 49 de 2022, no tocante ao manejo e destinação adequada dos resíduos sólidos gerados.	Alta	Recorrente
RE20	Participativa	Pesquisar soluções baseadas na natureza (SBN) para o tratamento de resíduos despejados dentro do parque.	Alta	Recorrente
RE21	Técnica	Desenvolver campanhas de conscientização ambiental sobre descarte de resíduos.	Alta	Recorrente



GESTÃO DE OPERAÇÃO (GO)				
Código	Origem	Diretriz	Prioridade	Prazo
G01	Técnica	Garantir formação periódica dos gestores dos parques em conhecimentos técnicos em educação e preservação ambiental	Alta	Recorrente
G02	Técnica	Garantir que funcionários terceirizados tenham formações relativas às suas funções por meio de exigência contratual prevista no contrato das empresas contratadas.	Alta	Recorrente
G03	Técnica	Envolver a comunidade no projeto e planejamento das estruturas e setorização dos parques a serem implantados.	Alta	Recorrente
G07	Gestão/Operação	Definir indicadores e estudos que avaliem a capacidade de carga e de uso do parque, definindo a estrutura necessária para atender as demandas existente e futura.	Alta	Recorrente
G08	Gestão/Operação	Priorizar Soluções Baseadas na Natureza (SbN) e bioconstrução na resolução de demandas e instalação de equipamentos e construções no Parque	Alta	Recorrente
G09	Gestão/Operação	Realizar parceria ou a contratação de profissional da saúde para atividades de ginástica laboral, no início das jornadas de trabalho, visando a prevenção de acidentes de trabalho e a melhoria das condições de saúde das equipes.	Alta	Recorrente
G011	Gestão/Operação	Garantir instalações e/ou local adequado para guarda de materiais, insumos e ferramentas utilizados pelas equipes operacionais.	Alta	Recorrente
G012	Gestão/Operação	Garantir infraestrutura de copa, banheiros, vestiários, armários de uso pessoal e demais instalações que se fizerem necessárias pelas equipes operacionais.	Alta	Recorrente

EQUIPE DE MANEJO E JARDINAGEM

G015	Gestão/ Opera- ção	Além das atividades previstas ao longo do plano de ação, que eventualmente entrem no cronograma da equipe de jardinagem, são atividades básicas realizadas: manutenção dos canteiros (diariamente), despraguejamento, plantios (sob demanda), rega (diariamente), poda de herbáceas e arbustos (sob demanda), varrição de folhas (diariamente na área interna do parque, 1x por semana na calçada), retirada de lixo (2x por semana, na sexta e segunda-feira).	Alta	Recorrente
------	--------------------------	---	------	------------

EQUIPE DE VIGILÂNCIA

G017	Gestão/ Opera- ção	Além das atividades previstas ao longo do plano de ação, que eventualmente entrem no cronograma da equipe de vigilância, são atividades básicas realizadas: rondas, orientação dos visitantes sobre as regras e proibições do parque, contagem de visitantes, organização de achados e perdidos, prestação de primeiros socorros.	Alta	Recorrente
------	--------------------------	---	------	------------

COMUNICAÇÃO VISUAL (CV)

Código	Origem	Diretriz	Prioridade	Prazo
CV2	Técnica	Criar um plano de comunicação que atenda eixos específicos, como quem busca pelo avistamento de fauna, contemplação de paisagens ou esportes de aventura, mas também temas amplos que interessam a todos, como educação ambiental, história e cultura local e serviços ambientais oferecidos pelo parque, como controle de enchentes, fornecimento de água potável, entre outros.	Alta	Médio
CV3	Participativa	Avaliar a possibilidade de instalar placas de identificação de espécies vegetais, especialmente aquelas nativas, de grande valor cultural e/ou paisagístico, além de placas informativas sobre o bioma regional, corpos hídricos, paisagens significativas e fauna silvestre presentes no parque.	Alta	Médio
CV4	Técnica	As placas de identificação das espécies vegetais devem ser submetidas ao Herbário Municipal, para conferência antes da sua produção. Forma, fixação e projeto devem atender aos padrões estabelecidos pela Coordenação de Gestão de Parques e Biodiversidade (CGPABI).	Alta	Médio



USO PÚBLICO (UP)				
Código	Origem	Diretriz	Prioridade	Prazo
EVENTOS				
UP4	Técnica	Por ocasião da realização de eventos, respeitar a configuração da vegetação existente, não se admitindo poda de galhos, fixação de placas, luminárias ou outros equipamentos temporários. As instalações não podem fazer demasiada sombra que prejudique o desenvolvimento natural da vegetação.	Alta	Recorrente
UP5	Técnica	Quando da realização de eventos culturais, educacionais, recreativos e outros, seguir o disposto na Portaria SVMA nº 69 de 2020, no tocante aos regulamentos, obrigações e condições necessários à sua autorização.	Alta	Recorrente
UP6	Técnica	Seguir o disposto na Portaria SVMA nº 49 de 2022, que estabelece os procedimentos para a realização de instalações, produções e eventos que importem em potenciais impactos e/ou distúrbios à fauna silvestre e ornamental dos Parques Municipais.	Alta	Recorrente
EDUCAÇÃO AMBIENTAL				
UP12	Técnica	As práticas de observação de vida silvestre devem seguir os procedimentos dispostos na Portaria SVMA nº 29 de 2019.	Alta	Recorrente
ENTORNO (EN)				
Código	Origem	Diretriz	Prioridade	Prazo
CONECTIVIDADE				
EN1	Técnica	Promover a conectividade entre parques, praças, unidades de conservação, demais áreas verdes públicas e particulares e a arborização urbana, considerando as diferentes escalas de paisagem, e observado o disposto no Plano Diretor Estratégico, nos Planos Regionais, nos Planos de Bairro e no Sistema Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres (SAPAVEL).	Alta	N/A

EN3	Participativa	Promover a conexão do parque, física e administrativamente, ao sistema de áreas verdes local, facilitando o trânsito da fauna silvestre e reduzindo assim os riscos de erosão genética das populações.	Alta	N/A
EN4	Participativa	Promover a conexão de fragmentos significativos que estejam desconectados através de plantio direto de mudas e de passagens de fauna, ou outras estratégias que possibilitem a movimentação da fauna.	Alta	N/A

IMPACTOS

EN12	Técnica	Promover a priorização da construção que valorize o patrimônio histórico-arquitetônico e arqueológico.	Alta	N/A
------	---------	--	------	-----



10.4. Quadro de ações e monitoramento

Legenda

 Desejos de futuro

SOLO (S0)				
Código	Origem	Diretriz	Prioridade	Prazo
S01	Técnica	Realizar levantamento diagnóstico de todas as áreas do parque apresentando solo exposto, compactado, com problemas de drenagem ou erosão.	Alta	Curto
S03	Técnica	Executar o plantio de espécies arbóreas, arbustivas e herbáceas em áreas de topo de morro e áreas com inclinação significativa (aclives e declives), para garantir a estabilidade do solo nos taludes e encostas.	Alta	Curto
S04	Técnica	Manter camada de serrapilheira ou plantando forrações, evitando exposição do solo, para proteção contra erosão, compactação, diminuição da variabilidade térmica, evaporação e lixiviação de nutrientes.	Alta	Recorrente
S05	Técnica	Promover a drenagem onde ocorrer empoçamento de água pluvial, através da melhoria dos aspectos físicos do solo (por exemplo, incorporação de areia), utilização de tubos drenantes ou outras técnicas que possibilitem a infiltração e/ou escoamento da água.	Média	Médio
RECURSOS HÍDRICOS (RH)				
Código	Origem	Diretriz	Prioridade	Prazo
RH1	Técnica	Realizar levantamento diagnóstico dos corpos d'água existentes no Parque, identificando sua natureza e status de conservação, para fins de definição do manejo mais adequado.	Alta	Médio

RH2	Participativa	Mapear a existência de empoçamentos de água que possam estabelecer criadouros para animais sinantrópicos, evitando assim a proliferação de mosquitos transmissores de doenças como a dengue por exemplo.	Alta	Curto
RH4	Técnica	Estudar a viabilidade de instalação de pequenas lagoas de retenção e infiltração ao longo do córrego, de modo que configurem grandes espaços ajardinados nas épocas secas e, nas épocas chuvosas, possam encher, formando lagos que, ao mesmo tempo, favoreçam a infiltração da água no solo e retardem o escoamento das águas pluviais para o Córrego Cabuçu de Baixo, minimizando as inundações que ocorrem na área ocupada a jusante	Média	Curto
RH5	Técnica	Delimitar e sinalizar com placas indicativas as nascentes porventura localizadas em área interna do Parque.	Alta	Curto
RH7	Técnica	Realizar plantio de enriquecimento com espécies nativas nas áreas de nascente e cursos d'água para contenção de suas margens, redução dos riscos de erosão, deslizamento e assoreamento, visando a conservação dos recursos hídricos	Alta	Recorrente
RH8	Técnica	Realizar o monitoramento ativo dos diversos tipos de impacto incidentes sobre os corpos hídricos e promover o planejamento de medidas mitigadoras e preventivas para assegurar a proteção e o uso sustentável dos recursos naturais do parque.	Média	Recorrente
RH10	Participativa	Limpar e desobstruir os corpos hídricos nos locais onde houver despejo irregular de lixo, entulho, restos de construção ou outros resíduos.	Alta	Recorrente
RH11	Técnica	Instalar placas informativas sobre a fauna aquática, proibição de depósito de lixo e pesca predatória, assim como estreitar fiscalização onde tais práticas sejam rotineiras.	Alta	Curto
RH12	Técnica	Instalar placas informativas sobre a qualidade da água, proibição de ingestão e banho, assim como estreitar fiscalização onde tais práticas sejam rotineiras.	Média	Curto



ÁREAS DE VEGETAÇÃO (VE)				
Código	Origem	Diretriz	Prioridade	Prazo
ÁREAS DE PRESERVAÇÃO				
VE1	Técnica	Realizar o mapeamento e categorização das Áreas de Preservação Permanente (ou outras tipologias de áreas protegidas) existentes na área interna do parque, que deverão ser manejadas em conformidade com a legislação vigente.	Alta	Recorrente
VE3	Técnica	Realizar o mapeamento de áreas degradadas, especificando ações de manejo para a recuperação – natural ou induzida – dos ambientes naturais que tiveram suas características originais alteradas.	Alta	Recorrente
VE4	Técnica	Mapear a existência de áreas úmidas, ciliares, rupestres, campestres, ecotonais ou outras tipologias de vegetação singulares, assim como de vegetação tombada, que devem ser mapeadas e receber atenção especial quanto à conservação e manejo diferencial.	Alta	Recorrente
VE5	Técnica	Realizar o levantamento de espécies significativas, raras, endêmicas ou ameaçadas, e sua área de ocorrência no parque, que deverá ser monitorada visando a mitigação de impactos e restringindo, caso necessário, o livre acesso de pessoas a esses locais.	Alta	Recorrente
VE6	Técnica	Articular a equipe de vigilância do parque e a Guarda Civil Metropolitana – GCM – visando a prevenção e coibição de atividades ilegais que a equipe de vigilância sozinha não tenha condições de resolver (por não ser sua atribuição ou por não dispor das condições para tal), a exemplo de crimes ambientais, como desmatamento, despejo de poluentes e resíduos, construção irregular etc.	Alta	Recorrente
FRAGMENTOS FLORESTAIS				
VE16	Técnica	Priorizar o plantio de espécies da flora em risco de extinção, minimizando a erosão genética das populações e disponibilizando germoplasma para ações futuras de recuperação de hábitat e reintrodução de espécies nos ecossistemas adjacentes.	Alta	Recorrente

ÁREAS AJARDINADAS

VE32	Técnica	Realizar delimitação dos canteiros herbáceos através da instalação de limitadores (plásticos ou de outros materiais) onde houver encontro com o gramado, evitando assim a invasão pela grama (competição e enfraquecimento das mudas herbáceas), facilitando a manutenção periódica e mantendo o desenho original do canteiro (proposto em projeto).	Média	Médio
------	---------	--	-------	-------

ÁRVORES

VE36	Participativa	Contratar ou treinar profissionais para realização periódica de diagnóstico e análise de risco de queda das árvores, bem como para indicação de tratamentos fitossanitários quando pertinente, especialmente próximo às áreas de circulação e estar de pessoas, como trilhas, praças, playgrounds, estacionamentos e áreas esportivas.	Alta	Curto
------	---------------	--	------	-------

NOVOS PLANTIOS

VE46	Técnica	Avaliar a possibilidade de criação de um viveiro para produção de mudas herbáceas, arbustivas e arbóreas, especialmente de espécies nativas, para enriquecimento constante das áreas verdes do parque.	Alta	Curto
------	---------	--	------	-------

ESPÉCIES EXÓTICAS E INVASORAS

VE59	Técnica	Realizar levantamento diagnóstico das espécies exóticas e/ou invasoras presentes no parque, avaliando seu status populacional, localização e o impacto sobre o meio ambiente, fauna e flora nativas, com o objetivo de desenvolver metodologias de manejo, controle e erradicação destas espécies.	Alta	Recorrente
VE60	Técnica	Identificar focos de ocorrência de espécies exóticas invasoras no entorno do parque de forma a minimizar o risco de introdução e/ou reintrodução através de vetores bióticos e outras vias de dispersão.	Alta	Recorrente



VE61	Técnica	Realizar atividades de educação ambiental para sensibilizar a população do entorno do parque para a remoção de plantas exóticas invasoras (cultivadas ou de ocorrência espontânea) em áreas privadas e sua substituição por espécies nativas ou por exóticas não invasoras.	Alta	Recorrente
VE63	Técnica	Elaborar plano de manejo das espécies invasoras (citadas no tópico de diagnóstico), contendo Estudo Ambiental e Projeto de Recuperação Ambiental, conforme orientações da Portaria nº 154/2009, que anexa também a Lista Oficial de Espécies Vegetais Exóticas Invasoras do Município de São Paulo.	Alta	Curto
VE64	Técnica	Consultar a Base de Dados de Espécies Exóticas Invasoras (https://institutohorus.org.br/), para maiores informações sobre taxonomia, ecologia, introdução e dispersão, impactos, manejo e análise de risco.	Alta	Recorrente

PREVENÇÃO DE INCÊNDIOS

VE79	Técnica	Elaborar plano de prevenção de incêndios de acordo com a Lei Municipal nº 14.969 de 2009, a qual institui o Programa de Prevenção a Incêndios e de Proteção das Áreas de Proteção Ambiental - APAs e nos Parques Municipais e baseia a criação do Programa Fogo Zero, parceria entre a SVMA e a Secretaria Municipal de Segurança Urbana (SMSU).	Alta	Curto
------	---------	--	------	-------

FAUNA (FA)

Código	Origem	Diretriz	Prioridade	Prazo
--------	--------	----------	------------	-------

FAUNA SILVESTRE

FA2	Técnica	Realizar inventário periódico da fauna silvestre, residente ou visitante, presente no Parque, sob orientação da equipe técnica da Divisão de Fauna Silvestre (DFS).	Média	Médio
FA3	Técnica	Realizar o levantamento de espécies significativas, raras, endêmicas ou ameaçadas, e sua área de ocorrência preferencial, que deverá ser monitorada visando à mitigação de impactos, restringindo, caso necessário, o livre acesso de pessoas a esses locais.	Média	Médio

FA8	Técnica	Realizar estudo de viabilidade da instalação de passagens de fauna, transpondo as estruturas do Rodoanel – Trecho Norte, com o objetivo de conectar as áreas verdes do parque e minimizar o risco de erosão genética das populações da fauna e flora nativas.	Alta	Médio
FA10	Técnica	Interromper imediatamente toda e qualquer atividade que potencialmente perturbe ou destrua ninhos e demais criadouros de animais silvestres. Pela Lei de Crimes Ambientais (Lei Federal nº 9.605/98), a fauna silvestre e seus ninhos ou criadouros naturais estão protegidos e, portanto, não podem ser removidos.	Alta	Recorrente
PREVENÇÃO DE INCÊNDIOS				
FA15	Técnica	Realizar o monitoramento ativo dos diversos tipos de impacto (ex.: atropelamento, caça e captura, pesca predatória, ferimentos causados por linhas de pipa, eletrocussões, etc.) incidentes sobre os animais silvestres e promover o planejamento de medidas mitigadoras e preventivas para assegurar a proteção da biodiversidade do parque.	Alta	Recorrente
FA16	Técnica	Fiscalizar e coibir a prática de qualquer ato de perseguição, apanha, coleta, aprisionamento e abate de exemplares da fauna silvestre, bem como quaisquer atividades que venham a afetar a vida animal em seu meio natural.	Alta	Recorrente
FA17	Técnica	Articular a equipe de vigilância do parque e a Guarda Civil Metropolitana – GCM – visando a prevenção e coibição de atividades ilegais que a equipe de vigilância sozinha não tenha condições de resolver (por não ser sua atribuição ou por não dispor das condições para tal), a exemplo de crimes ambientais, como caça, pesca, depósito de resíduos, construção irregular, etc.	Média	Recorrente
FA29	Técnica	Articular e sensibilizar a população residente no entorno do parque sobre a importância da fauna silvestre e seus mecanismos de proteção previstos em lei, visando minimizar impactos de origem antrópica. Aves e pequenos mamíferos, assim como os não tão carismáticos insetos, aracnídeos, anfíbios e répteis, todos possuem sua importância nas cadeias tróficas, interações ecológicas e equilíbrio funcional dos ecossistemas. É preciso estabelecer metas para que a população possa conviver de forma segura e harmônica com a fauna urbana.	Alta	Recorrente



PREVENÇÃO DE ACIDENTES

FA31	Técnica	Treinar os funcionários e prestadores de serviço para o manejo de conflitos e prevenção de acidentes que possam envolver a fauna silvestre, sinantrópica ou doméstica existente no parque.	Alta	Médio
FA32	Participativa	Instalar placas informativas (permanentes ou não), sobre as espécies da fauna existentes no parque, especialmente aquelas que possam estabelecer conflitos com pessoas e animais domésticos, assim como seus locais preferenciais de ocorrência, visando a prevenção de acidentes.	Média	Médio

ESPÉCIES EXÓTICAS E INVASORAS

FA41	Técnica	Realizar levantamento diagnóstico das espécies exóticas e/ou invasoras presentes no parque, avaliando seu status populacional, localização e o impacto sobre o meio ambiente, fauna e flora nativas, com o objetivo de desenvolver metodologias de manejo, controle e erradicação destas espécies.	Alta	Recorrente
------	---------	--	------	------------

FAUNA DOMÉSTICA

FA48	Participativa	Firmar, caso necessário, parcerias com entidades que promovam ações de adoção e castração de animais domésticos.	Média	Médio
------	---------------	--	-------	-------

CAMINHOS (CA)

Código	Origem	Diretriz	Prioridade	Prazo
--------	--------	----------	------------	-------

PASSEIOS

CA1	Técnica	Revisar periodicamente as pistas de caminhada e/ou corrida onde haja processos erosivos, que devem ser contidos.	Alta	Recorrente
-----	---------	--	------	------------

EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO (EM)

Código	Origem	Diretriz	Prioridade	Prazo
CULTURA E MULTIUSO				
EM1	Participativa	Estudar a possibilidade de instalar mirantes no parque, caso não tenham sido previstos nas obras de implementação do parque.	Alta	Médio
EM2	Participativa	Implementar projeto de expografia ou similar, com memorial para valorização da história do parque.	Alta	Curto

EDIFICAÇÕES (ED)

Código	Origem	Diretriz	Prioridade	Prazo
CULTURA E MULTIUSO				
ED1	Participativa	Estudar a possibilidade de instalação de torre de observação no parque.	Alta	Médio

ILUMINAÇÃO E REDE ELÉTRICA (IL)

Código	Origem	Diretriz	Prioridade	Prazo
IL1	Técnica	Solicitar, junto à concessionária responsável, a avaliação da rede de energia elétrica (existente na área interna e entorno do parque) visando a aplicação de medidas preventivas e mitigatórias para minimizar a ocorrência de acidentes elétricos envolvendo animais silvestres.	Alta	Curto
IL3	Participativa	Instalar equipamentos de iluminação no parque, caso não tenham sido previstos nas obras de implementação do parque.	Urgente	Curto



ÁGUA E SANEAMENTO (AS)

Código	Origem	Diretriz	Prioridade	Prazo
AS1	Técnica	Elaborar programa para a gestão dos recursos hídricos, assim como de plano de ação visando o consumo consciente pelos frequentadores do parque.	Alta	Médio
AS2	Técnica	Ampliar a racionalização do uso de água: captação e aproveitamento de água da chuva e/ ou de equipamentos de refrigeração e bebedouros para abastecer reservatórios que poderão ser utilizados para rega, limpeza de pátios e quadras esportivas, ou mesmo no sistema de descarga dos sanitários	Alta	Médio
AS3	Técnica	Adotar equipamentos e instalações hidráulicas eficientes e economizadores.	Alta	Médio
AS4	Técnica	Garantir pontos de água, torneiras e mangueiras para a realização de rega periódica em todas as áreas ajardinadas do parque.	Alta	Curto
AS6	Participativa	Criar estratégias e articulações para erradicar o despejo de esgoto nos córregos.	Urgente	Curto

RESÍDUOS (RE)

Código	Origem	Diretriz	Prioridade	Prazo
RE1	Técnica	Gerir os resíduos sólidos produzidos no parque segundo a Política Nacional de Resíduos Sólidos e sua expressão local, o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS).	Alta	Recorrente
RE2	Técnica	Elaborar Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, conforme legislação pertinente, a ser apresentado e aprovado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente.	Alta	Médio
RE11	Técnica	Manter registro quantitativo dos resíduos gerados no Parque, informando sua origem, tipo e destinação final, devendo atualizá-lo periodicamente para fins de monitoramento.	Alta	Recorrente

RE12	Técnica	Mapear as práticas religiosas desenvolvidas no interior do parque, identificando a origem dos usuários, áreas de maior incidência de práticas religiosas, tipo de resíduos gerados e possíveis impactos ao ecossistema, possibilitando a ampliação do diálogo com esses grupos, incluindo criação de oficinas e cartilhas educativas sobre o uso dos espaços naturais para atividades religiosas.	Alta	Médio
RE13	Técnica	Implantar, se necessário, novas lixeiras nos locais com maior concentração de pessoas e manter as lixeiras do parque disponíveis para receberem novos resíduos, impedindo o acesso de animais silvestres, domésticos e sinantrópicos a estes dispositivos.	Alta	Recorrente
RE14	Participativa	Prever, caso necessário, aumento do número de lixeiras/coletores próximo aos corpos hídricos a fim de evitar que os resíduos sejam direcionados para o seu interior e margens.	Alta	Recorrente
RE17	Técnica	Instalar telas, grelhas e ralos do tipo “abre-fecha”, assim como vedar frestas ou vãos que possam servir de porta de entrada dos animais para o ambiente interno das edificações do parque.	Alta	Recorrente
RE19	Participativa	Realizar atividades de geração de renda vinculadas à gestão de resíduos.	Alta	Recorrente

GESTÃO E OPERAÇÃO (GO)

Código	Origem	Diretriz	Prioridade	Prazo
G04	Gestão/Operação	Realizar curso/treinamento na área de educação ambiental (para gestores e colaboradores) com a UMAPAZ, focado na gestão dos parques.	Alta	Recorrente
G05	Técnica	Promover o Planejamento Participativo, envolvendo a comunidade para além do Conselho.	Alta	Recorrente
G06	Gestão/Operação	Oferecer vagas de estágio (equipe administrativa) para o ensino médio e superior.	Alta	Recorrente



G010	Gestão/ Opera- ção	Garantir condições de trabalho adequadas à todas as equipes, inclusive o fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), uniformes e ferramentas eventualmente necessários ao correto desempenho de suas atividades.	Alta	Recorrente
------	--------------------------	--	------	------------

MANUTENÇÃO

G013	Gestão/ Opera- ção	Garantir que as atividades de manutenção, realizadas sob demanda (por ordem de serviço), sejam efetivas, com a mínima burocracia possível e dentro de prazo aceitável para manter as instalações, equipamentos e edificações do parque em correto funcionamento.	Alta	Recorrente
------	--------------------------	--	------	------------

EQUIPE DE ZELADORIA

G014	Gestão/ Opera- ção	Além das atividades previstas ao longo do plano de ação, que eventualmente entrem no cronograma da equipe de zeladoria, são atividades básicas realizadas: limpeza de banheiros (diariamente), reposição de papel higiênico, sabonete e papel toalha (sob demanda), limpeza de lixeiras (2x por dia), limpeza de vestiários, cozinha, administração, guaritas e demais edificações (sob demanda).	Alta	Recorrente
------	--------------------------	---	------	------------

EQUIPE DE VIGILÂNCIA

G016	Partici- pativa	Garantir efetivo de vigilância com permanência 24 horas de equipe, em turnos.	Alta	Recorrente
------	--------------------	---	------	------------

EQUIPE DE VISITAÇÃO, PROGRAMAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

G018	Técnica	Contratar equipe técnica especializada para a realização de atividades culturais, esportivas e de educação ambiental com os usuários do parque, frequentadores de escolas ou outros parceiros existentes no entorno.	Alta	Médio
------	---------	--	------	-------

COMUNICAÇÃO VISUAL (CV)

Código	Origem	Diretriz	Prioridade	Prazo
CV1	Técnica	Elaborar plano de comunicação visual para que todos os frequentadores conheçam a unidade, sua importância para a sociedade e para a biodiversidade, mas também para indicar informações antes, durante e após a visita que melhorem a experiência durante a estadia no parque.	Alta	Médio
CV5	Técnica	Informar e sinalizar à população sobre as ações de manejo diferencial adotadas no Parque, como áreas isoladas para recuperação do gramado, áreas isoladas para reprodução dos animais, áreas isoladas devido ao risco de queda de frutos, entre outras.	Alta	Médio
CV6	Técnica	Elaborar cartilhas educativas a respeito das instalações e equipamentos do Parque, assim como dos principais ecossistemas, recursos hídricos, elementos paisagísticos, fauna e flora existentes, e os regramentos voltados à sua conservação.	Alta	Médio
CV7	Técnica	Extrapolar as iniciativas de comunicação para além dos espaços físicos do parque, utilizando-se endereços eletrônicos, redes sociais e comércio do entorno, por exemplo, de forma a alcançar não somente quem já frequenta o local, mas engajando todos os demais que ainda não tiveram a oportunidade de fazer uma visita.	Alta	Recorrente
CV8	Participativa	Instalar sinalização específica para roteiro de estações referentes ao patrimônio cultural do parque.	Alta	Curto
CV9	Participativa	Implantar projeto de sinalização e comunicação visual no parque.	Alta	Médio



USO PÚBLICO (UP)				
Código	Origem	Diretriz	Prioridade	Prazo
VISITAÇÃO				
UP1	Técnica	Permitir e incentivar as atividades desenvolvidas ao ar livre, como passeios, caminhadas, contemplação, fotografias, pinturas, piqueniques e outras, desde que não incorram em perturbação/impacto ao solo, fauna, flora e ambiente natural do parque.	Alta	Recorrente
PROGRAMAÇÃO E PARCERIAS				
UP2	Participativa	Realizar projeto de Programação Permanente de Atividades em educação ambiental e educação patrimonial.	Alta	Curto
UP3	Participativa	Realizar parcerias com instituições no entorno sobre memória e história do parque.	Média	Médio
EDUCAÇÃO AMBIENTAL				
UP7	Técnica	Elaborar um programa de Educação Ambiental para o Parque, que seja pautado sob a ótica da diversidade, utilizando-se linguagem inclusiva e iconografia didática, atendendo as demandas dos mais diversos grupos sociais, para que sua experiência no parque seja a melhor e mais igualitária possível.	Alta	Curto
UP8	Técnica	Promover atividades de sensibilização frente às necessidades prioritárias de conservação e preservação da fauna, flora e meio ambiente, incentivando a participação efetiva dos diversos atores da sociedade.	Alta	Recorrente
UP9	Técnica	Sediar e promover palestras, oficinas, eventos e cursos de temática ambiental para os usuários do Parque, com temas como jardinagem, paisagismo, produção de mudas, compostagem, reconhecimento de espécies da fauna e flora, entre outros.	Alta	Recorrente
UP10	Técnica	Sediar e promover atividades relacionadas à biodiversidade, como mutirões de plantio e manutenção das áreas verdes, feiras de troca de mudas e sementes, práticas em agroecologia e permacultura, dentre outros.	Alta	Recorrente

UP11	Técnica	Estruturar uma rede de trilhas e roteiros, guiados ou não, na área interna do parque que facilitem a observação de aves e outros elementos da fauna, observação de espécies significativas, de formações vegetais singulares, conjuntos de importância paisagística e/ou histórica, dentre outros atrativos naturais existentes.	Alta	Curto
UP13	Técnica	Implantar, caso possível, jardins temáticos (sensorial, rochoso, orquidário, representativo dos biomas, mandala de flores/ervas medicinais/PANCs), oferecendo aos usuários mais opções de lazer, desfrute da natureza e educação ambiental.	Média	Médio
UP14	Participativa	Implantar, caso possível, estruturas como meliponário, borboletário, horta comunitária, viveiro de mudas, centro de compostagem e coleta seletiva, dentre outros locais onde os visitantes possam ter participação ativa, interativa e imersiva, estreitando assim sua relação com o parque e meio ambiente.	Média	Médio
UP15	Participativa	Realizar campanhas de educação ambiental e de descarte correto de resíduos com a população residente no entorno do parque.	Alta	Curto
UP16	Participativa	Verificar e acompanhar a possibilidade de incluir um núcleo da UMAPAZ dentro do parque, vide projeto do Centro de Educação Ambiental (CEA) Bispo, da Divisão de Difusão de Projetos em Educação Ambiental (DDPEA/UMAPAZ).	Média	Médio

ENTORNO (EN)

Código	Origem	Diretriz	Prioridade	Prazo
CONECTIVIDADE				
EN2	Técnica	Solicitar a arborização viária nas ruas do entorno, com a inclusão de espécies arbóreas nativas (melíferas, floríferas e frutíferas), de maior porte possível, de acordo com Manual Técnico de Arborização Urbana da SVMA, promovendo sua capacidade de funcionar como corredores/trampolins ecológicos e maximizando os serviços ecossistêmicos prestados.	Média	N/A
EN5	Técnica	Solicitar a instalação de passagens de fauna, transpondo as estruturas do Rodoanel, com o objetivo de conectar as áreas verdes do parque e minimizar o risco de erosão genética das populações da fauna e flora nativas.	Alta	N/A



IMPACTOS				
EN6	Participativa	Promover uma parceria com a DERSA/ concessionária do Rodoanel para o fechamento e monitoramento das bordas do Rodoanel e outras soluções efetivas.	Alta	N/A
EN7	Participativa	Solicitar o desenvolvimento de uma pesquisa de alternativas para contenção de ruídos do Rodoanel.	Alta	N/A
EN8	Técnica	Promover uma parceria com a DERSA/ concessionária para criar mecanismos de prevenção de acidentes, a instalação de telas para evitar lançamento de lixo na entrada do parque que fica sob o Rodoanel, e o cercamento nos taludes.	Alta	N/A
EN9	Técnica	Solicitar formalmente à DERSA que realize as ações previstas no EIA/RIMA.	Alta	N/A
EN10	Técnica	Solicitar formalmente à DERSA a retirada de entulho e lixo da obra do Rodoanel.	Alta	N/A
EN11	Técnica	Intensificar a fiscalização nas bordas do parque para evitar que novos empreendimentos e construções se instalem, motivadas pela operação do Rodoanel.	Alta	N/A
EN13	Participativa	Realizar o monitoramento, pela comunidade e conselho do Parque, das ações compensatórias previstas no EIA/RIMA da obra do Rodoanel.	Alta	N/A



10.5. Planos, programas e projetos

O Sistema de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres (SAPAVEL) de 2022, instituído pelo Plano Diretor Estratégico (PDE), é composto por diversos parques urbanos e lineares, além de outras áreas, sejam elas edificadas ou não, públicas ou privadas. Seus objetivos são:

- I. Proteger a biodiversidade;
- II. Conservar áreas que prestam serviços ambientais;
- III. Proteger e recuperar remanescentes de Mata Atlântica;
- IV. Qualificar áreas verdes públicas;
- V. Incentivar a conservação de áreas verdes de propriedade particular;
- VI. Conservar e recuperar corredores ecológicos em escalas municipal e metropolitana;
- VII. Cumprir as disposições do Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

Entre as diretrizes do SAPAVEL, além do incentivo às parcerias entre os setores público e privado, destacam-se a ampliação da oferta de áreas verdes públicas, a recuperação de áreas degradadas e a conservação e proteção de solos permeáveis, da cobertura vegetal e das áreas de preservação permanente.

Nesse sentido, ressalta-se que os planos e programas municipais se configuram sob esse guarda-chuva afim de proporcionar uma visão de longo prazo para a gestão ambiental da cidade.

Esses, a partir de ações coordenadas, facilitam a coordenação entre diferentes setores da administração municipal garantindo que as ações ambientais sejam integradas e complementares.

Os planos ambientais e setoriais do município de São Paulo são instrumentos de planejamento que orientam a política pública e a gestão ambiental da cidade. Estes planos são elaborados com base em diretrizes legais, como o PDE e outras normativas municipais, estaduais e federais. Eles servem como guias para a implementação de ações, programas e projetos voltados à sustentabilidade e ao desenvolvimento urbano equilibrado.

Buscou-se elencar os planos que possuem relação direta ou indireta com os parques urbanos, pois estão voltados à conservação de recursos naturais (proteção de áreas verdes e da biodiversidade urbana); à mitigação de impactos ambientais, no controle da poluição do ar, água e solo e gestão de resíduos; à adaptação às mudanças climáticas, aliando ações de resiliência urbana para enfrentar efeitos das mudanças do clima e soluções baseadas na natureza; e ao engajamento e participação social, dado que alguns parques possuem o potencial de promover o ecoturismo local, a educação ambiental e a participação comunitárias em diferentes práticas e projetos sustentáveis.



Tabela 4 - Planos e programas ambientais e setoriais pertinentes

Planos
Plano Municipal de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais
Cadernos de priorização de obras de drenagem das Subprefeituras
Planos Regionais das Subprefeituras – PRS
Plano Municipal de Habitação – PMH
Plano de Melhoramentos Municipais Viários e Cicloviários
Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da RMSP - PDUI-RMSP
Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PMDRSS
Plano Municipal de Saneamento Básico
Plano Municipal de Ordenamento e Proteção da Paisagem
Plano Municipal de Educação/ Currículo da Cidade, destinado ao Ensino Fundamental, a partir da Base Nacional Comum Curricular e Plano Municipal de Educação (Lei 16.271/2015)
Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGRIS)
Plano de Mobilidade Urbana do Município de São Paulo 2015 - PlanMob SP 2015 (Decreto 56.834/2016)
Plano Municipal de Políticas para Mulheres
Plano Municipal de Segurança Alimentar
Plano Municipal da Primeira Infância
Planos de Ecoturismo: Geral e Cantareira
Plano Estadual de Recursos Hídricos

Programas

Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social em Resíduos Sólidos do Município de São Paulo 2014/2033 (Decreto 55.747/2014)

Programa Escolas Sustentáveis 2019-2020

Programa Nascentes do Estado de São Paulo (Decreto Estadual 60.521/2014)

Programa Pomar Urbano

Projeto Hortas e Viveiros Urbanos, do Programa Operação Trabalho (Lei 13.689/2003)

Fonte: ONU-Habitat

Tabela 5 - Planos ambientais transversais SVMA/PMSP

Plano de Ação Climática - PlanClima

Plano Municipal de Arborização Urbana - PMAU

Plano Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres - Planpave

Plano de Conservação e Recuperação de Áreas Prestadoras de Serviços Ambientais – PMSA

Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (PMMA)

Fonte: ONU-Habitat

Estes planos constituem as políticas públicas mais relevantes para os parques da cidade e procuram que o desenvolvimento da cidade ocorra de maneira sustentável e integrada. Destes planos se desprendem programas que têm, como finalidade, a implementação das políticas públicas. Alguns destes programas são implementados nos parques da cidade. Estes são:

Programa de Lixo Zero em Parques Municipais

Este programa orienta e cria soluções para que os resíduos sólidos sejam reaproveitados e reutilizados corretamente com base na Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e de maneira integrada ao PGRIS Programa de

Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social em Resíduos Sólidos (PEACS) e o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). De maneira complementar, o Programa segue o Projeto de Comunicação Visual da SVMA.

Programa Sampa Saúde em Movimento

Este programa leva, profissionais da educação física e nutricionista aos parques de São Paulo para que tracem planos de exercícios e de reeducação alimentar. Esses profissionais são capacitados para atendimento e orientação necessária para alertar sobre o sedentarismo e promover as atividades físicas.



Programa Vamos Trilhar

Este programa da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (SEME) e da SVMA, desde 2024, estimula a visita aos parques naturais municipais de São Paulo com transporte gratuito e entregando um kit com camiseta, água e lanche.

Projeto Pedal Sampa

Este projeto proporciona atividades e ações voltadas ao esporte educacional, visando a inclusão social das crianças, jovens e pessoas idosas, destinadas a promover o uso da bicicleta como meio de transporte sustentável, saudável e acessível na cidade. O programa visa incentivar a mobilidade urbana por bicicletas, reduzindo o uso de veículos motorizados, melhorando a qualidade de vida das pessoas e contribuindo para um ambiente urbano mais sustentável.

Através da expansão da infraestrutura cicloviária, atividades pedagógicas e de apoio aos ciclistas, o programa busca criar uma cidade mais conectada e ambientalmente responsável. É um programa que poderia funcionar em parceria com o Programa Vamos Trilhar em parques urbanos municipais.

Programa Operação Trabalho (POT)

Este programa tem como objetivo de conceder atenção especial às pessoas trabalhadoras desempregadas, residentes no município de São Paulo, pertencentes a famílias de baixa renda, visando estimulá-las à busca de ocupação, bem como à sua reinserção no mercado de trabalho.

O Programa hoje abrange diversas frente de trabalho incluindo o “POT Parques” com atividades voltadas à manutenção e preservação de parques municipais e oferecendo também um curso de educação ambiental e jardinagem para os trabalhadores do parque.

Programa Viver – Envelhecimento Ativo e Saudável

Este programa promove a qualidade de vida, a autonomia e o bem-estar das pessoas idosas. Ele visa estimular a participação social, a prática de atividades físicas, o aprendizado contínuo e a sociabilidade entre pessoas idosas - contribuindo para um envelhecimento ativo e saudável.

Este programa, nos parques urbanos municipais, poderia estar vinculado a entidades vinculadas ao Sistema Único de Saúde (UBS, CECCO) e contemplar terapias comunitárias integrativas, horticultura e outras atividades relevantes, a partir do preconizado no Programa São Paulo Amigo do Idoso (programa do Governo do Estado) e Estratégia Brasil Amiga da Pessoa Idosa (Governo Federal).

Programa Fogo Zero

A parceria entre a SVMA e a Secretaria Municipal de Segurança Urbana (SMSU) tem o objetivo de agilizar o atendimento e o combate ao fogo em áreas de proteção ambiental e parques, além de proteger toda a diversidade de fauna e flora. A implementação de um programa abrangente para proteção, fiscalização e combate a incêndios em parques urbanos serve à preservação do meio ambiente e à segurança dos visitantes. Esse programa combina esforços de prevenção, infraestrutura adequada, monitoramento constante, resposta rápida e recuperação eficaz para minimizar os impactos dos incêndios e promover a sustentabilidade dos parques urbanos.



10.6. Parcerias

A gestão do parque pode promover parcerias com diferentes entidades, públicas e privadas, para implementar este plano de gestão.

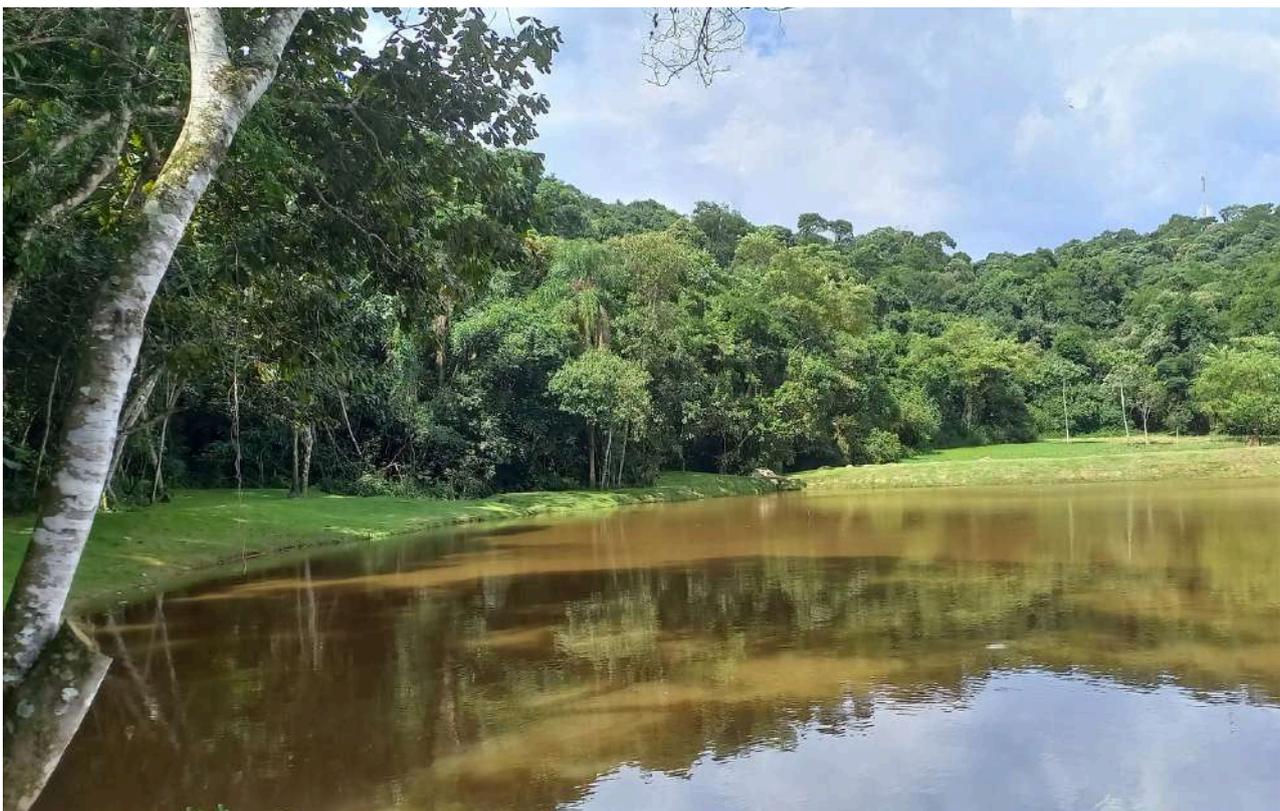
As parcerias privadas devem ser formalizadas conforme a Portaria nº 29/SVMA/2021, que estabelece procedimentos administrativos internos para protocolo de parcerias junto à SVMA. Elas podem ser com o setor privado ou com entidades sem fins lucrativos e devem atender os seguintes critérios:

Parcerias com empresas: atendem o estabelecido na Lei Municipal nº 14.223/2006: "Cidade Limpa", que dispõe sobre a ordenação dos elementos que compõem a paisagem urbana do Município de São Paulo; podem ser firmados termos de cooperação de 36 meses que regulam a exposição da marca.

Parcerias com o terceiro setor: seguem o estabelecido na Lei Municipal nº 13.019/2014, que institui normas gerais para as parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação.

As parcerias com órgãos públicos são estabelecidas por meio de convênio. A gestão do parque pode propor este tipo de parcerias à Direção da DGPU, para que seja analisada de forma centralizada na SVMA.

Figura 18 - Vista de um dos lagos do Núcleo Fazendinha



Fonte: ONU-Habitat



11. Sistema de monitoramento e avaliação

O Plano de Gestão conta com um sistema de monitoramento e avaliação com dois objetivos: a) gerar informação com indicadores gerais para todos os parques da cidade que permitem ler e avaliar os principais aspectos do parque e b) assegurar a efetividade na implementação do próprio plano.

A gestão do parque é responsável pela coleta das informações e alimentação do sistema de monitoramento. Esta informação é apresentada uma vez ao ano durante a última sessão ordinária anual do conselho gestor do parque (ou do CADES regional, caso não esteja constituído o conselho gestor), com a finalidade de prestar contas à sociedade. Para este fim, a gestão deve preparar uma apresentação com todas as informações deste sistema de monitoramento e avaliação, as gerais e as específicas do plano de gestão. Nesta sessão, é feito um balanço da gestão e elaborada uma proposta de próximos passos para uma implementação eficiente e efetiva do plano de gestão.

Em paralelo à prestação de contas ao conselho gestor, a gestão do parque deve apresentar as informações coletadas, periodicamente, à coordenação regional e à direção da Divisão de Gestão de Parques Urbanos (DGPU) da SVMA, conforme o calendário e os procedimentos estabelecidos internamente.

O processo de monitoramento e avaliação tem o princípio pedagógico para a comunidade do parque, bem como auxiliar os processos de tomadas de decisão, as ações estruturadas, as solicitações por recursos ou obras e todas as demais medidas do conselho gestor e da gestão do parque.

11.1. Monitoramento geral dos principais aspectos do parque

Dentre os principais aspectos do parque que necessitam de indicadores de monitoramento e avaliação, observaram-se cinco eixos temáticos, que buscam abarcar as principais características socioambientais, físicas e de gestão que um parque deve oferecer para a sociedade. São eles os eixos Social, Biodiversidade, Mudanças Climáticas, Estrutura do Parque e Governança.

A gestão do parque deve monitorar e divulgar os resultados periódicos básicos, apoiados nesses eixos, a fim de demonstrar a efetividade do parque como espaço público específico, ou de apontar a necessidade de ajustes de conduta, de políticas, de contratos e de atividades.

Alguns dos indicadores adotados devem ser produzidos sazonalmente pela gestão do parque. Outros são produzidos pelos sistemas de indicadores já instituídos na SVMA. São eles a publicação anual Indicadores de Parques Urbanos, produzido pela parceria entre a gestão municipal e a Fundação Aron Birmann e a publicação anual Biosampa. Esta última tem como base a *Convention on Biological Diversity* (CBD, em português Convenção Sobre Diversidade Biológica), tratado cujo Brasil é signatário e a SVMA utiliza suas definições para monitoramento e avaliação da biodiversidade e serviços ecossistêmicos do território municipal. Destaca-se que a boa organização do processo de coleta de dados é essencial para garantir a qualidade e a precisão das informações obtidas.

Para isso, é fundamental o treinamento das pessoas coletadoras e a utilização de questionários (quando for o caso) com questões fechadas e objetivas. Idealmente, a aplicação deve ser realizada de forma online, o que torna o processo mais ágil e acessível, além de facilitar a sistematização e o armazenamento dos dados coletados.

I. Indicador social

O indicador do eixo social é composto pelos dados coletados dentro dos limites do parque, necessários para a avaliação da efetividade do espaço público quanto a se tornar um destino atrativo à população. Ou seja, um dos princípios fundamentais de um parque inserido no tecido urbano é ser frequentado, visitado e usado pela população como um todo, em todos os horários, em atividades estruturadas ou livres. Se faz fundamental saber, também, qual a diversidade da população que frequenta o parque e quais os horários.

Assim, a finalidade principal será de entender, ao longo do tempo, o estado da visitação e o quanto os espaços do parque estão democratizados.

As partes envolvidas na coleta de informação e alimentação deste indicador são: a gestão do parque, as pessoas funcionárias de vigilância e manutenção do parque, as divisões relevantes da SVMA.

A coleta de dados sobre a população que circula no parque deverá ser feita a partir de uma contagem, fornecendo as seguintes informações:

- Se o parque está sendo frequentado;
- Quais os grupos sociais que frequentam (por idade, gênero, cor, deficiência);
- Quais os horários que frequentam.

A coleta dos dados deve ser realizada pela gestão do parque, em **quatro épocas do ano**, fora de período de férias e fora de finais de semana, em dia ensolarado, da seguinte forma:

Tabela 6 - Distribuição anual dos períodos de coleta

Coleta	Mês	Dia	Horário
1	janeiro	Dia útil	Entre 6h e 18h
2	janeiro	Dia útil	Das 10h às 11h e das 17h às 18h
3	abril	Dia útil	Entre 6h e 18h
4	abril	Dia útil	Das 10h às 11h e das 17h às 18h
5	julho	Dia útil	Entre 6h e 18h
6	julho	Dia útil	Das 10h às 11h e das 17h às 18h
7	outubro	Dia útil	Entre 6h e 18h
8	outubro	Dia útil	Das 10h às 11h e das 17h às 18h

Fonte: ONU-Habitat



Coletas 1, 3, 5, e 7: uma pessoa funcionária deve se posicionar em cada acesso do parque, com contador estatístico, registrando a entrada de todos as pessoas visitantes no período de coleta.

Coletas 2, 4, 6 e 8: uma pessoa funcionária deve circular pelo parque com a ficha de pesquisa e entrevistar um número de pessoas definidos a partir de critérios de amostragem, a serem definidos pela DGPU. Os dados dos contadores devem ser registrados em relatório específico no mesmo dia da contagem. Os dados das fichas de pesquisa devem ser dispostos em relatório específico, produzidos em até 24 horas após o dia da coleta. As fichas de pesquisa devem ser arquivadas na administração do parque, devem ser digitalizadas e compor o relatório como anexo.

A periodicidade de publicação deste indicador é anual. As respostas das fichas de pesquisa devem ser tabuladas, resumidas e registradas em planilha disponibilizada pela gestão do parque à DGPU da SVMA.

Pontuação: se mede a variação entre um ano e o seguinte, sendo o ano 0 a linha de base com a coleta realizada nas quatro épocas do primeiro ano; o ano 1 corresponde à coleta nas quatro épocas do ano seguinte. O cálculo final do indicador social anual é feito pela média aritmética da pontuação alcançada pelas 11 variáveis.

Legenda

T: Total M: Manhã N: Noite

Tabela 7 - Distribuição dos valores coletados em campo, normalizados pela variação e pela pontuação atribuída

Variável	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	TOTAL média aritmética entre as 11 variáveis	
Ano	Visitação diária total (média entre coletas 1, 3, 5, 7)	Visitação por grupo										TOTAL média aritmética entre as 11 variáveis	
		Crianças 0 a 14 anos			Jovens 15 a 24 anos				Idosos 60+				PCD
		T	Gênero feminino		T	Gênero feminino		T	Gênero feminino				
			M	N		M	N		M	N			
Ano 0 - linha base													
Ano 1													
Variação (1-0) / 1%													
Pontuação													
Ano 2													
Variação (2-1) / 2%													
Pontuação													

Fonte: ONU-Habitat

Tabela 8- Pontuação dos dados coletados pela variação anual

Varição anual	Pontuação
< 0	-1
0	0
0 - 5%	1
5% - 10%	2
> 10%	4

Fonte: ONU-Habitat

- **Resultados da análise e avaliação dos dados processados**

A análise de dados deve descrever as variações entre as variáveis individualmente e do valor final da pontuação do indicador. Pode produzir gráficos, exibir imagens de campo, descrever situações esporádicas no parque que justifiquem eventuais variações abruptas, entre outras informações que demonstrem detalhes importantes para constatar algum argumento ou hipótese da análise.

- **Recomendações à gestão do parque e à gestão central e aprendizagem obtida a partir do processo e dos resultados**

O indicador, suas variáveis e sua comparação com anos anteriores podem indicar a necessidade de melhorias físicas no parque, podem indicar o sucesso de atividades esporádicas, condições que, na visão da gestão, possam melhorar o desempenho deste indicador. Podem descrever, também, as condições da coleta, dificuldades e experiências das equipes de campo e sugestões de alterações metodológicas. Este sistema de monitoramento deverá ser substituído no futuro por um sistema baseado num plano amostral.

II. Indicador de biodiversidade

O parque deve ser um ambiente que oferece abrigo à fauna e que apresenta flora nativa diversa e sadia.

A gestão deve solicitar à Divisão de Patrimônio Ambiental (DPA) da SVMA, um mês antes da sessão de prestação de contas do conselho gestor do parque, os indicadores de biodiversidade do Biosampa correspondentes ao parque. As informações de biodiversidade devem ser incluídas na apresentação realizada na sessão.

III. Indicador de mudanças climáticas e serviços ecossistêmicos

O parque deve ser um importante instrumento para adaptação e mitigação climática. A gestão deve solicitar à Divisão de Patrimônio Ambiental (DPA) da SVMA, um mês antes da sessão de prestação de contas do conselho gestor do parque, os indicadores do Biosampa referentes à área refrescante, estoque de carbono, percentagem (%) de área permeável, correspondentes ao parque. As informações coletadas devem ser incluídas na apresentação realizada na sessão.

IV. Indicador de gestão da estrutura do parque

O parque deve oferecer conforto e serviços básicos às pessoas usuárias. Uma vez publicado o relatório anual do Indicador de Parques de São Paulo, elaborado pela Fundação Aaron Birmann em parceria com a SVMA, a gestão do parque deve coletar a informação e incluir elas na apresentação para a sessão anual de prestação de contas do conselho gestor do parque.



V. Governança

O parque deve contar com uma gestão participativa e transparente. A gestão deve solicitar à Divisão de Patrimônio Ambiental (DPA) da SVMA, um mês antes da sessão de prestação de contas do conselho gestor do parque, os indicadores do Biosampa referentes aos indicadores de governança, correspondentes ao parque. As informações coletadas devem ser incluídas na apresentação realizada na sessão.



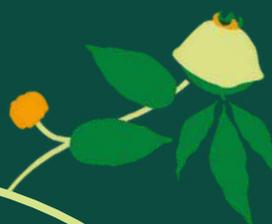
11.2. Monitoramento da implementação das ações do plano de gestão

Para alcançar seus objetivos, o Plano de Gestão contém o Plano de Ação, apresentado no item 10, que representa o resultado propositivo de todo seu processo de elaboração, diverso e participativo. A implementação do Plano de Gestão implica a transformação das diretrizes em ações efetivas.

O Quadro de Diretrizes, apresentado no item 10.3, agrupa diretrizes que são orientativas e expressam considerações importantes na gestão do parque. Este grupo de diretrizes não é mensurável e não se inclui no quadro de monitoramento.

O Quadro de Ações e Monitoramento, apresentado no item 10.4, é composto pelas ações concretas e mensuráveis. Assim, de maneira a se transformar em ferramenta ágil de consulta, execução e conferência, essas ações contidas neste segundo quadro estão dispostas em forma de checklist, sobre o qual a gestão poderá apontar com facilidade as ações já executadas e o conselho gestor, a SVMA e quem mais de interesse, possa rapidamente se apropriar como está a evolução destes pontos na gestão deste parque.

Assim, o Quadro de Ações e Monitoramento poderá ser usado pela gestão do parque como ferramenta de monitoramento do avanço na implementação do Plano de Gestão, de forma a prestar contas periodicamente ao Conselho Gestor e à Divisão de Gestão de Parques Urbanos (DGPU) da SVMA.



12. Referências Bibliográficas

- ALEGRE Escorza, M., RODRÍGUEZ Garabot, E., ALATA Ninapaytan, M. P., Nogales Fernández-Blanco, L., Quispe Mogrojevo, S., Velarde Herz, F., & De La Cruz Chaupiz, L. (2022). *Guía de intervenciones en espacios públicos*. Disponível em: <https://scioteca.caf.com/handle/123456789/2015>. Acesso em: 14 ago. 2024.
- ARAGÃO, J. A. C. *Governança e Administração Pública: Um Estudo de Caso no Contexto do Serviço Público Brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.
- BRASIL. Lei nº 10.385, de 1987.
- CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano*. 1. ed. São Paulo: Vozes, 1980.
- CITES – CONVENTION ON INTERNATIONAL TRADE IN ENDANGERED SPECIES OF WILD FAUNA AND FLORA. Appendix II. Geneva: 2022. Disponível em: <https://www.cites.org/eng/app/appendices.php>. Acesso em: dezembro 2023.
- CRENSHAW, Kimberlé. *Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory, and Antiracist Politics*. University of Chicago Legal Forum, p. 139-167, 1989.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- GEOSAMPA. *Mapa Digital da Cidade de São Paulo*. Disponível em: <https://geosampa.prefeitura.sp.gov.br>. Acesso em fev. 2024.
- GEOSAMPA. *Metadados*. Disponível em: <https://metadados.geosampa.prefeitura.sp.gov.br/geonetwork/srv/por/catalog.search#/metadata/fa7525ad-a831-4167-b096-7f5550f18b0f>. Acesso em: 14 ago. 2024.
- HIDROSTUDIO ENGENHARIA LTDA. *Caracterização da Vegetação do Parque Linear Córrego do Bispo*. São Paulo, 2007.
- INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (IPT). *Relatório da Carta Geotécnica do Município de São Paulo*. São Paulo: IPT, 1992. Disponível em: https://metadados.geosampa.prefeitura.sp.gov.br/geonetwork/intranet/api/records/a14e407e-b0d9-4f4c-a1ae-805e83f99382/attachments/relatório%20CG_1993.pdf. Acesso em: 9 de dezembro de 2023.
- ISA. *Parques urbanos municipais de São Paulo: subsídios para gestão*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2008. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org>. Acesso em: 14 ago. 2024.
- KLIASS, Rosa G. *Parques urbanos de São Paulo e sua evolução na cidade*. São Paulo: PINI, 1993.
- LIMA, Fernanda L. *Parques para pessoas: ideias e estratégias adotadas na fundação e na gestão dos parques urbanos municipais de São Paulo*. Dissertação (Mestrado). Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2021.
- LOSS, S., WILL, T. & MARRA, P. *The impact of free-ranging domestic cats on wildlife of the United States*. *Nat Commun* 4, 1396, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/ncomms2380>. Acesso em: outubro de 2022.
- LOWE, S., BROWNE, M. & BOUDJELAS, S. *100 of the World's Worst Invasive Alien Species: a Selection from The Global Invasive Species Database (Invasive Species Specialist Group, International Union for Conservation of Nature, 2000)*.
- MEA. *Avaliação do Ecossistema do Milênio. Ecossistemas e bem-estar humano: síntese*. Washington, D.C.: Island Press, 2005.
- ONU (2005). *IOM: Full Glossary of Terms to describe sexual orientation, gender identity, gender expression and sex characteristics*. United Nations Network on Migration, 2020. Disponível em: <http://un.org>. Acesso em: 14 ago. 2024.
- ONU (2007). *Online Forum*. Disponível em: <http://un.org>. Acesso em: 14 ago. 2024.
- ONU (2022). *Virtual Workshop on the Promotion of Intergenerational Equity for Sustainable Development*. Disponível em: <http://un.org>. Acesso em: 14 ago. 2024.
- ONU (2024). *Cities - United Nations Sustainable Development Action 2015*. Disponível em: <http://un.org>. Acesso em: 14 ago. 2024.
- ONU-Habitat. *Cidade Dela*. Disponível em: <https://unhabitat.org>. Acesso em: novembro de 2023.
- PBMC – *Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas. Mudanças Climáticas e Cidades. Relatório Especial*. RIBEIRO, S.K.; SANTOS, A. S. (Eds.). Rio de Janeiro: COPPE-UFRJ, 2016.



PDE. Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, 2014 Lei nº 16.050 de 31 de julho de 2014 . Disponível em: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/texto-da-lei-2/>. Acesso em fev. 2024.

PLANCLIMA. Plano de Ação Climática do Município de São Paulo, 2020. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/meio_ambiente/arquivos/PlanClimaSP_BaixaResolucao.pdf. Acesso em: junho de 2014.

PLANPAVEL. Plano Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres, 2022. Disponível em: <http://prefeitura.sp.gov.br>. Acesso em: 14 ago. 2024.

PMMA - Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica do Município de São Paulo. São Paulo, 2017. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/PMMA_final_8_jan%20ok.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

PMSA. Plano Municipal de Conservação e Recuperação de Áreas Prestadoras de Serviços Ambientais Disponível em: < PLANO DE CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ÁREAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS AMBIENTAIS - Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente - Prefeitura (capital.sp.gov.br)>. São Paulo: SVMA, 2020.

PMSP. Cadernos das subprefeituras. Disponível em: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br>. Acesso em fev. 2024.

PMSP. Conselho Regional de Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz - CADES REGIONAIS. Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente. Prefeitura da Cidade de São Paulo. Disponível em: <http://prefeitura.sp.gov.br>. Acesso em: 14 ago. 2024.

PMSP. Plano Diretor de Drenagem e Cadernos de Drenagem. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/obras/obras_de_drenagem/index.php?p=230496. Acesso em fev. 2024.

PMSP. Plano Regional Casa Verde, 2016. Disponível em: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/marco-regulatorio/planos-regionais/arquivos/>. Acesso em: outubro de 2023.

ProEEA. Pré-Minuta do Programa de Educação Ambiental elaborado pelo Governo do Estado/SP, 2022.

SANTOS, Milton. O espaço público. São Paulo: Nobel, 1996.

SÃO PAULO (Município). 1987. Lei nº 10.365 de 22 de setembro de 1987. Disciplina o corte e a poda de vegetação de porte arbóreo existente no município de São Paulo, e dá outras providências. Diário Oficial da Cidade de São Paulo de 22 de setembro de 1987.

SÃO PAULO (Município). Índice BIOSAMPA 2021: 23 indicadores da biodiversidade paulistana, serviços ecossistêmicos e governança relacionada / Coordenação: DOS SANTOS, Rodrigo Martins; SOUSA, Mariana Mendes de. São Paulo: SVMA, 2022.

SÃO PAULO (Município). Inventário da Fauna Silvestre do Município de São Paulo. 2022. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/meio_ambiente/Diversos/Inventario%20da%20Fauna%20Silvestre%20do%20Município%20de%20SP%20-%202022.xlsx. Acesso em: 20 jan. 2024.

SÃO PAULO (Município). Lei Municipal nº 16.050, que institui a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, de 31 Jul. 2014.

SÃO PAULO (Município). Lei Municipal nº 16.402. Disciplina o parcelamento, o uso e a ocupação no Município de São Paulo de acordo com a Lei nº 16.050/14, de 22 Mar. 2016.

SÃO PAULO (Município). Prefeitura Municipal de São Paulo, Herbário Municipal. Relatório de Caracterização da Vegetação do Parque Córrego do Bispo. São Paulo, 2019.

SÃO PAULO (ESTADO). Decreto Estadual nº 63.853, de 27 de novembro de 2018. Declara as espécies da fauna silvestre no Estado de São Paulo regionalmente extintas, as ameaçadas de extinção, as quase ameaçadas e as com dados insuficientes para avaliação, e dá providências correlatas. Diário Oficial do Estado de São Paulo: seção 1: Poder Executivo, São Paulo, v. 128, n. 221, p. 01-11, 29 nov. 2018.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente. Ficha Técnica Parque Linear Córrego do Bispo. São Paulo, 2022. (Dado secundário).

SÃO PAULO (ESTADO). Resolução SMA nº 57, de 05 de junho de 2016 – Publica a segunda revisão da lista oficial das espécies da flora ameaçadas de extinção no Estado de São Paulo. Diário Oficial do Estado de São Paulo: seção 1: p. 55-57, 30 jun. 2016.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Portaria MMA nº 148, de 07 de junho de 2022. Altera os Anexos da Portaria nº 443, de 17 de dezembro de 2014, da Portaria nº 444, de 17 de dezembro de 2014, e da Portaria nº 445, de 17 de dezembro de 2014, referentes à atualização da Lista Nacional de Espécies Ameaçadas de Extinção. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 74, 08 jun. 2022.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. Mapa Digital da Cidade de São Paulo (GeoSampa). Camada Meio Físico: Topografia. Disponível em: https://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx. Acesso em: dezembro 2023.

ANDRADE, I.; FERREIRA, N. Análise do projeto Parque Linear do Córrego do Bispo. Revista LABVERDE, n. 4, p. 217-225, 2012.

SÃO PAULO (Município). Prefeitura Municipal de São Paulo, Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, Herbário Municipal. Relatório de Caracterização da Vegetação do Parque Linear do Córrego do Bispo. São Paulo, agosto de 2019.

SÃO PAULO (Município). Inventário da Fauna Silvestre do Município de São Paulo. 2022. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/meio_ambiente/Diversos/Inventario%20da%20Fauna%20Silvestre%20do%20Município%20de%20SP%20-%202022.xlsx. Acesso em: dezembro 2023.

SÃO PAULO (ESTADO). Decreto Estadual nº 63.853, de 27 de novembro de 2018. Declara as espécies da fauna silvestre no Estado de São Paulo regionalmente extintas, as ameaçadas de extinção, as quase ameaçadas e as com dados insuficientes para avaliação, e dá providências correlatas. Diário Oficial do Estado de São Paulo: seção 1: Poder Executivo, São Paulo, v. 128, n. 221, p. 01-11, 29 nov. 2018.

SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria do Estado do Meio Ambiente. Plano de Manejo do Parque Estadual da Cantareira. São Paulo, junho de 2009.

SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria do Estado do Meio Ambiente. Plano de Manejo do Parque Estadual Alberto Lofgren. São Paulo: Instituto Florestal, 2012.

SÃO PAULO (ESTADO). Lei Estadual nº 15.790, dispõe sobre os limites da Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais do Alto Juquery - APRM-AJ, de 16 de abril de 2015.

CEROL de pipa coloca natureza em risco. Pensamento Verde, 2019. Disponível em: <https://www.pensamentoverde.com.br/meio-ambiente/cerol-de-pipa-coloca-natureza-em-risco/>. Acesso em: outubro 2023.

EBIRD. eBird: An online database of bird distribution and abundance [web application]. eBird, Cornell Lab of Ornithology, Ithaca, New York. Disponível em: <http://www.ebird.org>. Acesso em: junho 2024.



LISTA DE SIGLAS

AI	Área de Influência
AMA	Atendimento Médico Ambulatorial
CADES	Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CCA	Centro para Crianças e Adolescentes
CCM	Cadastro de Contribuintes Mobiliários
CDB	Convenção sobre Diversidade Biológica
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CG	Conselho Gestor
CGC	Coordenação de Gestão dos Colegiados
CGPABI	Coordenação de Gestão de Parques e Biodiversidade Municipal
CPA/SMPED	Comissão Permanente de Acessibilidade da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência
CPA/SVMA	Coordenação de Planejamento Ambiental da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
DIPO	Divisão de Implantação de Projetos e Obras
DGPU	Divisão de Gestão de Parques Urbanos
DFS	Divisão de Fauna Silvestre
EA	Educação Ambiental
GCM	Guarda Civil Municipal
GR	Grupo de Referência
LGBTQIAPN+	Lésbica, Gay, Bissexual, Transgênero, Queer, Intersexo, Assexual, Pansexual, Não-binário e o sinal de "+" é usado para incluir outras identidades de gênero
MEA	Avaliação Ecológica do Milênio
ONU	Organização das Nações Unidas
ONU-Habitat	Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos
PCDs	Pessoas Com Deficiência
PDE	Plano Diretor Estratégico
PMMA	Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica
PMSA	Plano Municipal de Conservação e Recuperação de Áreas Prestadoras de Serviços Ambientais
SAPAVEL	Sistema de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres
SEADE	Sistema Estadual de Análise de Dados
SEHAB	Secretaria Municipal de Habitação
SEMPA	Secretaria Municipal de Planejamento
SIG	Sistemas de Informações Geográficas
SMADS	Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
SMUL	Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento
SVMA	Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente
UBS	Unidade Básica de Saúde
UMAPAZ	Universidade Aberta do Meio Ambiente e Cultura de Paz
UPA	Unidade de Pronto Atendimento

GLOSSÁRIO

Áreas de risco ambiental:

regiões habitadas com pessoas expostas a desastres naturais, como deslizamentos de terra e inundações (PLANPAVEL, 2022).

Área Protegida:

área com características naturais relevantes e limites geográficos definidos, regulamentada e gerida por instrumentos legais, com o objetivo de promover, de forma duradoura, a recuperação ambiental, a conservação da natureza, de seus serviços ecossistêmicos e valores culturais associados (PLANPAVEL, 2022).

Área Verde:

conjunto de áreas intraurbanas e rurais, públicas ou privadas, que apresentam cobertura vegetal, arbórea, arbustiva ou rasteira e que desempenham função ecológica, paisagística e recreativa. São prestadoras de serviços ecossistêmicos e propiciam a melhoria da qualidade estética, funcional e ambiental da cidade (PLANPAVEL, 2022).

Biodiversidade ou diversidade biológica:

consiste na variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreende ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas (Lei Federal nº 9.985/2000, Art. 2º, inciso III).

Caminhadas perceptivas:

são uma prática que envolve explorar um ambiente com foco na percepção individual. Durante essas caminhadas, as pessoas são encorajadas a prestar atenção aos detalhes ao seu redor e a refletir sobre suas respostas a esses estímulos.

Ciclofaixa:

faixa de rolamento de uso exclusivo à circulação de ciclos, com segregação visual ou física do tráfego lindeiro, podendo ter piso diferenciado no mesmo patamar da pista de rolamento. (Decreto Municipal nº 56.834/2016 - Anexo único PlanMob/SP).

Ciclovia:

pista de uso exclusivo de bicicletas e outros ciclos, com segregação física do tráfego lindeiro motorizado ou ativo, com sinalização viária, podendo ter piso diferenciado no mesmo patamar da pista de rolamento ou no nível da calçada. (Decreto Municipal nº 56.834/2016 - Anexo único PlanMob/SP).

Conselho Regional de Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz (CADES Regional):

conselho existente no âmbito de cada Subprefeitura de São Paulo, de natureza participativa e consultiva em questões relacionadas à proteção do meio ambiente, à promoção do desenvolvimento sustentável e da cultura de paz (Lei Municipal nº 14.887/2009, Art. 51).

Conselhos Gestores dos Parques Municipais:

compostos pelo Poder Executivo e sociedade civil, participam do planejamento, gestão, avaliação e controle da execução das atividades do parque e da política de meio ambiente e sustentabilidade em sua área de abrangência (Lei Municipal nº 15.910/2013, Arts. 1º e 4º).



Conservação:

este termo é amplamente utilizado em várias áreas, como meio ambiente, biologia, física e patrimônio cultural. Na biologia, a conservação refere-se à proteção das espécies, habitats e ecossistemas para evitar a extinção e a degradação ambiental. No campo do patrimônio cultural, conservação envolve a preservação de objetos, obras de arte, edifícios históricos e outros bens culturais para assegurar que sejam transmitidos para as gerações futuras com o mínimo de alterações (SILVA, 2020).

Conservação da natureza:

manejo do uso humano da natureza, compreendendo preservação, manutenção, utilização sustentável, restauração e recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral (Lei Federal nº 9.985/2000, Art. 2º, Inciso II).

Corredores ecológicos:

são porções de ecossistemas naturais ou seminaturais que ligam unidades de conservação, possibilitando entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais (Lei Federal nº 9.985/2000, Art. 2º, inciso XIX).

Corredor Verde:

área destinada a conexão de fragmentos da paisagem, inclusive ao longo dos cursos hídricos, para conservação e recuperação de habitats da fauna e flora e a manutenção da biodiversidade, por meio da preservação e recuperação da cobertura vegetal arbórea e não arbórea (PLANPAVEL, 2022).

Educação Ambiental:

processos contínuos e permanentes de aprendizagem, participação e formação, individual e coletiva, utilizando metodologias participativas e interdisciplinares para a ação reflexiva e crítica, a construção de valores, saberes, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências, visando ao exercício da cidadania na melhoria da qualidade de vida, no controle social sobre as políticas públicas, fortalecendo uma relação respeitosa e sustentável da sociedade humana com o ambiente que a integra e por ela é constituído, criando a partir disso uma ética para a preservação do meio ambiente e contribuindo para uma gestão municipal integrada (Política Municipal de Educação Ambiental de São Paulo, Lei Municipal nº 15.967/2014, Art. 2º).

Equidade:

refere-se à justa distribuição de oportunidades, recursos e benefícios, considerando as diferentes necessidades e circunstâncias das pessoas. A equidade vai além da igualdade, implica tratar todas as pessoas de maneira idêntica e busca compensar o histórico de discriminação social ou econômica que alguns grupos enfrentam (adaptado de ONU, 2022).

Espaços inclusivos:

são os espaços públicos ou coletivos definidos por três eixos: espacial, social e econômico. Inclusão espacial: atendimento às necessidades básicas e acessíveis, como moradia, água e saneamento. Inclusão social: garantia de direitos iguais e participação de todos. Inclusão econômica: criação de empregos e oportunidades onde todos possam aproveitar os benefícios do crescimento econômico (adaptado de WORLD BANK, 2024).

Espaço livre:

todo espaço público ou privado não ocupado por um volume edificado, que configura recinto ou ambiente coberto e fechado, independentemente do uso, podendo ou não estar associado a áreas verdes, mas não restrito a elas, e que cumpre funções recreativas, educativas, ecológicas, estéticas, paisagísticas e de conforto ambiental associado à insolação, circulação do ar e temperatura (PLANPAVEL, 2022).

Espaço público:

Locais urbanos que fornecem serviços ecossistêmicos, melhoram a saúde e o bem-estar, garantem a inclusão social e o intercâmbio econômico. Pode ser entendido, também, não apenas um lugar físico onde as pessoas se encontram, mas é também um palco para interações sociais, econômicas e políticas. Pode ser inclusivo ou excludente, de conflito ou negociação, de interação e de convivência. O espaço público é constantemente produzido e reproduzido pelas práticas sociais. Ele é moldado pelas ações das pessoas e das instituições, refletindo a dinâmica social e econômica de uma sociedade. (adaptado de ONU, 2024 e SANTOS, 1996).

Espécie exótica:

espécie, subespécie ou táxon de hierarquia inferior ocorrendo fora de sua área de distribuição natural passada ou presente. Inclui qualquer parte, como gametas, sementes, ovos ou propágulos que possam sobreviver e subsequentemente reproduzir-se. (Instrução Normativa Ibama Nº 9 de 20 de março de 2020, Anexo II, Art. 2º).

Espécie nativa:

espécie, subespécie ou táxon de hierarquia inferior ocorrendo dentro de sua área de distribuição natural (passada ou presente), incluindo a área que pode alcançar e ocupar através de seus sistemas naturais de dispersão (Instrução Normativa Ibama Nº 9 de 20 de março de 2020, Anexo II, Art. 2º).

Governança pública:

conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade (Lei Federal nº 9.203/ 2017, Art. 2º, Inciso I).

Grupos vulnerabilizados:

segmentos da população que enfrentam barreiras significativas para acessar direitos e serviços fundamentais devido a fatores institucionais, políticos, estruturais ligados de maneira interseccionada pela exclusão social, desigualdade econômica, entre outros. Trata-se de mulheres e meninas, crianças, pessoas idosas, pessoas com deficiência, pessoas LGBTQIAPN +, povos indígenas e minorias étnicas, pessoas refugiadas, migrantes e deslocadas internas.

Hortas urbanas:

pequenas superfícies situadas dentro de uma cidade e destinadas à produção de cultivos para consumo próprio ou venda em mercados (PLANPAVEL, 2022).

Inclusão:

refere-se ao processo de garantir que todas as pessoas, independentemente de sua origem, tenham oportunidades iguais para alcançar seu potencial máximo na vida. Este conceito abrange a participação ativa em várias esferas da sociedade, incluindo política, economia e vida social, e é apoiado por políticas e ações que promovem o acesso igualitário a serviços públicos e processos decisórios (ONU, 2007).



Identidade de gênero:

refere-se à experiência interna e individual de gênero de uma pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído ao nascimento. Esta identidade inclui a percepção pessoal de si mesmo como homem, mulher, ambos, nenhum ou outro gênero (ONU, 2020).

Interseccionalidade:

é a ideia de que múltiplas formas de opressão, discriminação ou desvantagens se sobrepõem e se cruzam, especialmente nas experiências de pessoas marginalizadas. Em vez de considerar cada forma de opressão de forma isolada, a interseccionalidade reconhece que as pessoas podem ser afetadas por várias formas de opressão simultaneamente, criando experiências únicas e complexas de discriminação (CRENSHAW, 1989).

Manejo:

todo e qualquer procedimento que vise assegurar a conservação da diversidade biológica e dos ecossistemas (Lei Federal nº 9.985/2000, Art. 2º, inciso VII).

Monitoramento:

atividade de examinar, acompanhar, avaliar e verificar a obediência a condições previamente estabelecidas para a perfeita execução ou operação de obra, serviço, projeto, pesquisa ou qualquer outro empreendimento (Resolução do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR nº 21 de 5 de abril de 2012, Anexo I).

Mudança do clima:

direta ou indiretamente atribuída à atividade humana que altera a composição da atmosfera mundial, e se some àquela provocada pela variabilidade climática natural observada ao longo de períodos comparáveis (Lei Municipal nº 14.933/2009, Art. 2º, Inciso XIV).

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) municipais:

parâmetros orientadores e estratégicos das atividades, intervenções governamentais e políticas públicas para segurança alimentar e agricultura, saúde, educação, redução das desigualdades e erradicação da pobreza, energia, água e saneamento, padrões sustentáveis de produção e de consumo, mudança do clima, cidades sustentáveis, proteção e uso sustentável dos ecossistemas, crescimento econômico inclusivo, infraestrutura e industrialização, governança, e meios de implementação, a partir da adoção da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (Lei Municipal nº 16.817/2018, Art.1º).

Parque de Conservação:

parque dotado de atributos naturais relevantes, podendo ou não comportar estruturas e equipamentos voltados ao lazer e à fruição pública (PLANPAVEL, 2022).

Parque Linear:

parque associado aos cursos d'água com a finalidade de conservar e recuperar atributos naturais, de prover serviços ecossistêmicos, de proteger e recuperar Áreas de Preservação Permanente, de promover a drenagem sustentável, de melhorar as condições de saneamento e de incentivar a fruição pública (PLANPAVEL, 2022).

Parque Natural Municipal (PNM):

Unidade de Conservação de Proteção Integral criada pelo município, correspondente ao Parque Nacional, que tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, vedado o uso direto dos recursos naturais e permitida a realização de pesquisas científicas, o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (Lei Municipal nº 16.050/2014, Quadro 1).

Parque de Orla:

parque localizado na orla das represas Billings ou Guarapiranga com funções de preservação das margens, de controle da poluição difusa, de lazer, recreação e prática de esportes náuticos (PLANPAVEL, 2022).

Parque Urbano:

parque localizado na zona urbana, com a finalidade de conservar e recuperar atributos naturais, de prover serviços ecossistêmicos e de oferecer equipamentos de lazer à população (PLANPAVEL, 2022).

Pessoa não binária:

Não binário é um termo guarda-chuva que abrange uma ampla variedade de experiências de gênero, incluindo pessoas que se identificam com uma identidade de gênero específica diferente de homem ou mulher, pessoas que se identificam com dois ou mais gêneros (bigênero ou pan/poligênero) e pessoas que não se identificam com nenhum gênero (agênero) (adaptado de ONU, 2005).

Zoneamento:

pode ser definido como um conjunto de regras que regulamentam o uso e ocupação do solo, estabelecendo parâmetros como a altura máxima das edificações, a densidade demográfica, os recuos obrigatórios, e os usos permitidos (residencial, comercial, industrial, etc.) (SÃO PAULO, 2014).



Anexo do Processo participativo do Plano de Gestão



1. Introdução

O presente anexo integra o **Plano de Gestão do Parque Linear Córrego do Bispo** e visa apresentar o processo de participação social promovido em abril de 2024, através das *Oficinas participativas do Plano de Gestão do Parque Linear Córrego do Bispo* com o envolvimento da sociedade civil e diversos setores relacionados ao parque. Além de ter como objetivo estabelecer o registro e o memorial das atividades realizadas, este documento trata da metodologia e ferramentas aplicadas, bem como apresenta os resultados das oficinas.

Foi realizada uma oficina no Parque Linear Córrego do Bispo, voltada ao público em geral, a qual ocorreu em formato presencial e contou com 24 participantes, além da equipe de facilitação e apoio do ONU-Habitat. A atividade aconteceu no dia 28 de abril de 2024, das 09:00 às 12:00, na Escola Estadual Ministro Dilson Funaro (Av. Francisco Machado da Silva, 1410, Jardim Peri).

As atividades aconteceram no âmbito da iniciativa “Viva o Verde SP” para o desenvolvimento dos Planos de Gestão de oito parques do município de São Paulo: Água Podre – Ypuera, Alto da Boa Vista, Aristocrata, Augusta, Córrego do Bispo, Fazenda da Juta, Jardim Apurá – Búfalos e Paraisópolis. Ao todo, foram conduzidas 12 oficinas, das quais oito foram destinadas ao público em geral e quatro direcionadas especificamente para crianças e adolescentes. No total, as oficinas reuniram 253 pessoas participantes, sendo 107 crianças e adolescentes e 146 adultas representando o público geral (mulheres transgênero, mulheres cisgênero, homens transgênero, homens cisgênero, pessoas não binárias, pessoas indígenas, brancas, pretas, pardas e/ou amarelas). Foram coletadas 540 contribuições referentes aos problemas, causas, soluções e desejos de futuro para cada parque.

As oficinas voltadas ao público em geral dos oito parques aconteceram aos finais de semana (sábado ou domingo), nos períodos da manhã ou tarde. As datas, período e local para realização das atividades foram definidos em reuniões com os diversos conselhos relacionados a cada parque contemplado pela iniciativa com os diversos conselhos relacionados a cada parque contemplado pela iniciativa. A maior parte dos conselhos consultados sugeriu que as oficinas ocorressem em outros locais que não o parque, mas nas suas intermediações em algum equipamento público ou comunitário. Isso ocorreu previsivelmente nos parques em implantação, dado que os espaços não possuíam, ao longo do desenvolvimento do presente trabalho, uma infraestrutura que recebesse as pessoas participantes. Também sucedeu em alguns parques implantados pelos seguintes argumentos: 1. Os parques são recém implantados e ainda não tão conhecidos ou frequentados pelas pessoas do território; 2. Os parques implantados não possuem fácil acesso de transporte público ou não possuem um espaço percebido pelos participantes do Conselho como adequado para realização das dinâmicas pretendidas.

Desse modo, a metodologia foi desenvolvida considerando as diversas situações que foram observadas e manifestadas pelas partes envolvidas, tal como será apresentado no item a seguir. As fotos apresentadas neste documento foram tiradas pela equipe do Viva o Verde SP, salvo exceções, nas quais será indicada a pessoa que fotografou. As tabelas e gráficos foram elaborados com base nos resultados as ferramentas e questionários aplicados ao longo das atividades.



2. Metodologia

A metodologia foi elaborada de acordo com a situação do parque (implantado ou em implantação) e perfil do público-alvo (geral ou crianças e adolescentes). Dessa forma, foram estruturados quatro tipos de oficinas, as quais poderiam acontecer nos parques ou em algum equipamento próximo:

- Oficina no Parque I: voltada ao público em geral;
- Oficina no Parque II: voltada a crianças ou adolescentes;
- Oficina no Bairro: voltada ao público em geral; e
- Oficina na Escola: voltada a crianças ou adolescentes

Cada oficina contou com duas partes: um momento introdutório (M1) com a apresentação do projeto e dos objetivos da oficina, seguido por um segundo momento (M2) onde foram realizados o levantamento inicial dos temas do parque, uma roda de sensibilização com perspectiva de gênero, o reconhecimento do parque e problematização do espaço público e por fim, o levantamento de problemas, causas, soluções e desejos de futuro para o parque.

Tabela 9 – Tipos das oficinas

OFICINAS NO PARQUE		OFICINAS NO BAIRRO	OFICINAS NA ESCOLA
I - PÚBLICO GERAL 	II - COM CRIANÇAS/ADOLESCENTES	PÚBLICO GERAL 	COM CRIANÇAS/ADOLESCENTES 
M1 Apresentação inicial	M1 Roda de conversa	M1 Apresentação inicial	M1 Roda de conversa
M2 Caminhada Perceptiva Árvore dos Sonhos	M2 Caminhada Perceptiva Nuvem de Problemas e Chuva de Ideias	M2 Diagrama de Estrela Árvore dos Sonhos	M2 Mapeamento Afetivo Nuvem de Problemas e Chuva de Ideias
INSTRUMENTOS COM PERSPECTIVA DE GÊNERO			

Fonte: ONU-Habitat

As oficinas destinadas ao público em geral foram previstas com três horas de duração e as oficinas direcionadas às crianças ou adolescentes foram previstas, em média, com duas horas e meia de duração.

No Parque Linear Córrego do Bispo o formato adotado para a oficina foi a "Oficina no Bairro". O tópico a seguir apresentará as ferramentas aplicadas associadas a uma leitura dos resultados obtidos na oficina.

3. Ferramentas aplicadas e resultados¹¹

As ferramentas serão apresentadas na ordem em que foram aplicadas na oficina.

3.1. Perfil das pessoas participantes

3.1.1. Formulário de inscrição

Junto aos convites para as oficinas foi disponibilizado um formulário de inscrição para preenchimento online, com o objetivo de estimar a quantidade de pessoas interessadas em participar da atividade, assim como seu vínculo e proximidade com os parques e a frequência com que os visitam.

Através do formulário foi possível coletar o nome da pessoa participante; a organização (ou conselho) a qual pertence, se pertinente; qual oficina teria o interesse em participar e com qual frequência visita o parque em questão. O formulário de inscrição do Parque Linear Córrego do Bispo obteve oito pessoas inscritas, cuja maioria raramente frequenta o parque. É importante notar que, durante a realização da oficina, o parque estava em processo de implementação, o que poderia afetar as respostas referentes à frequência de visitação.

Tabela 10 - Frequência de visitação das pessoas inscritas

Uma ou duas vezes por semana	0,00%
Três ou quatro vezes por semana	12,50%
Cinco ou mais vezes por semana	0,00%
Eventualmente	37,50%
Raramente	50,00%

3.1.2. Lista de presença

A lista de presença foi disponibilizada no dia da atividade e foi solicitada a assinatura de cada pessoa participante, indicando sua instituição e cargo, quando aplicável. Foram registradas 24 pessoas participantes, sendo a maioria representantes de Organizações da Sociedade Civil (OSC).

Tabela 11 - Presença dos diferentes grupos de pessoas participantes registradas na lista de presença (em porcentagem)

Visitante/Morador(a)	12,50%
Conselho Gestor	12,50%
Funcionário(a) público(a)	16,67%
Equipe operacional	0,00%
OSC	45,83%

3.1.3. Questionário de perfilação

Instrumento distribuído na recepção das pessoas participantes, para preenchimento anônimo, contendo um questionário de perfilação com o objetivo de identificar os grupos representados pelos dados coletados na oficina, sobretudo relacionado a questões de gênero, etnia, raça e sexualidade. Foram obtidas 20 respostas do questionário, sendo nove mulheres, uma mulher cisgênero, cinco homens, cinco homens cisgênero e quatro pessoas não responderam o formulário. A maioria se identificou como pessoa negra, demoram 15 minutos para chegar até o parque, utilizando o ônibus como meio de transporte.

¹¹ As ferramentas foram desenvolvidas com inspiração nas seguintes referências: [Handbook for Gender-Inclusive Urban Planning and Design \(World Bank Group\)](#); [Guía de reconocimiento urbano con perspectiva de género \(Col-lectiu Punt 6\)](#); [Caderno de Oficinas Cidade Mulher \(ONU-Habitat\)](#); Metodologia Árvore dos Sonhos (Instituto Socioambiental).



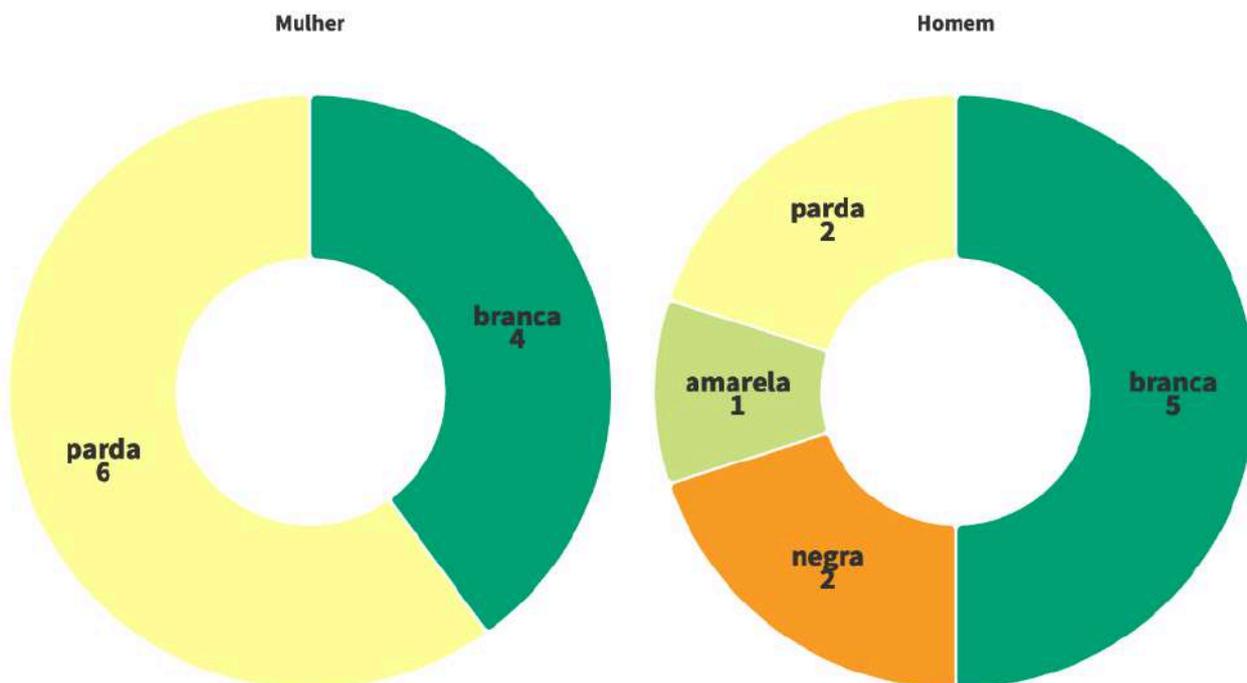
Figura 19 - Parte das pessoas participantes da oficina e equipe facilitadora



Fonte: ONU-Habitat

Figura 20 - Perfil das pessoas participantes que responderam o formulário (gênero e perfil étnico-racial)

Perfil Pessoas Participantes



Fonte: ONU-Habitat

3.2. Nuvem de palavras

A atividade foi realizada no primeiro momento (M1) da oficina, após a apresentação de introdução ao projeto, com o objetivo de identificar os temas geradores e questões relevantes que as pessoas identificam no parque.

Em formato de roda, cada pessoa se apresentou brevemente e respondeu, com uma ou poucas palavras, à pergunta: “Qual é a importância desse parque para você?”. As respostas foram escritas em um painel, o qual ficou disponível ao longo da oficina como registro e nuvem de palavras que poderiam ser retomadas ao longo das discussões abordadas na oficina.

Figura 21 - Nuvem de palavras formada com as respostas para a pergunta “Qual é a importância desse parque para você?”



Fonte: ONU-Habitat

3.3. Diagrama de estrela

Instrumento utilizado para promover uma compreensão coletiva da importância da perspectiva de gênero no planejamento urbano e para avaliar a sensação de segurança e conforto em diferentes partes do parque ou seu entorno.

No primeiro momento (M1) da oficina, as pessoas participantes indicaram no diagrama, de forma individual e anônima, suas percepções envolvendo diversos temas relacionados aos espaços de lazer ao ar livre. Ao término da atividade, a equipe facilitadora estimulou reflexões acerca das diversas perspectivas que devem ser consideradas ao se pensar a cidade.

As perguntas apresentadas no instrumento ofereciam as opções de resposta "Sempre", "Às Vezes" ou "Nunca" e foram as seguintes:

1. Com que frequência você leva crianças para passear no parque ou próximo a ele?;
2. Com que frequência você sente alguma barreira de acesso no parque ou próximo a ele?;
3. Com que frequência você sente insegurança no parque ou próximo a ele?;
4. Com que frequência você sofre importunação sexual no parque ou próximo a ele?;
5. Com que frequência você sofre discriminação racial no parque ou próximo a ele?;
6. Com que frequência você participa de coletivos, movimentos e/ou organizações que tratam do parque ou do seu bairro?;



- 7. Com que frequência você sente que os espaços de lazer ao ar livre do parque ou próximos a ele são confortáveis?; e
- 8. Com que frequência você encontra pessoas amigas no parque ou próximo a ele?

As Figuras 22, 23 e 24 apresentam os resultados da ferramenta aplicada no Parque Linear Córrego do Bispo, nas quais é possível observar a sobreposição das percepções relacionadas à gênero, e o cruzamento com as informações étnico-raciais. O número indicado entre parênteses na legenda dos gráficos indica a quantidade de pessoas que responderam ao diagrama. Os gráficos foram elaborados através da média resultante de cada categoria.

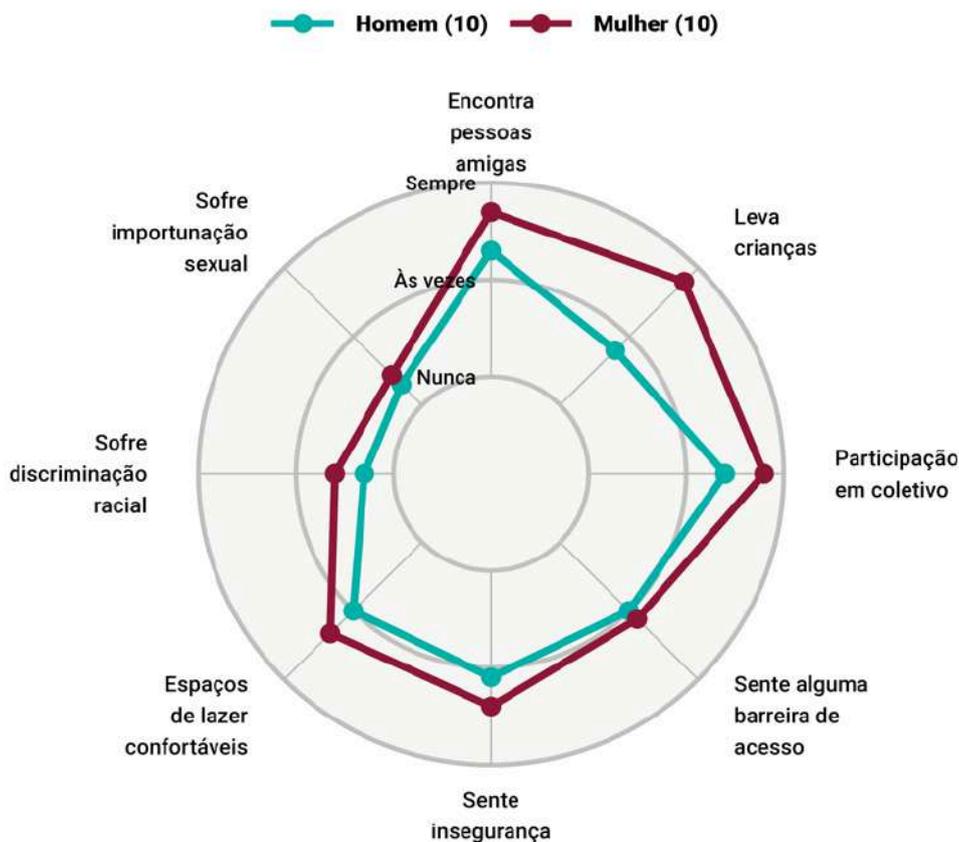
Na Figura 22, se apresenta que a maioria dos homens participantes apontou que encontra pessoas amigas no parque ou próximo a ele, assim como também participa com mais frequência de coletivos, movimentos e/ou organizações que tratam do parque ou do seu bairro.

Por outro lado, se expressa que a maioria das mulheres participantes leva com maior frequência as crianças para passear no parque ou próximo, também participa com mais frequência de coletivos, movimentos e/ou organizações que tratam do parque ou do seu bairro e sente mais insegurança no parque ou próximo a ele.

Na Figura 23, se destaca como as mulheres negras (pretas ou pardas) participantes apontaram sentir alguma barreira de acesso no parque ou próximo a ele com maior frequência, bem como sofrer episódios de discriminação racial no parque ou próximo a ele.

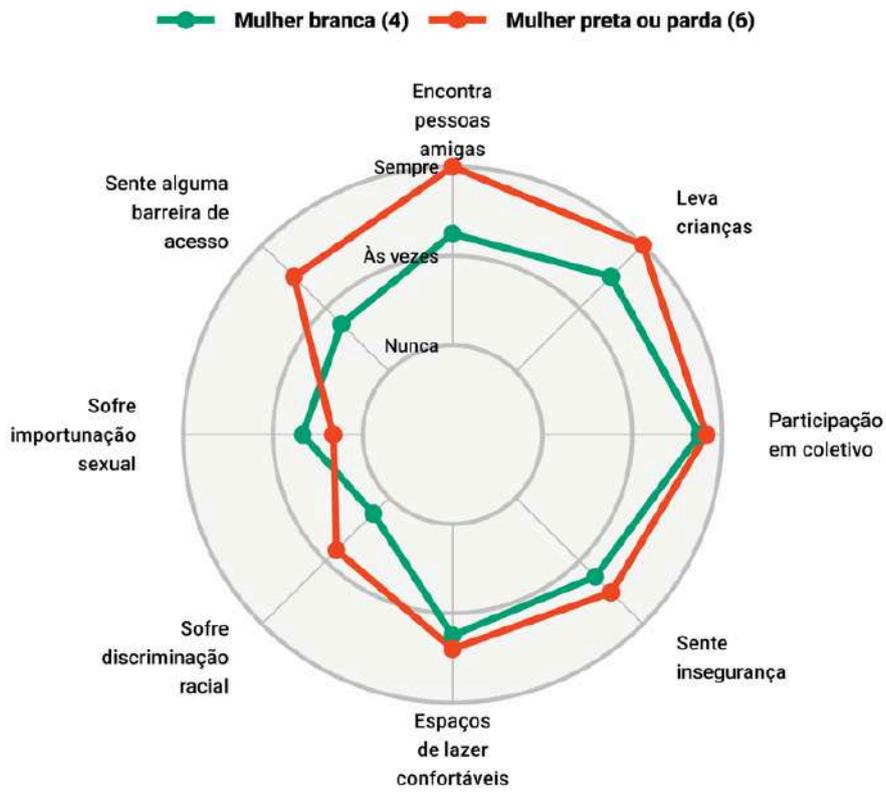
Na Figura 24, se visualiza que os homens negros (pretos ou pardos) participantes sofrem mais episódios de discriminação racial e importunação sexual, e participam com menor frequência de coletivos, movimentos e/ou organizações que tratam do parque ou do seu bairro.

Figura 22 - Diagrama de estrela - gênero



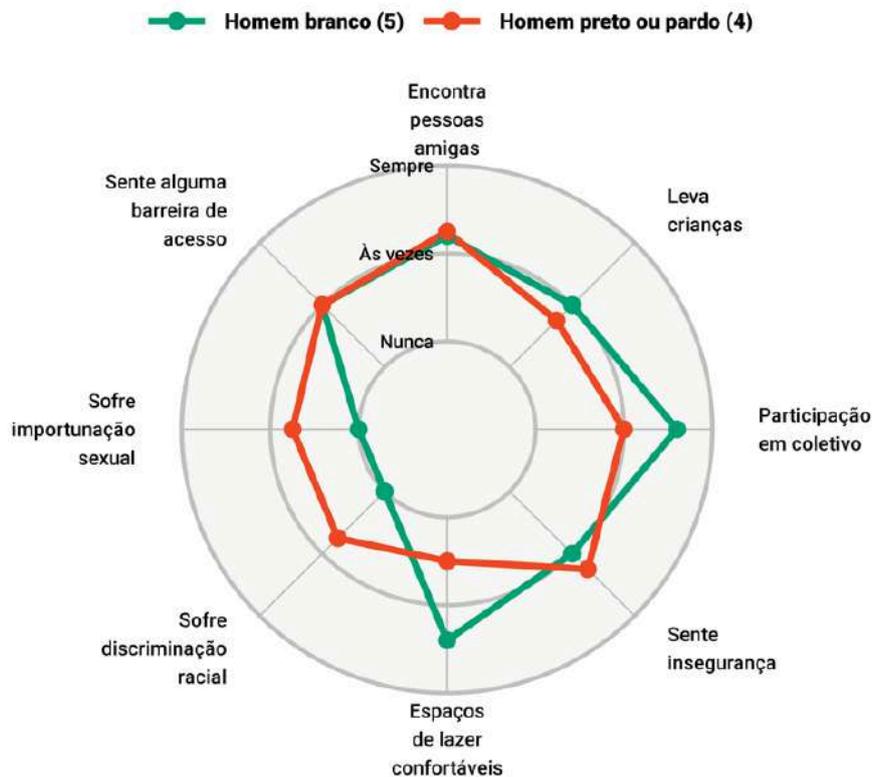
Fonte: ONU-Habitat

Figura 23 - Diagrama de estrela - gênero e étnico-racial (mulheres)



Fonte: ONU-Habitat

Figura 24 - Diagrama de estrela - gênero e étnico-racial (homens)



Fonte: ONU-Habitat



A duração prevista para realização da atividade foi de 20 minutos. O resultado dessa ferramenta foi incorporado no capítulo referente aos programas e projetos do Plano de Gestão.

Figura 25 - Registro da atividade “Diagrama de estrela”



Fonte: Jordi Sánchez / ONU-Habitat



3.4. Mapeamento afetivo

Figura 26 - Registro da atividade “Mapeamento afetivo”



Fonte: Jordi Sánchez / ONU-Habitat

Além de preparar para a próxima dinâmica, o propósito desta atividade foi fornecer informações para a proposta de setorização do parque. A duração prevista para realização da atividade foi de 20 minutos.

O resultado dessa ferramenta foi incorporado nos capítulos referentes ao plano de ação e setorização do Plano de Gestão. No segundo momento da oficina (M2), foi sugerida a formação de grupos entre as pessoas participantes para discussão coletiva das percepções acerca do território, com base no mapa do parque em formato A3, no qual poderiam ser colados adesivos com pictogramas em relação a elementos do parque percebidos com frequência (usos, pessoas, normas, segurança, patrimônio, natureza e desejos de futuro).

3.5. Árvore dos sonhos

O objetivo da última ferramenta aplicada na oficina foi o desenvolvimento da base para a elaboração do plano de ação e diretrizes para o Plano de Gestão.

Com a mesma formação de grupos da atividade anterior, as pessoas participantes foram incentivadas a debater sobre os problemas do parque e a partir daí pensar em suas causas, nas possíveis soluções e desejos de futuro.

Cada contribuição foi colocada na Árvore dos Sonhos pela equipe facilitadora, por meio de notas adesivas, na localização correspondente – raiz para as causas, tronco para os problemas, folhas para as soluções e céu para os desejos de futuro. Para as questões que poderiam ser organizadas no território foi identificada sua localização no mapa do parque.

Para instigar os sonhos, foram apresentadas algumas imagens de referência nas mesas para contribuir na ampliação de repertório das pessoas participantes.

A duração prevista para realização da atividade foi de uma hora e 30 minutos. O resultado dessa ferramenta foi incorporado nos capítulos referentes ao plano de ação e diretrizes do Plano de Gestão.



Figura 27 - Imagem ilustrativa da ferramenta “Árvore dos sonhos”



Fonte: ONU-Habitat

Figura 28 - Registros da atividade “Árvore dos sonhos”



Fonte: Jordi Sánchez / ONU-Habitat

3.6. Participação do Conselho Gestor do Parque Linear Córrego do Bispo

No período de elaboração do Plano de Gestão do Parque Linear Córrego do Bispo, entre 2023 e 2024, o principal espaço oficial de participação cidadã na gestão do parque era o Conselho Gestor. O Viva o Verde SP manteve uma comunicação permanente com este conselho para manter seus conselheiros e conselheiras informadas em todo momento, para conhecer os desafios e necessidades do parque, e para procurar apoio na convocação da população nas oficinas e consultas realizadas. Neste período, as pessoas conselheiras do Conselho Gestor eram:

Segmento Frequentador

- Titulares: Elaine Cristina Lima Alves, Gislene Domiciano Soares, Rodolfo Coimbra Luciano, Fernando Rodrigues, Flávio Casimiro de Sousa
- Suplentes: Marcos Roberto Silva dos Santos, Aloisio Areias Bezerra da Silva, Vladimir Fernandes de Almeida.

Segmento Trabalhador

Titular: Marcos Antônio da Silva
Suplente: Leidiane Vieira Da Silva

Segmento

Movimentos/

Instituições/Entidades

- Titular: Associação de Moradores e Amigos do Jardim Antartica. Representante: Ana Maria Cristina de Lima Coimbra Luciano.
- Suplente: Instituto Salus. Representante: Carla Renata Sarni Souza

Subprefeitura

Casa

Verde/

Cachoeirinha/Limão

- Titular: Ricardo José Alves
- Suplente: Vanderlei de Souza Gonçalves de Oliveira

SVMA

- Coordenador: João Póvoa





PLANO DE GESTÃO

PARQUE LINEAR CÓRREGO DO BISPO



PREFEITURA DE
SÃO PAULO